



GOVERNO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH



Sob um olhar estrangeiro: Nuances da Trajetória Histórica das Mulheres Amazônicas a partir da perspectiva de Elizabeth Agassiz (1865-1866)

Thais Stefhani de Oliveira Leal

MANAUS – AM

2026

THAIS STEFHANI DE OLIVEIRA LEAL

Sob um olhar estrangeiro: Nuances da Trajetória Histórica das Mulheres Amazônicas a partir da perspectiva de Elizabeth Agassiz (1865-1866)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, como requisito à obtenção do Título de Mestre em História.

Linha 1: Cultura e Representações

Orientador: Dr. Arcângelo da Silva Ferreira

Fundação de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

MANAUS/AM
2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L435s Leal, Thais Stefhani de Oliveira
 Sob um olhar estrangeiro: Nuances da Trajetória Histórica das Mulheres
 Amazônicas a partir da perspectiva de Elizabeth Agassiz (1865-1866) /
 Thais Stefhani de Oliveira Leal. - 2026.
 152 f. : il., color. ; 31 cm.

 Orientador(a): Arcângelo da Silva Ferreira.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa
 de Pós-Graduação em História, Manaus, 2026.

 1. Mulheres amazônicas. 2. Relatos de Viagem. 3. Século XIX. 4.
 Gênero e Raça. 5. Elizabeth Agassiz. I. Ferreira, Arcângelo da Silva. II.
 Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em
 História. III. Título

TERMO DE APROVAÇÃO

THAIS STEFHANI DE OLIVEIRA LEAL

Sob um olhar estrangeiro: Nuances da Trajetória Histórica das Mulheres Amazônicas a partir da perspectiva de Elizabeth Agassiz (1865-1866)

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, como requisito à obtenção do Título de Mestre em História. Linha 1: Cultura e Representações

Orientador: Dr. Arcângelo da Silva Ferreira.

Data de defesa da dissertação: 26 de abril de 2026.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Arcangelo da Silva Ferreira – PPGH/UFAM, Orientador/Presidente

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Julio Claudio da Silva – PPGH – Universidade Federal do Amazonas

MANAUS/AM
2026

A poesia da História repousa no fato de que, por esta mesma terra, por este mesmo chão familiar, já caminharam outros homens e mulheres, tão reais quanto nós, com pensamentos próprios, todos mortos agora, gerações e gerações completamente desaparecidas, da mesma forma que nós muito em breve desapareceremos como fantasmas ao raiar do dia.

G. M. Trevelyan

AGRADECIMENTOS

Sempre que me detinha nos agradecimentos de um TCC, de uma dissertação ou de uma tese, me perguntava como alguém encontrava o começo. Como se inicia o reconhecimento de uma travessia que nunca foi solitária? Um amigo — inesperado, desses que a vida apresenta sem aviso, uma vez me disse que “da pós-graduação ninguém sai ileso”. E não sei mesmo. Há marcas que ficam. Há aprendizados que custam. Como escreveu Santa Teresa d’Ávila, “é justo que muito custe aquilo que muito vale”, e talvez seja justamente por isso que valha.

Sou a primeira a ingressar numa pós-graduação de uma família feita de simplicidade que via no esforço e nas conquistas individuais reflexo do esforço de todos. Uma família que, nos momentos mais difíceis, soube ser laço, abrigo e permanência. Ao escrever estas linhas, descubro que agradecer é sempre insuficiente, porque nenhuma palavra dá conta de tudo o que foi sustentado no silêncio, na espera e na confiança. Cada um, à sua maneira, acreditou em mim quando eu mesma hesitei. Muitos iniciam agradecendo a Deus. Eu o encontro em outro lugar: nas mãos que me seguraram desde o primeiro dia, nos gestos cotidianos que me impediram de cair, nas presenças que nunca se ausentaram. Deus esteve ali, e ainda está, em cada pessoa que me acompanhou até aqui.

À minha mãe, Rosiane de Oliveira Leal, devo mais do que posso escrever. Desde sempre a senhora foi quem mais me motivou a continuar lutando por aquilo que acredito, mesmo sem saber qual direção eu queria tomar, eu sempre ouvia um “Não importa, no que você decidir, a mamãe vai te apoiar”, e toda vez que eu ouvia isso, eu tinha a certeza de que não importavam quantas tempestades viessem, eu sempre teria para onde voltar, e o mais engraçado é que o seu amor nunca exigiu retorno, nunca pediu descanso, nunca cobrou por lágrima derramada, ou por centavos gastos. Esta conquista carrega o teu nome, porque nasceu também do teu esforço, da tua renúncia e da tua fé silenciosa.

Aos meus avós, Iolanda de Oliveira Leal e Rosimar de Souza Leal. Foi com vocês que a vida, de fato, começou a fazer sentido pra mim, mesmo quando eu ainda era pequena demais pra entender qualquer coisa direito. Vó, eu nunca precisei que você me explicasse o que era cuidado, eu aprendi vendo, no teu jeito calmo de fazer tudo caber, mesmo quando não era fácil. Tem uma paz em você que não é distração do mundo, é força mesmo, dessas que sustentam sem ninguém perceber. E isso ficou em mim. Pai (porque sempre foi assim que eu te chamei), eu cresci sem precisar perguntar qual era o meu lugar, porque você nunca deixou dúvida. Você me criou, me cuidou, me chamou de “filhota do papai” como se fosse a coisa mais natural do mundo, e pra mim sempre foi. Quando eu penso em você, não penso em explicação nenhuma,

penso só em certeza. Você é o meu chão. E, no fim, acho que é isso: se hoje eu consigo seguir, é porque um dia vocês me seguraram direito.

Aos meus irmãos, Hanna Lorena e George Michael, que foram comigo mesmo sem entender muito bem para onde eu estava indo — o que, pensando agora, já diz muito sobre nós. Hanna, você consegue ser a coisa mais doce e, ao mesmo tempo, a pessoa mais bravinha quando quer, principalmente quando resolve que eu estou sendo “carinhosa demais” com alguém que não é você (e eu já entendi que isso, pra você, é um problema sério). Ainda assim, ou talvez por isso mesmo, você sempre vai ser a minha pequena princesa sapeca. George, eu olho pra você e ainda enxergo aquele menino que me dá uma vontade quase irracional de proteger, mesmo sabendo que o mundo não funciona assim. Tem algo no teu jeito que acalma, que organiza as coisas sem fazer esforço e, sinceramente, às vezes você nem deve perceber isso. E a você, Ingrid Rocha, que chegou depois, mas chegou ficando, sem cerimônia: obrigada por ter sido abrigo quando eu precisei, e por deixar tudo um pouco mais leve, até quando não parecia possível.

Aos meus tios, que foram, antes de tudo, os meus primeiros interlocutores — e, com o tempo, meus primeiros guias. Foram vocês que tiveram a paciência de lidar com as minhas perguntas sem fim e, mais do que responder, fizeram questão de me mostrar que o mundo nunca cabe em um lado só, mesmo quando eu ainda era pequena demais para entender completamente o que isso significava. Talvez venha daí essa minha insistência em olhar de novo, em não aceitar tão fácil, em querer sempre um pouco mais de explicação. E, no meio disso tudo, ainda me deram de presente os meus primos (que cresceram, me chamam de tia com uma naturalidade que às vezes me pega de surpresa, e me respeitam com um carinho que nunca precisou ser imposto. A eles também, meu afeto). E a vocês, meu reconhecimento, por terem sido presença, orientação e, sobretudo, por nunca terem simplificado o mundo para mim.

Leandro, falar de você é, inevitavelmente, falar de encontro. Sei que você vai ler cada linha deste trabalho com cuidado, do mesmo modo que, um dia, eu li o seu, e talvez seja nisso que mais reconheço o que somos: essa permanência discreta, quase silenciosa, mas firme. Em ti encontrei não só afeto e presença, mas uma forma de estar que sustenta sem se impor, que permanece mesmo quando o caminho exige mais do que se gostaria de dar. Lembro de te ver atravessar um tempo difícil e de como, sem alarde, você seguiu, e isso ficou em mim de um jeito que não sei explicar completamente, mas que reconheço agora, na maneira como eu também escolho não recuar. Há algo de você na forma como eu continuo. De todos os acasos que a vida me apresentou, você foi necessidade. Como escreveu João Guimarães Rosa: “Os outros eu conheci por ocioso acaso. A ti vim encontrar porque era preciso”. Também tenho

muito a agradecer à sua família, desde os seus pais até as suas irmãs encontrei a grata surpresa de me sentir amada, mesmo longe de casa.

Aos meus amigos Jurandir Branco e Willen Barbosa, agradeço a calma no meio do caos. Vocês me ensinaram a avançar devagar quando tudo parecia urgente demais. Quando a coragem ameaçou faltar, vocês ficaram. São como folhas ao vento na minha vida: lembram que respirar também é um jeito de seguir.

Ao professor Júlio Cláudio da Silva, o primeiro a me estender a mão e a confiar em mim na iniciação de um projeto de pesquisa. Com seus conselhos acadêmicos e, acima de tudo, com a confiança que depositou em mim, pude me aventurar pelo universo da pesquisa. Sou eternamente grata. Saiba que o início é tão importante quanto o fim. Ao professor João Marinho, que, junto ao professor Júlio, me ajudou logo que cheguei à capital. Vocês foram muito mais do que professores: foram apoio fundamental para que eu continuasse nessa empreitada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo apoio tornou possível esta pesquisa. Nenhuma produção intelectual se faz apenas de ideias; reconhecer as condições materiais da caminhada que deram todo o apoio e o aparato para que eu saísse de casa e pudesse realizar esta pesquisa. Sem a CAPES a pós-graduação no Brasil seria impossível.

Aos professores e aos colegas do Programa de Pós-Graduação, que ensinaram e aprenderam comigo com rigor e compromisso. Em cada orientação, bate papo e conversas (mesmo que soltas) reafirmaram a importância da pesquisa histórica no Amazonas e o cuidado que ela exige.

E, por fim, ao meu orientador, Arcângelo da Silva Ferreira.

Nossa relação foi se fazendo no tempo, entre textos lidos com cuidado, silêncios que também ensinaram e conversas que nunca caberiam apenas nas margens deste trabalho. Com você, aprendi que a literatura não se esgota na análise, que pensar exige pausa, que o conhecimento só se completa quando pode ser partilhado. Há pessoas com quem é possível falar sem armaduras, como se o pensamento encontrasse repouso na escuta do outro. Dizia Dostoiévski desejar falar de tudo com ao menos alguém como falava consigo mesmo; saiba que o senhor é essa pessoa para mim.

Agora, quando o texto enfim se aquieta e as palavras encontram descanso, fica um desejo simples: sair, tomar um café no mercado, ver o rio seguir o seu curso, erguer os olhos e acompanhar o movimento das nuvens. Talvez falar de literatura, talvez apenas permanecer em silêncio. Topa?

RESUMO

Esta dissertação busca responder à seguinte questão: de que maneira os relatos de viagem de Elizabeth Cabot Cary Agassiz podem contribuir para a compreensão das experiências, práticas sociais e representações das mulheres amazônicas no século XIX? O sujeito central desta investigação é Elizabeth Agassiz (1822–1907), intelectual norte-americana que integrou a Expedição Thayer ao Brasil entre os anos de 1865 e 1866 e produziu o relato *Viagem ao Brasil*, fonte principal desta pesquisa. Acompanhando sua trajetória e situando-a no contexto do pensamento científico oitocentista, este trabalho discute a inserção dos viajantes estrangeiros na Amazônia e o papel desempenhado pelos relatos de viagem na construção de saberes sobre a região e seus habitantes.

Ao longo da análise, contextualiza-se a produção intelectual de Elizabeth Agassiz no interior de um campo científico marcado por hierarquias raciais, de gênero e de classe, fortemente influenciado pelo racismo científico e pelas teorias classificatórias do século XIX. A pesquisa privilegia a leitura crítica das representações das mulheres amazônicas presentes no relato, atentando para os modos como mulheres indígenas, negras e mestiças são descritas, frequentemente associadas às esferas do trabalho, do serviço doméstico, do cuidado e do corpo submetido à observação científica e moral.

Por fim, o estudo concentra-se na análise dos indícios e silêncios que atravessam a narrativa de Elizabeth Agassiz, compreendendo o texto como uma fonte ambígua, na qual convivem preconceitos e registros involuntários do cotidiano feminino amazônico. Para apreender essas dimensões, a pesquisa dialoga com a História das Mulheres, a História Social e os estudos de gênero, valendo-se do método indiciário formulado por Carlo Ginzburg, que permite identificar vestígios de experiências sociais marginalizadas no interior da documentação. Assim, busca-se problematizar as representações construídas pelo olhar estrangeiro e evidenciar as possibilidades que os relatos de viagem oferecem para a reconstrução histórica das trajetórias das mulheres amazônicas no século XIX.

Palavras-Chave: Mulheres amazônicas; Relatos de viagem; Século XIX; Gênero e raça; Elizabeth Agassiz.

ABSTRACT

This dissertation addresses the following research question: how can the travel accounts written by Elizabeth Cabot Cary Agassiz contribute to the understanding of the experiences, social practices, and representations of Amazonian women in the nineteenth century? The study focuses on Elizabeth Agassiz (1822–1907), a North American intellectual who participated in the Thayer Expedition to Brazil between 1865 and 1866 and authored *A Journey in Brazil*, which constitutes the primary source of analysis. By situating her trajectory within the broader context of nineteenth-century scientific production, this research examines the role of foreign travelers in the construction of knowledge about the Amazon and its populations.

The analysis contextualizes Agassiz's writings within a scientific field structured by racial, gender, and class hierarchies, shaped by scientific racism and classificatory theories prevalent in the nineteenth century. Particular attention is given to the representations of Amazonian women in the travel narrative, especially Indigenous, Black, and mixed-race women, who are predominantly portrayed in relation to labor, domestic service, caregiving, and bodies subjected to scientific and moral scrutiny.

Methodologically, the study adopts Carlo Ginzburg's evidential paradigm, treating the travel account as a documentary field in which narrative choices, omissions, and marginal descriptions function as indicators of broader social dynamics. Drawing on Women's History, Social History, and gender studies, the dissertation argues that Agassiz's narrative constitutes an ambivalent historical source: while reproducing dominant racial and gendered discourses, it also provides indirect evidence of women's everyday practices and social positions. The research thus demonstrates the analytical potential of nineteenth-century travel narratives for reconstructing the historical trajectories of Amazonian women and for critically examining the power relations that shaped their representation.

Keywords: Amazonian women; Travel narratives; Nineteenth century; Gender and race; Elizabeth Agassiz.

TABELA DE IMAGENS

Figura 1: Casa de campo Cary em Nahant	53
Figura 2: A Casa da Rua Quincy em Cambridge, Massachusetts. Lar dos Agassiz e local onde funcionava o Agassiz School.....	62
Figura 3: Elizabeth Cary Agassiz Gate, Radcliffe College	73
Figura 4: Coleção Fotográfica de Louis Agassiz, Série Raças Puras, Álbum África. Tríptico somatológico, identificado como Mina Gege. Photographer / Fotógrafo: Augusto Stahl. Rio de Janeiro, 1865.....	76
Figura 5: Coleção Fotográfica de Louis Agassiz, Série Raças Puras, Álbum África. Tríptico somatológico, identificado como Benguella. Photographer / Fotógrafo: Augusto Stahl. Rio de Janeiro, 1865.....	77
Figura 6: 1ª Palestra de Louis Agassiz, ocorrida no Rio de Janeiro	102
Figura 7: Charge Referente a Expedição Thayer.....	104
Figura 8: Charge sobre Louis Agassiz.....	105
Figura 9: Retrato de Alexandrina	139

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. Vozes e Textos: Um encontro infinito entre história e Literatura	22
1.1. <i>Do Arquivo à Fábula: O Tecido Comum da Narrativa</i>	33
1.2 <i>Os Silêncios do Cânone: Gênero, Raça e a Estrutura do Esquecimento</i>	35
1.3 <i>O Diálogo como Resistência: Por uma Política da Memória no Presente</i>	37
1.4 <i>Entre mapas e margens: mulheres viajantes no século XIX</i>	39
2. Elizabeth Agassiz e a construção de um olhar estrangeiro	45
2.1 <i>A Educação Superior Feminina</i>	61
2.2 <i>O racismo “pautado” na ciência do XIX: As teorias racistas presentes em Viagem ao Brasil (1865-1866)</i>	74
3. O olhar de E. Agassiz sobre as mulheres da Amazônia	88
3.1 <i>Entre fé, ciência e gênero: a bagagem intelectual de Elizabeth Agassiz</i>	88
3.2 <i>Do campo à escrita: a Expedição Thayer e a construção do olhar sobre a Amazônia</i>	97
3.3 <i>À luz dos salões, à sombra do lar: o feminino da elite amazônica no século XIX</i>	107
3.4 <i>Corpos que trabalham, vozes que não entram: mulheres no relato de Elizabeth Agassiz</i>	125
Considerações Finais	142
Referências	146

INTRODUÇÃO

“Tia, se vocês não podem voltar no tempo, então a História é só uma grande invenção dos historiadores?”

A pergunta veio de minha sobrinha de nove anos, enquanto eu a ajudava com uma tarefa escolar sobre o tempo histórico e as fontes do historiador. Ela me observava com aquela mistura de curiosidade genuína e desconfiança que só as crianças conseguem expressar com tanta clareza. Passei a manhã inteira tentando explicar que não, que a História não era uma invenção, ou pelo menos não no sentido que ela imaginava. Falei sobre documentos, sobre vestígios do passado, sobre o trabalho meticuloso de cruzar fontes, confrontar versões, buscar nos indícios aquilo que escapou aos registros oficiais. Expliquei que a História não estuda propriamente o passado, algo irrecuperável, perdido para sempre, mas os homens e mulheres no tempo, suas ações, suas experiências, as marcas que deixaram.

Ainda assim, enquanto falava, não pude evitar reconhecer que havia algo de profundamente honesto naquela pergunta infantil. Afinal, o historiador realmente não volta no tempo. Jamais poderá testemunhar pessoalmente os acontecimentos que investiga. O que possui são fragmentos: cartas amareladas, relatos de viagem, registros paroquiais, fotografias desbotadas, narrativas atravessadas por subjetividades, silêncios eloquentes. E é a partir desses fragmentos (sempre incompletos, sempre mediados por quem os produziu) que tentamos reconstruir mundos desaparecidos, descobrir experiências soterradas, compreender vidas que já não existem senão como rastros na documentação que nos restou.

Aquela conversa me acompanhou enquanto eu me debruçava sobre um tipo muito particular de fragmento: o relato de viagem *Viagem ao Brasil 1865-1866*, escrito por Elizabeth Cabot Cary Agassiz. Trata-se de um documento complexo, enviesado por múltiplas camadas de mediação. Elizabeth, mulher da elite brâmane de Boston, trazia consigo um repertório cultural específico (valores puritanos, cientificismo oitocentista, hierarquias raciais naturalizadas) que inevitavelmente moldava seu olhar sobre a Amazônia e suas gentes. Como, então, utilizar suas descrições para compreender a vida de mulheres amazônicas — indígenas, negras, mestiças, pobres — no século XIX? Como ler criticamente esse testemunho sem tomá-lo como espelho transparente da realidade, mas também sem descartá-lo como mera construção ideológica desprovida de valor histórico?

Essas questões apontam para um desafio metodológico central no trabalho historiográfico: toda fonte é, ao mesmo tempo, janela e barreira. Ela nos permite vislumbrar algo do passado, mas sempre através das lentes de quem a produziu, dos códigos culturais de

sua época, das relações de poder que atravessavam sua escrita. No caso dos relatos de viagem oitocentistas, essa mediação é especialmente evidente. Escritos por europeus e norte-americanos que se lançavam aos trópicos munidos de pressupostos civilizatórios, esses textos frequentemente dizem tanto, ou mais, sobre quem observa quanto sobre quem é observado.

É precisamente esse duplo movimento que interessa a esta pesquisa. Por um lado, busca-se nos escritos de Elizabeth Agassiz os indícios do cotidiano das mulheres amazônicas: seus trabalhos, suas relações familiares, suas formas de sociabilidade, os espaços que ocupavam tanto nas áreas urbanas quanto rurais. Por outro lado, pretende-se analisar criticamente o próprio olhar estrangeiro que produziu essas descrições, compreendendo como categorias de gênero, raça e classe estruturavam a percepção da autora e, conseqüentemente, sua narrativa. Trata-se, portanto, de um exercício duplo de interpretação: ler o que Elizabeth viu e, simultaneamente, desmontar o aparato conceitual através do qual ela via.

A pesquisa aqui apresentada como proposta de dissertação para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, carrega como tema *Sob um olhar estrangeiro: Nuances da Trajetória Histórica das Mulheres Amazônicas a partir da perspectiva de Elizabeth Agassiz (1865-1866)*. A problemática para o referido tema nasce a partir da questão: Como o relato de viagem de Elizabeth Agassiz em *Viagem ao Brasil 1865-1866* pode contribuir para a compreensão do cotidiano das mulheres amazônicas no século XIX, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, considerando suas perspectivas sociais, familiares e de trabalho?

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os relatórios de expedição à Amazônia escritos por Elizabeth Agassiz, com a participação de Louis Agassiz, a fim de investigar os aspectos do cotidiano das mulheres na região ao longo do século XIX. Parte-se da leitura crítica desses registros para compreender as experiências e os papéis sociais desempenhados pelas mulheres amazônicas, atentando para suas atividades diárias, relações familiares, formas de trabalho e influências culturais. Ao situar essas vivências no contexto histórico e social mais amplo da Amazônia oitocentista, busca-se apreender como fatores econômicos, políticos e culturais atravessaram o cotidiano feminino, tal como descrito e interpretado por Elizabeth Agassiz, evidenciando tanto as representações produzidas pela autora quanto as dinâmicas sociais que estruturavam a vida das mulheres naquele período.

Para além de abordar a vida cotidiana das mulheres amazônicas no século XIX, o estudo da obra *Viagem ao Brasil 1865-1866*, contribui significativamente para preencher lacunas historiográficas sobre a história social da Amazônia e, mais especificamente, das mulheres nessa região. Em uma época em que as narrativas históricas, em sua maioria, tendiam a

invisibilizar as experiências femininas, a análise desta obra permite resgatar e compreender como as mulheres amazônicas viviam, trabalhavam, e quais papéis desempenhavam em suas comunidades, tanto nas áreas urbanas quanto rurais.

A contribuição desse estudo para a área de História se dá pelo fato de utilizar fontes primárias que trazem olhares de estrangeiros sobre a vida no Brasil, em especial no contexto da Amazônia, neles é possível captar nuances culturais, sociais e econômicas que moldavam a vida dessas mulheres, identificando padrões, resistências e adaptações em um contexto de transformações sociais. Esse enfoque permite aos historiadores uma leitura crítica da formação da identidade feminina na Amazônia, o que, por sua vez, ajuda o campo da História Social, promovendo discussões sobre gênero, regionalidade e condições de vida em um período crucial para a formação da sociedade brasileira.

Uma das questões centrais do trabalho é a representação das mulheres amazônicas e a percepção estrangeira sobre seu modo de vida. Elizabeth Agassiz, ao observar o cotidiano local, descreve as práticas e os papéis femininos em uma região que, à época, estava relativamente isolada e vivia um contexto socioeconômico particular, marcado pela economia de subsistência e pelas limitações da infraestrutura. Esse olhar, ainda que estrangeiro e imbuído de pré-concepções e exotizações típicas dos relatos de viagem, é fundamental para se entender como essas mulheres eram vistas e, de certa forma, categorizadas por pessoas de fora.

Para a discussão que se avizinha faz-se necessária a utilização de autores como François Vergés, que auxiliará na discussão do trabalho exercido pelas mulheres racializadas presente no relato de viagem, mais precisamente em sua obra *Um feminismo decolonial* onde a autora discorre sobre o trabalho de cuidado e limpeza exercido por mulheres racializadas, das camadas mais populares, a obra em questão nos ajudará a pensar sobre as mulheres das pequenas vilas do século XIX retratadas no relato de Viagem de Elizabeth, onde recorrentemente veremos essas mulheres sendo descritas como donas de casa, cuidadoras de seus filhos e maridos, essenciais para o bom funcionamento de suas famílias e, por vezes, até de suas comunidades.

Vergés, nos aponta que esse trabalho, que comumente é pouco ou nada reconhecido, é essencial para a estrutura do patriarcado, essa estrutura (montada de forma bastante organizada e intencional), enraizou-se muito antes do capitalismo.

O trabalho de cuidado e limpeza é indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e do capitalismo racial e neoliberal; contudo, embora indispensável e necessário, ele deve permanecer invisível, marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado. (Vergés, 2020, p. 11)

Podemos perceber que o trabalho feminino doméstico, que abrange tarefas essenciais como cuidado, limpeza e manutenção do lar, é sistematicamente invisibilizado e subvalorizado na sociedade. Essa invisibilidade decorre de uma longa história de naturalização do papel das mulheres no cuidado da casa e da família, relegando essas atividades ao âmbito privado e, portanto, fora do reconhecimento econômico formal. A divisão sexual do trabalho também desempenha um papel crucial, perpetuando a ideia de que o trabalho doméstico não merece remuneração adequada ou benefícios sociais.

Vergés também nos ajuda a observar a trajetória da própria Elizabeth como uma mulher da elite que por muitas vezes observa, atônita, as mulheres indígenas, negras e mestiças. Pertencente a uma família Brâmane¹ de Boston, Elizabeth descreve as mulheres amazônicas com espanto e, por vezes, como inferiores, principalmente quando o assunto eram mulheres negras e mestiças.

Adepta ao abolicionismo, mas com ideias amplamente racistas Elizabeth Agassiz se apresenta como uma mulher do XIX em muitos aspectos. Lutadora assídua pela inclusão das mulheres na universidade e um dos nomes mais importantes na história do acesso feminino a Harvard, Elizabeth Agassiz se apresenta como um personagem dicotômico.

Quanto a discussão sobre gênero e História das Mulheres, Louise Audino Tilly, Joan Scott e Gerda Lerner nos ajudam a entender mais sobre nos apontando que, embora definidas pelo sexo, as mulheres transcendem uma mera categoria biológica; elas existem socialmente como indivíduos do sexo feminino, variando em idade, contextos familiares, classes sociais, nacionalidades e comunidades. Suas vidas são moldadas por normas sociais e costumes diversos, influenciados por estruturas de poder. Para as autoras, as mulheres não apenas vivem, como também atuam ao longo do tempo, influenciadas pelo contínuo processo de estruturação social.

É evidente que “A história das mulheres certamente contribuiu para identificar e expandir nossa compreensão sobre novos fatos do passado”, o que nos ajuda a endossar o conhecimento histórico. (Tilly, 1994, p. 6)

O estudo sobre as “mulheres através do tempo” não nasce do dia para a noite, ele é fruto de um processo lento e árduo. Este processo é contínuo e interativo: para estudar a vida das mulheres no passado, historiadores utilizam diversas áreas de especialização. A demografia

¹ Os "Brâmanes de Boston" ou elite de Boston constituem membros proeminentes da histórica classe alta da cidade. Desde o final do século 19 até meados do século 20, eles eram notáveis por seu distintivo sotaque da Nova Inglaterra, afiliação com a Universidade de Harvard, práticas anglicanas, além de adotarem os tradicionais costumes e vestimentas britânico-americanos. Os descendentes dos primeiros colonos ingleses são geralmente considerados os mais representativos deste grupo social em Boston.

histórica é empregada para analisar dados sobre estado civil, ocupações e migrações; a história econômica investiga as mudanças econômicas; a história social examina grandes transformações estruturais como profissionalização, burocratização e urbanização; a história das ideias aplica métodos críticos aos textos; e a história política aborda conceitos relacionados ao poder. Uma nova área histórica surgiu focada nas mulheres, reconhecendo-as como protagonistas da história. (Tilly, 1994)

A trajetória histórica das mulheres na Amazônia, conforme revelada pela narrativa de Elizabeth Agassiz, oferece uma janela única para entender as dinâmicas de gênero, classe e raça no século XIX. Em seu *Relato de Viagem*, a autora não apenas documentou a rica biodiversidade da região, mas também capturou vividamente os papéis essenciais desempenhados pelas mulheres na manutenção das comunidades amazônicas.

Para operacionalizar essa leitura crítica e extrair dos relatos de Agassiz os indícios dessas complexas realidades sociais, esta pesquisa utilizou o método indiciário formulado por Carlo Ginzburg. Este paradigma investigativo, que encontra suas raízes nas práticas do caçador e do médico, é particularmente adequado para a análise de narrativas como a de Elizabeth, pois se dedica justamente aos "dados aparentemente marginais, aos detalhes, aos sinais e aos indícios" (Ginzburg, 1989, p. 157). Aplicado a esta dissertação, Ginzburg (1989) nos permitirá tratar as descrições de Elizabeth não como reflexos transparentes da realidade, mas como um campo de vestígios onde suas escolhas narrativas, seus silêncios, suas ênfases e seus julgamentos morais inadvertidos funcionam como pistas. Através delas, buscaremos reconstruir, nas palavras de Ginzburg, "realidades complexas" a partir da interpretação desses "mínimos traços deixados" (Ginzburg, 2002, p. 24), acessando assim as nuances do cotidiano feminino que a própria autora talvez não pretendesse revelar como objeto central.

Para compreender a posição social a partir da qual esse olhar indiciário é lançado, recorreremos às reflexões de Pierre Bourdieu. Seu conceito de *habitus* — entendido como o sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes (Bourdieu, 1982) — é instrumental para decifrar Elizabeth Agassiz. Seu *habitus* de mulher da elite brâmane de Boston, educada nos valores do protestantismo puritano, do cientificismo criacionista e de uma feminilidade culta, mas restrita, constitui a lente através da qual ela percebe, classifica e julga o mundo social amazônico. A noção de capital cultural e simbólico de Bourdieu ilumina ainda sua trajetória: seu casamento com Louis Agassiz funcionou como uma conversão de capital social e cultural, permitindo-lhe acessar a esfera científica e, ao mesmo tempo, circunscrevendo sua atuação a um papel de mediadora e divulgadora, em vez de produtora autônoma de saber. Analisar seu relato sem considerar esse

habitus e esse campo de possibilidades seria ignorar os determinantes sociais que moldam profundamente qualquer observação etnográfica ou histórica.

Contudo, o olhar dos Agassiz não é apenas generificado e classista; ele é profundamente racializado, sendo necessário confrontá-lo com a robusta crítica ao racismo científico do século XIX. O relato *Viagem ao Brasil* é perpassado pelas teorias poligenistas e hierarquizantes que Louis Agassiz defendia e que Elizabeth, em grande medida, compartilhava e reproduzia. Autoras como Lilia Moritz Schwarcz, em obras como *O espetáculo das raças* (1993), demonstram como o pensamento científico oitocentista, longe de ser neutro, foi um poderoso instrumento para a "naturalização da desigualdade" e a construção de um "arquivo imaginário" que classificava e inferiorizava corpos não brancos. Thomas Skidmore, em *Preto no Branco* (2012), analisa como essas ideias foram adaptadas ao contexto brasileiro, alimentando projetos de "branqueamento" e justificando exclusões sociais. Ao descrever mulheres indígenas, negras e mestiças, Elizabeth Agassiz frequentemente o faz através dessas categorias pseudocientíficas, associando fenótipos a características morais e intelectuais, como quando comenta sobre a miscigenação produzir tipos "tão repulsivos quanto os cães amastinados" (Agassiz, Agassiz, 1975, p.184). Analisar criticamente essas passagens exige, portanto, o diálogo com esta historiografia que desmonta o racismo científico, evidenciando como o discurso da ciência, nas palavras de Michel Foucault, se articula a relações de poder para produzir regimes de verdade e definir quem é considerado plenamente humano (Foucault, 1979).

Ao estudar Agassiz e as mulheres na Amazônia, percebemos não apenas a diversidade de suas experiências, mas também a persistência de narrativas históricas que frequentemente marginalizam certos grupos. Este estudo visa não apenas resgatar a memória dessas mulheres silenciadas, mas também desafiar concepções históricas dominantes, reconhecendo a importância crucial das mulheres (incluindo as indígenas e mestiças) na formação e sustentação das comunidades amazônicas. Assim, a história das mulheres na Amazônia não é apenas um campo de pesquisa, mas uma reafirmação de sua centralidade na história social e cultural da região.

A contribuição particular da história das mulheres foi a de reorientar o interesse pelas pessoas comuns do passado (motor da história social), na direção das mulheres e das suas relações sociais, econômicas e políticas.

Para abordar a proposta delineada no projeto de pesquisa, este estudo será estruturado em três capítulos. O Capítulo 1, "*Vozes e Textos: Um encontro infinito entre história e Literatura*", estabelece o fundamento teórico da pesquisa. Nele, discute-se a relação dialógica e porosa entre os dois campos, argumentando que o relato de viagem de Elizabeth Agassiz

ocupa um espaço híbrido e privilegiado como documento histórico. O capítulo explora como a narrativa literária pode acessar dimensões da experiência humana frequentemente sonegadas pelos registros oficiais, servindo como instrumento para iluminar silêncios do passado. Ao mesmo tempo, adverte para os riscos de uma leitura ingênua, pois essas narrativas são igualmente construídas por subjetividades conectadas por relações de poder. Este capítulo justifica, portanto, a utilização da obra *Viagem ao Brasil* como fonte primária, situando-a dentro do gênero das narrativas de viagem oitocentistas, com especial atenção para a produção escrita por mulheres, que direcionava seu olhar para a esfera do cotidiano e das relações sociais.

O Capítulo 2, “*Elizabeth Agassiz e a construção de um olhar estrangeiro*”, desloca o foco para a autora, realizando uma análise crítica de sua trajetória e formação. O objetivo é reconstituir o *habitus* que moldou sua percepção do mundo. Analisa-se sua origem na elite puritana de Boston, sua educação, seu casamento com Louis Agassiz – entendido como uma aliança que consolidou seu capital social e simbólico – e sua atuação como educadora e fundadora do *Radcliffe College*. Este percurso revela as contradições de sua posição: uma mulher que lutou por espaços intelectuais femininos, mas dentro dos limites de sua classe e raça; uma abolicionista cujo pensamento estava profundamente impregnado pelo racismo científico poligenista do século XIX. O capítulo demonstra como seu olhar sobre o Brasil não era neutro, mas um artefato complexo forjado nessa intersecção específica de gênero, classe, raça e saber científico.

Finalmente, o Capítulo 3, “*O olhar de E. Agassiz sobre as mulheres da Amazônia*”, constitui o núcleo analítico da dissertação. A análise se estrutura em eixos temáticos que emergem da leitura atenta do relato, buscando decifrar, nas descrições e julgamentos da autora, os indícios das realidades sociais que ela testemunhava. Examina-se contrastivamente sua percepção sobre as mulheres da elite urbana de Manaus, enclausuradas em um rígido código doméstico, e sobre as mulheres indígenas, mestiças e negras das vilas e interiores, cujas viés ativos no trabalho e na gestão comunitária são objeto de seu espanto e, por vezes, de sua admiração. Através das lentes da interseccionalidade e do feminismo decolonial, o capítulo interpreta as descrições do trabalho cotidiano, das relações familiares e dos corpos, desvendando tanto as hierarquias raciais e morais que estruturam seu olhar quanto os vislumbres de agência e resistência que escapam a esse mesmo olhar. Desse modo, o capítulo busca cumprir o duplo objetivo da pesquisa: compreender nuances da trajetória histórica das mulheres amazônicas e, simultaneamente, desmontar os mecanismos de poder e representação inscritos na perspectiva estrangeira que as descreveu.

Minha jornada neste tema foi impulsionada pelo desespero, uma confissão que, mesmo constrangedora, não posso evitar. O árduo caminho que percorri para conceber este roteiro ao lado do meu orientador merece ser contado. A verdade é que a maioria dos estudantes universitários é lançada à faculdade como se caíssem de paraquedas, enfrentando uma miríade de desafios ao adentrar no vasto mundo da pesquisa científica, afinal ninguém nasce sabendo. Quando o trabalho finalmente é concluído e aprovado, muitos podem incorretamente presumir que tanto o tema quanto o caminho da pesquisa foram concebidos com extrema facilidade, como se brotassem de nossas cabeças, como Palas Atena emergindo da cabeça de Zeus (sem toda a dor de cabeça, é claro).

Sempre nutri um interesse profundo pela História das Mulheres, um interesse inevitavelmente pessoal, dado que sou mulher. Testemunhei em primeira mão como o machismo e a opressão, embora frequentemente dissimulados, podem obscurecer e sufocar o trabalho de mulheres brilhantes, relegando-as ao esquecimento.

Contudo, o leitor poderá indagar: "O que isso tem a ver com desespero?" Em um belo dia ensolarado, encontrava-me desesperada para redigir um projeto de pesquisa para meu orientador, o prazo se esgotando rapidamente. Foi então que minha avó sugeriu que eu a ajudasse a limpar a poeira de sua estante, repleta de livros antigos. Ela sugeriu que, ao invés de fixar os olhos na tela do computador, eu permitisse que as ideias fluíssem de maneira mais natural. Durante a limpeza, um volumoso livro de capa verde caiu sobre minha cabeça, despertando minha ira antes que eu decidisse abri-lo para folhear calmamente, atraída pelas ilustrações que enfeitavam suas páginas. Em pouco tempo, mergulhei em uma narrativa sublime sobre a Amazônia do século XIX, que não se limitava a mapear os lugares visitados pela expedição, mas sim a descrever meticulosamente suas gentes, seus costumes e suas vidas. Parecia-me que o relato também se dedicava às mulheres, não apenas em suas aparências, mas em suas vivências, angústias e alegrias. Em um instante, percebi que horas haviam se passado desde que me sentara no chão frio, cercada por livros empoeirados, e havia encontrado o que tanto buscava.

Ao pesquisar os autores, descobri que a obra havia sido escrita por uma mulher, que ao publicá-la, teve de colocar o nome do marido para evitar ter seu relato rotulado como um romance. A partir desse momento, dediquei-me ao estudo do século XIX, dos naturalistas e de seus relatos de viagem, com especial atenção a Elizabeth Agassiz. Foi assim que nasceu meu segundo projeto de iniciação científica, pelo qual fui contemplada com uma bolsa da FAPEAM nos anos de 2020-2021, intitulado "*Nuances da trajetória histórica das mulheres na Amazônia*

sob o olhar dos naturalistas Alfred Russel Wallace, Henry Walter Bates e Louis e Elizabeth Agassiz (Século XIX)".

O “desespero” inicial em cumprir prazos e assegurar a bolsa de pesquisa cedeu espaço, primeiro, ao trabalho de conclusão de curso e, agora, a esta dissertação de mestrado. Nesse percurso, Elizabeth Agassiz surgiu como um encontro improvável, não como revelação redentora, mas como uma voz antiga, coberta por poeira, contradições e incômodos. Ao retirá-la da estante, não encontrei uma heroína, mas uma mulher situada em seu tempo: portadora de preconceitos raciais, de certezas hierarquizantes e de um olhar que, ao descrever a Amazônia e suas gentes, também reproduzia exclusões e silenciamentos. Ainda assim, sua própria trajetória intelectual foi marcada por limites impostos a mulheres no interior de um campo científico que raramente lhes concedia pleno reconhecimento. Entre páginas amareladas, julgamentos implícitos e descrições minuciosas, Elizabeth não apenas narra outras mulheres, ela também encarna as ambiguidades de um século em que ser mulher significava escrever sob vigilância, observar o mundo e, ao mesmo tempo, ser contida por ele.

E se eu pudesse voltar àquela sala com minha sobrinha, eu diria que a pergunta dela pousa num mundo que ainda hoje batalha com fantasmas do passado. Porque não é só no papel amarelado de uma carta antiga que a História se joga, ela vive também nas disputas de hoje, nas tempestades que cercam o que chamamos de verdade. No Brasil, leis tentaram proibir cotas raciais nas universidades estaduais de Santa Catarina, medidas que, sob a capa de neutralidade, buscam apagar políticas de reparação e reconhecimento, ignorando que tais ações afirmativas são parte de um esforço coletivo para enfrentar desigualdades históricas profundas. Mas a História, essa que estudamos e defendemos, não se curva ao simplismo nem se dobra ao conforto dos discursos fáceis. Contra a proibição, a Justiça suspendeu a lei e vozes se levantaram (movimentos sociais, a Procuradoria-Geral da República, universidades, entidades estudantis), para lembrar que negar as cotas é negar a própria ideia de igualdade material consagrada na Constituição. E então eu olharia nos olhos da minha sobrinha e diria: sabe? Ser historiador é saber que o passado nunca está morto nem enterrado. Ele reverbera nas lutas do agora, quando se discute quem pode se sentar à mesa, quem pode ocupar uma sala de aula, quem tem direito de aprender e ser visto. Não se trata de voltar no tempo como num feitiço. Trata-se de entender que, assim como fizemos com os fragmentos de Elizabeth Agassiz, é preciso ler o presente com coragem, cuidado e sensibilidade, reconhecer as batalhas que ainda existem e proteger o ofício da História contra quem quer deslocá-la para servir a discursos racistas ou excludentes. É aí, no limiar entre memória e ação, que eu acho que posso finalmente explicar pra ela o tamanho (não da invenção) mas da responsabilidade que é fazer História.

E é talvez por isso que escrevo a introdução apenas agora, quando o percurso já foi atravessado. A pergunta da minha sobrinha retorna com mais força, não como ingenuidade, mas como convocação. Depois de passar por arquivos, relatos, disputas e responsabilidades, depois de aprender que a História não se defende com neutralidade, mas com rigor e compromisso, sinto que posso responder melhor àquela manhã de sol, à sombra da mangueira, ao som das folhas movidas pelo vento. Não porque encontrei respostas definitivas, mas porque aprendi a sustentar a complexidade do que está em jogo. Fecho estas páginas no presente, sabendo que o texto fica, mas eu sigo. Há um intervalo breve, o silêncio antes do passo, em que a pergunta da minha sobrinha retorna, mais densa, mais exigente. Se fazer História é sustentar o peso do passado no corpo do agora, não é nesse gesto simples de me levantar e ir até ela que o trabalho, afinal, começa?

1. Vozes e Textos: Um encontro infinito entre história e Literatura

A memória humana é falível, mas a literatura, ao contrário da história, não é um retrato da realidade, mas uma busca por sua essência.

Milan Kundera, 1988

Entre as linhas da história e as tramas da literatura, o tempo se fragmenta e se reconfigura, criando um espaço onde o passado não é apenas lembrado, mas revivido, ressignificado, reinventado. A memória, deusa tutelar da literatura, é o fio que costura as palavras e as imagens, permitindo que o escritor recrie o que o tempo ameaça apagar. A história, com seu império de datas e eventos, busca ordenar o passado, mas muitas vezes silencia as nuances da experiência humana; já a literatura, guiada pela memória, reimagina o que escapa dos registros oficiais e revela o que permanece oculto. Como lembra Chartier (1990), a ficção pode ser uma forma de reflexão sobre o passado, não apenas para contar o que foi, mas para interrogar o que poderia ter sido. Assim, ao explorar a relação entre o factual e o poético, percebemos que a história e a literatura não são adversárias, mas companheiras de jornada — a história busca os vestígios, a literatura cuida dos afetos, e juntas oferecem ao leitor uma ponte entre o vivido e o sentido. Nas palavras de Eco (2002, p. 85), em *Seis Passeios pelos Bosques da Ficção*: “Ao lermos uma narrativa, fugimos da ansiedade que nos assalta quando tentamos dizer algo verdadeiro a respeito do mundo”.

Se a memória é a deusa tutelar da literatura, ela também atravessa a escrita da história, ainda que de modos distintos. Peter Gay (1991), ao refletir sobre o papel do historiador, lembra que a escrita da história carrega uma dimensão de estilo, de voz, de escolha narrativa — e, por isso, aproxima-se da literatura. Para Gay, o historiador não é apenas um cronista objetivo, mas alguém que organiza o passado como um escritor organiza sua trama, operando uma seleção dos fatos, e essa seleção é, por si só, uma interpretação. Roger Chartier (1990), no entanto, adverte que a história e a literatura não podem ser confundidas: para ele, há uma diferença fundamental entre a “epistemologia de verdade” que guia o trabalho do historiador e a liberdade criativa do escritor. Chartier reconhece, porém, que a ficção pode ser um espaço poderoso para refletir sobre o passado, ao produzir “representações coletivas” que muitas vezes se enraízam mais profundamente na memória cultural do que as narrativas historiográficas.

Essa tensão (entre a verdade e a imaginação, entre o documento e a criação) é ainda mais complexa quando pensamos, com Sidney Chalhoub (2003), que a literatura pode ser um modo de investigar o passado a partir de suas lacunas e silêncios. Chalhoub, ao analisar a obra

de Machado de Assis, mostra como o autor, por meio da ironia e da ambiguidade, expõe os subterrâneos de uma sociedade marcada pela escravidão e pelas desigualdades. Nesse sentido, a literatura não apenas “dá corpo ao que escapa da memória”, mas também provoca a história, questiona seus silêncios e propõe outros modos de lembrar. Gay e Chartier podem parecer caminhar em sentidos opostos (Gay aproximando história e literatura como artes narrativas, Chartier demarcando seus limites), mas ambos convergem na ideia de que a memória, seja como arquivo ou como construção subjetiva, é um campo de disputa, e que o passado não é um dado bruto, mas algo que se reconfigura no presente.

É nesse terreno movediço que a memória atua: como fio condutor que entrelaça as tramas da literatura e as linhas da história. Ela é, ao mesmo tempo, fragmento e ponte, ausência e evocação. A história busca os vestígios, o fato comprovável; a literatura, por sua vez, reimagina, reescreve e, por vezes, denuncia o que a história não pôde ou não quis dizer. Juntas, história e literatura criam espaços de encontro e atrito, onde o passado não é um lugar fixo, mas uma construção sempre aberta — um palimpsesto onde vozes, silêncios e memórias se sobrepõem, se tensionam e se reescrevem.

Nesse vasto território de palavras e narrativas, história e literatura se entrecruzam, revelando o que permanece oculto nas evidências e inscrevendo no texto o que foi silenciado pelas margens. Aquilo que os fatos não conseguem alcançar, a literatura reconstrói, oferecendo novas perspectivas sobre o mundo e sobre o ser humano que o habita. Assim, ao entrelaçar esses dois fios (o da memória factual e o da imaginação literária), emerge um espaço de resistência e criação, onde o passado deixa de ser um mero registro para se tornar uma história constantemente revisitada, renovada e profundamente vivida.

A interação entre história e literatura não se limita a uma simples troca de palavras ou períodos temporais; ela toca o cerne do que significa construir uma memória coletiva. O escritor e o historiador, embora atuem em campos distintos, estão irremediavelmente ligados na tarefa de dar forma à experiência humana. A história, com seu distanciamento crítico, busca a objetividade e se ancora nas fontes, que funcionam como restrições essenciais para a imaginação do historiador, é por meio desses vestígios que ele conjectura, interpreta e reconstrói o passado. Já a literatura, com sua fluidez criativa, investe no subjetivo e na liberdade inventiva. Hayden White (1992) lembra que a história é, antes de tudo, uma narrativa, e assim como a literatura, é uma construção do imaginário, mas é fundamental reconhecer que essa imaginação historiográfica não é arbitrária: ela é assegurada e orientada pelas evidências documentais, que dão peso e limites à criação narrativa. Assim, a escrita histórica não é apenas uma representação dos eventos, mas uma construção narrativa que escolhe o que contar e como

contar — fazendo do historiador, ele mesmo, um contador de histórias, ainda que sua liberdade criativa esteja condicionada pela busca rigorosa da verdade.

É essa dimensão criativa da história que permite que ela se entrelace com a literatura de maneira tão orgânica. Como bem destacou Ricoeur (2007), a história se torna verdadeiramente humana quando a literatura é capaz de falar das lacunas entre os fatos, preenchendo-as com sentidos e significados que não estão registrados nos documentos. É no vazio deixado pela história oficial que a literatura se insere, revelando as experiências dos oprimidos, dos esquecidos e dos silenciados. A ficção, ao adentrar esses espaços ausentes, transforma o que foi vivido em algo universal, capaz de atravessar gerações e criar uma conexão entre diferentes tempos e culturas.

Essa convergência entre história e literatura também pode ser vista como uma busca pelo sentido mais profundo da experiência humana. A história, ao se debruçar sobre os eventos e suas causas, oferece explicações; já a literatura, como propôs Vladimir Nabokov, "não busca explicações, mas recria as emoções, as sensações e os pensamentos que tornam a experiência real" (Nabokov, 1990, p.68). A literatura, assim, não se limita a narrar o que aconteceu, mas, ao contrário, oferece uma experiência estética do vivido, onde a emoção e a razão se encontram e se complementam, até porque "... o trabalho da literatura é uma tentativa de reaproximação do real, mas essa reaproximação é sempre mediada e sempre relativa, inclusive porque a leitura jamais é una, jamais é fixa." (Pimentel, 2024, p. 3).

Essa busca pelo sentido mais profundo da experiência humana, proposta pela convergência entre história e literatura, revela uma dinâmica de troca constante entre o factual e o emocional. Enquanto a história apresenta o arcabouço factual dos acontecimentos, ela também está, muitas vezes, limitada pela busca de uma objetividade que pode obscurecer as nuances da vivência humana. A literatura, por sua vez, cria uma ponte para essas nuances, explorando as contradições, as incertezas e os dilemas que escapam à precisão dos fatos. Em vez de buscar respostas definitivas, ela se permite o luxo das perguntas abertas, criando um espaço onde a imaginação e a emoção podem se expressar de forma mais fluida e aberta.

Nesse ponto de encontro, a literatura não se limita a representar o real, mas o recria, explorando a complexidade dos sentimentos e das condições que a história, com sua linearidade, por vezes desconsidera. Por isso, como aponta Pimentel, a literatura não busca simplesmente reproduzir o real, mas aproximá-lo de nós, oferecendo uma visão mais subjetiva, rica e carregada de significados. Essa interação é mediada pelo leitor, que, ao imergir nas palavras, também projeta suas próprias emoções e interpretações, transformando o texto em uma experiência singular e dinâmica.

A história, ao focar nas explicações e razões, pode muitas vezes esquecer o poder transformador do imaginário e da dúvida. Por outro lado, a literatura, ao questionar o sentido daquilo que é vivido, resgata a humanidade nas histórias que são contadas. Quando se entrelaçam, história e literatura não se substituem, mas se complementam, permitindo uma compreensão mais profunda de nós mesmos e do mundo ao nosso redor. Dessa forma, enquanto a história explica e documenta, a literatura evoca e nos faz sentir, oferecendo uma leitura mais rica e empática da existência humana.

A história pode nos contar os "como" e "porquês", mas é a literatura que nos revela os "sentidos", os "porém" e os "e se", resgatando a humanidade das coisas.

A literatura, ao dar forma ao que foi vivenciado, também assume a responsabilidade de recontar a história sob novas perspectivas. Ela não se limita à exata reprodução dos eventos, mas se transforma em uma lente através da qual o passado pode ser revisto e reconfigurado. Por isso, segundo Paul Ricoeur, a narrativa histórica, assim como a ficção literária, envolve uma interpretação dos eventos, um olhar subjetivo sobre o que ocorreu (Ricoeur, 2007). A verdadeira força da literatura está em sua capacidade de transitar entre o real e o imaginário, permitindo que os leitores se conectem com o passado de uma forma que os fatos por si só não poderiam alcançar. Quando se fala de história e literatura, portanto, fala-se de uma interação que vai além da superfície, tocando as camadas mais profundas da experiência humana.

Vale lembrar, porém que ao usarmos a literatura como ferramenta histórica iremos precisar, como pesquisadores, evitar cair em certas armadilhas que permeiam esse campo da pesquisa. Ora, antes de mais nada precisamos ter em mente que uma obra ficcional não reflete, muito menos espelha o contexto vivido pelo autor, afinal a ficção tem como proposta a estetização do real (Pimentel, 2024). As metáforas do "refletir" e do "espelhar", associadas à "luz", sugerem uma conexão direta e transparente com a realidade, como se fosse possível superar todas as mediações, desvios ou interpretações subjetivas para alcançar a essência de um acontecimento ou emoção.

Sugerem, ainda, que esse espelhamento revele sempre a totalidade, uma visão ampla e abrangente da realidade. No entanto, as obras ficcionais se assemelham mais a um espelho carregado por alguém em movimento, refletindo apenas fragmentos do mundo ao seu redor. Esse reflexo não é pleno nem estático; ele captura apenas o que está ao alcance da visão, aquilo que afeta diretamente quem carrega o espelho. (Eco, 2002)

Mais do que isso, esse espelho não é perfeito. Ele se move junto com quem o segura, ajustando-se às circunstâncias, aos ângulos e à luz do momento. E, inevitavelmente, ele se distorce, pois nenhum reflexo pode ser inteiramente fiel àquilo que representa. As obras

ficcionalis, assim como esse espelho, não são uma janela direta para a realidade, mas uma interpretação única e subjetiva, marcada pelas experiências, intenções e limitações de quem a criou. (Gay, 1991)

Nesse sentido, a ficção nos lembra que a realidade é composta por infinitos fragmentos, e cada obra nos oferece apenas um pedaço, uma visão íntima e peculiar que enriquece, mas nunca substitui a complexidade do real.

Desse modo, a ficção, ao oferecer fragmentos da realidade, não apenas amplia nossa compreensão do mundo, mas também nos convida a transitar por essa fronteira fluida entre o real e o imaginário. É nesse movimento que se cria o espaço híbrido onde os limites se diluem, permitindo que a narrativa seja experienciada não como uma negação da verdade, mas como uma extensão possível do real, dotada de sua própria autenticidade.

A fronteira entre ficção e realidade é um terreno onde o imaginário e o real se entrelaçam, construindo um espaço que desafia as categorizações rígidas. Quando o leitor adentra um enredo ou narrativa, ele ultrapassa essa linha invisível, guiado pelo que Umberto Eco (2002, p. 81) denominou de “suspensão da descrença”. Trata-se de um pacto silencioso entre autor e leitor: ambos aceitam que a história é fictícia, mas não por isso irreal. Nesse acordo implícito, a narrativa deixa de ser percebida como uma mentira e passa a ser vivenciada como uma verdade em um universo específico.

Eco (2002, p. 88) afirma que “a obra de ficção nos encerra nas fronteiras de seu mundo e, de uma forma ou de outra, nos faz levá-la a sério”. Essa afirmação revela o poder transformador da ficção, que captura o leitor em suas margens e o faz imergir em um mundo onde as regras são regidas pelo possível daquele universo. A narrativa cria um mundo parasitário (Eco, 2002, p. 89), um simulacro que se alimenta do real, adaptando-o às próprias convenções e sentidos.

Mas, afinal, o que é uma afirmativa verdadeira dentro de uma estrutura ficcional? Podemos dizer que a verdade na ficção não reside na correspondência aos fatos do mundo real, mas na coerência interna do mundo possível criado pela história. Esse princípio de coerência, mais do que garantir a verossimilhança, sustenta a confiança entre autor e leitor. Como Eco (2002, p.93) observa, “mesmo no mundo real, todavia, o princípio da confiança é tão importante quanto o princípio da verdade”.

Essa confiança, tão essencial no pacto entre autor e leitor, encontra eco na própria dinâmica que rege as fronteiras entre história e literatura. Ambas se fundamentam em estruturas narrativas que exigem coerência interna, mas que também dialogam com o mundo externo, ora reafirmando, ora questionando os limites entre o real e o imaginado. Esse entrelaçamento não

apenas fortalece a verossimilhança dentro de cada narrativa, mas também amplia o horizonte de compreensão, permitindo que diferentes linguagens e perspectivas se cruzem.

Entre as veredas sinuosas da história e os campos férteis da literatura, ergue-se a complexa fronteira que separa o real do imaginado. Bosi (2013), em sua obra *Entre a literatura e a história*, nos convida a revisitar esse espaço de encontros e tensões, onde os limites dos gêneros e das artes não apenas são questionados, mas reconfigurados. O autor aponta que, na contemporaneidade, a aceleração das comunicações e a fluidez das narrativas ampliaram o debate em torno dessas delimitações, deixando claro que as fronteiras, por mais concretas que pareçam, são sempre permeáveis.

Ao escrever, o autor atua como uma espécie de arquiteto do simbólico, consciente das linhas que desenha entre o factual e o ficcional. Contudo, essas linhas não são definitivas. O texto, uma vez entregue ao leitor, ganha vida própria, tornando-se um terreno para a atribuição de novos significados. Nesse processo, o que Bosi chama de “interpretação de experiência” toma o lugar da vivência original, pois, na leitura, o real não é reconstruído, mas reimaginado. Cada leitor carrega consigo as marcas de sua própria história, transformando o texto em um espelho multifacetado, onde os reflexos variam conforme o ângulo de observação.

Ainda que a fronteira entre o real e o ficcional pareça tênue, ela existe, como um fio quase imperceptível que testa tanto a consciência do escritor quanto a do leitor. O autor, ao narrar, sabe exatamente onde mente, mas o ato de mentir na literatura não é um ato de engano; é um convite à percepção. Do outro lado, o leitor, ao se deparar com as camadas do texto, questiona as intenções e os limites da narrativa. Bosi (2013) enfatiza que “onde há intenção histórica, o controle do leitor faz sentido”, apontando para a necessária cumplicidade entre autor e leitor no desvelar da narrativa.

Nesse pacto silencioso, história e literatura não são opostos, ambas agem como irmãs que, ao compartilhar um território comum, refletem juntas sobre a condição humana. A história traz consigo o peso da factualidade, da veracidade documental que busca reconstruir os passos do tempo. A literatura, por sua vez, é o voo livre do imaginário, onde as possibilidades do real se multiplicam. Porém, ambas são marcadas pela subjetividade de quem narra e de quem lê, o que reforça a ideia de que a fronteira entre os dois campos, embora necessária, é também transitória e negociável.

A literatura contemporânea, em particular, coloca essa questão em evidência. A rapidez das trocas comunicativas e a democratização dos meios de criação e circulação de narrativas dissolveram as antigas certezas acerca dos gêneros. As obras atuais, muitas vezes, transitam entre o documental e o poético, entre o testemunho e a ficção, desafiando o leitor a se situar

nesse território híbrido. Essa hibridez, longe de ser um problema, enriquece a compreensão tanto do passado quanto do presente, evidenciando que toda narrativa é, em última instância, uma construção simbólica que reflete as inquietações do humano.

Assim, a fronteira entre história e literatura é menos um muro que separa e mais uma ponte que conecta. É nesse espaço de transição que surgem as perguntas mais profundas: o que é real? O que é invenção? E, no fim das contas, importa distinguir entre os dois? Talvez, como sugere Bosi, o que importa de fato seja o movimento contínuo entre as margens, o diálogo incessante entre o que foi e o que poderia ter sido. Afinal, tanto a história quanto a literatura são modos de habitar o tempo, e nesse habitar, real e imaginado se entrelaçam em um tecido que, embora fragmentado, jamais deixa de ser profundamente humano.

No encontro entre essas margens, percebe-se que tanto o historiador quanto o escritor partilham um objetivo comum: dar sentido ao caos do tempo. Enquanto um procura desenterrar camadas ocultas da experiência humana, o outro as reimagina, criando pontes simbólicas entre o vivido e o sonhado. Ambos dependem de narrativas, estruturas e escolhas estilísticas que influenciam a forma como o passado é entendido ou reinventado.

Portanto, ao transcenderem suas fronteiras disciplinares, história e literatura revelam o potencial de transformação mútua. Se a história nos ajuda a compreender quem fomos e o contexto que nos cerca, a literatura nos convida a imaginar quem poderíamos ser. Juntas, elas tornam-se não apenas instrumentos de conhecimento, mas também de criação, moldando subjetividades e, em última instância, a própria memória coletiva. Assim, o real e o imaginário deixam de ser opostos e tornam-se parceiros no vasto empreendimento humano de dar sentido à existência.

A fronteira entre realidade e ficção é, portanto, um lugar de negociação e reconfiguração. A ficção não se limita a reproduzir o real, mas o reconstrói, revela seus abismos e propõe novas possibilidades de compreensão. Nesse processo, o leitor não é apenas um receptor passivo; ele torna-se um coautor, atribuindo sentidos e significados à narrativa, cruzando a linha tênue onde o real se dissolve no imaginário e o imaginário representa (até certo ponto) o real.

Essa relação dialógica reflete a própria condição humana: vivemos no limite entre o que é e o que poderia ser, entre os fatos e os sonhos que os transcendem. Assim, a literatura, como arte, continua a desafiar nossa percepção, levando-nos a questionar, a imaginar e, sobretudo, a sentir.

Mesmo diante de tais tensões, o historiador não deve abandonar a literatura como recurso. Pelo contrário, a relação entre ficção e história com suas diferenças e afins,

compromissos distintos, abre novas oportunidades para a historiografia. Isso exige um entendimento mais equilibrado e cuidadoso dessa relação, reconhecendo os limites e suas tensões.

Júlio Pimentel, em sua análise sobre a interação entre História e Literatura, destaca que “a literatura, enquanto produção de sentidos e sentidos múltiplos, não se contenta em ser reflexo dos eventos históricos; ela é, antes, uma ferramenta de reinvenção e resistência ao tempo” (Pimentel, 2024). Para o autor, o texto literário não deve ser lido apenas como uma representação do que aconteceu, mas como um espaço onde o acontecimento é reconfigurado, onde as vozes que a história muitas vezes silencia encontram um novo lugar para se expressar. A literatura, em sua potência criativa, pode dar a ver o que a história não consegue, ou mesmo se propõe a ocultar.

Essa reconfiguração que Pimentel propõe nos permite olhar para a história não apenas como uma sequência de eventos, mas como um campo vivo e dinâmico, em constante negociação de sentidos. Michel Foucault, com sua teoria do poder e do saber, acrescenta que as narrativas históricas não são apenas construções de um tempo distante, mas sim disputas de verdades. A história não é uma simples sucessão de fatos, mas um campo onde as verdades são estabelecidas através de processos de poder que definem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido (Foucault, 1979). A literatura, ao contar sua versão dos acontecimentos, se torna uma forma de resistência a essas construções dominantes, abrindo espaço para a pluralidade de vozes e para os múltiplos olhares que compõem uma mesma realidade.

É nesse sentido que a literatura brasileira, como observou Antônio Candido, se torna um reflexo das complexas camadas da história de seu povo. Para Candido, o papel da literatura não é apenas o de registrar os eventos de um tempo ou de uma cultura, mas o de revelar a alma coletiva de uma nação, com suas contradições, suas angústias e seus sonhos (Candido, 2006). Ao criar textos que refletem a realidade social e política, a literatura brasileira, por exemplo, ultrapassa o mero retrato da história, oferecendo uma visão mais profunda sobre as questões de identidade, poder e resistência. As grandes obras literárias, como as de Machado de Assis, Guimarães Rosa e Clarice Lispector, não são apenas produtos de suas épocas, mas também interpretações poéticas e complexas dos conflitos históricos, sociais e existenciais.

No entanto, o papel da literatura na construção de um discurso histórico vai além da crítica social ou da reinterpretação dos eventos. Ela também revela os espaços de memória que, muitas vezes, a história oficial ignora. Walter Benjamin, ao refletir sobre o conceito de história, nos lembra que a história não é algo que se passa de forma contínua, mas uma acumulação de interrupções, rupturas e destruições que nos exigem uma reinterpretação constante (Benjamin,

2003). A literatura, ao se debruçar sobre essas interrupções, revela os esquecidos, os marginalizados, aqueles que não se encaixam nas narrativas triunfantes e lineares da história. Através das palavras de um romancista ou poeta, o passado pode ser recontado de uma maneira que não só o resgata, mas o transforma, evidenciando a verdade de muitas histórias que permanecem à margem do que a história oficial pode registrar.

Esse encontro entre história e literatura, portanto, não se dá apenas no plano da reconstituição dos fatos, mas também no plano da memória e da subjetividade. Assim, a literatura não é uma mera representação da história, mas um campo onde o passado é recriado, onde a realidade ganha uma nova dimensão. A escrita literária é, nesse sentido, um espaço de reinvenção, onde o que foi vivido se torna um novo caminho para a imaginação, para a reflexão e para a experiência estética.

Quando refletimos sobre a interação entre história e literatura, vemos que ambas compartilham o desejo de entender a complexidade humana, mas cada uma o faz à sua maneira. A história nos oferece os dados, os documentos, as evidências; a literatura, por sua vez, nos oferece as emoções, as vivências e as intuições. No encontro desses dois universos, encontramos um campo fértil para o entendimento do passado, onde o racional e o imaginário se encontram, se complementam e se transformam.

Este diálogo contínuo entre história e literatura, entre fatos e narrativas, entre o real e o imaginário, forma uma tapeçaria rica e complexa, onde cada fio (cada texto literário e cada evento histórico) contribui para a construção de um entendimento mais completo da humanidade. A história, sem a literatura, corre o risco de se tornar fria e impessoal, uma simples contagem de eventos. A literatura, sem a história, pode se perder em uma abstração sem contexto. Mas, quando essas duas forças se encontram, elas nos oferecem uma visão mais rica e multifacetada do que significa ser humano, do que significa existir em um mundo repleto de histórias e de sentidos a serem descobertos.

Ou seja, a literatura pode ser uma ferramenta poderosa para a história devido a sua capacidade de captar mudanças e nuances rapidamente graças à criatividade de seus recursos estéticos. Porém, historiadores devem reconhecer que o valor da ficção não está em suas informações históricas diretas ou em contextos óbvios, mas nos detalhes sutis e na forma como o texto é construído. A dimensão estética e o contexto cognitivo que moldam a obra são mais reveladores sobre o passado que os dados aparentes.

A conexão entre história e literatura revela-se, assim, como um diálogo produtivo, em que a ficção não apenas enriquece a compreensão histórica, mas também desafia suas metodologias. Carlo Ginzburg, em *O fio e os rastros*, enfatiza que o historiador deve lidar com

fragmentos e indícios, reconhecendo a impossibilidade de uma reconstrução totalizadora do passado: “A realidade que tentamos conhecer é sempre uma construção, uma combinação de fragmentos” (Ginzburg, 2007, p. 33). Essa abordagem ressoa profundamente com os métodos literários, que frequentemente se concentram nas nuances e detalhes subjetivos para criar narrativas significativas.

Enquanto o historiador rastreia vestígios para interpretar acontecimentos, o autor literário utiliza sua liberdade estética para propor perspectivas alternativas, revelando tensões sociais e iluminando aspectos sutis do cotidiano. Ginzburg ressalta a importância de interpretar esses sinais com um olhar crítico, lembrando que “os indícios não são provas definitivas, mas permitem estabelecer conexões inesperadas” (Ginzburg, 2007, p. 52). Essa sensibilidade aos rastros encontra paralelo na literatura, que, por sua própria natureza, explora o implícito, o simbólico e o subjetivo.

Ao compreender a ficção como um espelho distorcido que reflete uma realidade parcial, o historiador reconhece o potencial da literatura de desafiar narrativas tradicionais. Como destaca Ginzburg, a busca pelos rastros exige do historiador um constante movimento entre o particular e o geral, um método que pode ser enriquecido pela leitura atenta de textos literários, pois “as palavras, como os rastros, não são apenas instrumentos de comunicação, mas também objetos de análise histórica” (Ginzburg, 2007, p.64). Assim, literatura e história, embora distintas em seus objetivos, complementam-se ao oferecer novos caminhos para entender o passado em sua complexidade.

Embora a história e a ficção tenham diferenças fundamentais, ambas compartilham processos semelhantes. Historiadores e ficcionistas criam narrativas que envolvem questionamentos sobre a verdade, exploram diferentes tempos e contextos e utilizam teorias e metodologias para construir suas obras. Ambos se distanciam da realidade para poder apresentá-la de forma mais clara e reflexiva.

Ao percorrermos as margens da história e da literatura, percebemos que ambas, em seus territórios aparentemente distintos, são irmãs que compartilham o mesmo anseio: o de iluminar os cantos obscuros da experiência humana. O historiador, ao seguir os rastros do passado, torna-se um intérprete do que foi, uma voz que se ergue a partir de fragmentos dispersos, tentando dar sentido ao caos que a memória do tempo tenta preservar. Já o escritor, com seus olhos atentos ao invisível, busca nos espaços vazios da narrativa uma interpretação mais subjetiva daquilo que nos escapa, oferecendo ao leitor um mundo repleto de significados múltiplos e entrelaçados.

Ginzburg nos lembra que, embora o indício nunca seja uma prova definitiva, ele possui uma força extraordinária: a de conectar o disperso, de sugerir novas leituras e interpretações. É nesse campo fértil de possibilidades que história e literatura se encontram, pois ambas se propõem a entender o que nos escapa, a reconstruir o que não está completamente visível. A ficção, ao atuar como um espelho distorcido, não reflete uma realidade exata, mas, paradoxalmente, aproxima-se mais da complexidade dessa realidade do que a precisão linear da história poderia fazer. Quando o historiador se depara com a literatura, ele se encontra diante de uma outra camada da história, aquela que se esconde nas entrelinhas, na subjetividade das experiências humanas, naquilo que não está documentado, mas que, ainda assim, pode ser tão revelador quanto os registros oficiais.

Neste capítulo, começamos a vislumbrar que as narrativas não são meras histórias que nós contamos, mas sim fios invisíveis que tecemos ao longo do tempo, estabelecendo conexões, pontes e contínuos entre o passado, o presente e o futuro. Cada narrativa, ao ser contada, não apenas reflete uma visão particular sobre os acontecimentos, mas também age como uma força que molda e redefine os próprios eventos que procura interpretar. A história não é um monólito, mas uma tapeçaria viva e pulsante, tecida por múltiplas mãos ao longo de gerações, cada uma trazendo sua perspectiva, sua linguagem e seus próprios significados. O que entendemos por passado, portanto, não é um dado fixo, mas algo que se reconstrói incessantemente por meio da lembrança, da reinterpretação e da criação.

Entrelaçadas às dimensões da memória e da narrativa, as interpretações históricas revelam-se como um terreno de tensão e transformação. Elas carregam não apenas a tarefa de registrar eventos, mas também o desafio de reconhecer os silêncios e as ausências que permeiam os vestígios do passado. Ao revisitar documentos, símbolos e tradições, o historiador não apenas reconstrói, mas também desconstrói certezas, evidenciando que cada escolha narrativa implica uma exclusão, um foco, uma intenção. Assim, a história torna-se não apenas um reflexo do que foi, mas um diálogo incessante entre aquilo que escolhemos lembrar e o que insistimos em esquecer.

Ao refletirmos sobre o conceito de memória, não podemos ignorar a fluidez com que ela se reinventa em cada novo contexto. A memória não é uma coleção estática de fatos, mas um espaço aberto onde as narrativas se entrelaçam, ganhando novas camadas a cada releitura. O fio da memória, que parece linear à primeira vista, na verdade serpenteia entre tempos e espaços, cruzando-se com outras histórias, muitas vezes contraditórias, mas todas igualmente verdadeiras naquilo que representam para aqueles que as vivem. As narrativas históricas, nesse sentido, são como linhas de costura que nunca se encontram em um ponto fixo, mas que se

estendem, se ramificam e se ajustam, criando uma rede de sentidos que questiona e redefine o que entendemos por realidade e por verdade.

E é exatamente nesse movimento de reinterpretação que entra a importância da literatura. Se a história oferece o esqueleto, a literatura adiciona as veias pulsantes, preenchendo as lacunas e dando à narrativa a carne e a emoção que tornam os eventos não apenas lembrados, mas sentidos. A memória histórica, assim, não se constitui apenas pela precisão dos documentos, mas pela capacidade de as histórias serem vividas, recontadas e reimaginadas. Cada texto literário, ao explorar as experiências humanas, acrescenta uma camada de significado à tapeçaria histórica, tornando o passado mais próximo, mais palpável e, ao mesmo tempo, mais distante em sua complexidade. O fio da memória, entrelaçado por histórias e interpretações diversas, cria um tecido rico e multifacetado, que não é fixo nem definitivo, mas que reflete a multiplicidade da experiência humana.

1.1. Do Arquivo à Fábula: O Tecido Comum da Narrativa

A História é, antes de tudo, um relato, uma narrativa que se constrói sobre o que não mais existe.” (Pesavento, 2012, p. 11).

Entre o silêncio solene do arquivo e o murmúrio incessante da ficção, estende-se um território vasto e movediço: o da narrativa. Durante séculos, acreditou-se poder traçar aqui uma fronteira nítida. De um lado, a História, com sua aura de objetividade, seu compromisso com o fato bruto, sua aspiração a uma verdade documental. Do outro, a Literatura, reinando soberana no império da invenção, da subjetividade, do possível. Contudo, essa geografia intelectual, tão confortável para nossos manuais, começou a desmoronar quando se percebeu que ambas as disciplinas bebem da mesma fonte primordial: a necessidade humana insaciável de contar histórias. Esta não é uma simples coincidência, mas a manifestação de uma condição existencial: somos, como sugeriu o filósofo Paul Ricoeur, seres narrativos, que forjam sua identidade no ato de tecer e recontar suas experiências no tempo (Ricoeur, 1994). A dicotomia entre o real e o imaginado, portanto, é menos um abismo e mais uma membrana porosa, permeável a trânsitos e contaminações constantes.

O gesto fundador dessa redescoberta pode ser creditado a Hayden White. Em sua obra seminal *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX* (1992), White realizou uma revolução copernicana ao argumentar que o trabalho do historiador não termina na descoberta dos fatos; começa, verdadeiramente, quando ele decide como narrá-los. O historiador,

consciente ou não, opera como um romancista: seleciona um enredo (trágico, cômico, satírico), elege heróis e antagonistas, e emprega figuras de linguagem – metáforas, metonímias – para conferir sentido e coerência ao caos aparente dos eventos. “A história é”, escreve White, “antes de tudo, uma narrativa, e assim como a literatura, é uma construção do imaginário” (White, 1992, p. 35). Esta não é uma mera observação estilística, mas um golpe epistemológico de profundas consequências. Se a escrita histórica é, em sua essência, uma prática literária, então ela está inevitavelmente sujeita à mesma interrogação que se faz a um romance: quem fala? De que lugar? Com quais intenções? E, de forma mais crucial, que silêncios essa voz ativa produz?

É aqui que a aparente harmonia do diálogo revela sua tensão constitutiva. A narrativa histórica, ao estruturar o passado, realiza um ato de poder. Ela institui o que é memorável, legítimo, digno de lembrança, e, por um movimento sutil e simultâneo, define o que deve ser relegado às sombras do esquecimento. Esses silêncios, como nos ensina o antropólogo Michel-Rolph Trouillot, não são acidentais ou passivos; são produtivos. Eles são gerados pelas próprias estruturas de poder que determinam quais vozes têm o privilégio de ser registradas como “História” e quais são condenadas a serem consideradas ruído, anedota ou lenda. Trouillot adverte que “o silenciamento é intrínseco ao processo de produção histórica” (Trouillot, 2016, p. 48). Desse modo, o arquivo histórico não é um depósito neutro, mas um monumento a certas vitórias, inclusive a vitória de certas narrativas sobre outras.

É neste vácuo, nesta zona de sombra entre os arquivos, que a Literatura encontra sua vocação mais profunda e sua responsabilidade ética. Enquanto a História se vincula, por ofício, ao que foi documentado, a Literatura se aventura, por vocação, no reino do possível, do imaginado, do sentido ausente. O filósofo Paul Ricoeur viu nesta complementaridade uma via para re-humanizar o passado: “a história se torna verdadeiramente humana”, afirma, “quando a literatura é capaz de falar das lacunas entre os fatos, preenchendo-as com sentidos e significados que não estão registrados nos documentos” (Ricoeur, 1994, p. 51). A ficção, assim, não seria um divertimento frívolo, mas uma forma singular de conhecimento por empatia, capaz de acessar dimensões da experiência, a dor íntima, o gesto cotidiano, a resistência obscura, que escapam à grade rígida dos fatos oficiais. É o que defende o crítico Antonio Candido ao postular a literatura como um “direito de todos”, um mecanismo fundamental para a formação humana e a compreensão de realidades outras, pois nos permite organizar interiormente a experiência caótica da vida (Candido, 2006). Um romance como *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, ao dar densidade existencial à seca e à miséria, nos faz compreender a história social do Nordeste de uma maneira que nenhum relatório estatístico conseguiria.

No entanto, seria uma ingenuidade perigosa ver a Literatura como uma redentora inocente, uma heroína isenta que simplesmente preenche as lacunas deixadas pela História. Ela própria é um artefato cultural nascido em contextos de poder específicos, moldada por cânones, mercados editoriais e tradições que também hierarquizam vozes. Seu potencial de ressonância com experiências silenciadas coexiste, paradoxalmente, com o risco de reproduzir, em sua linguagem e suas estruturas narrativas, as mesmas exclusões que pretende denunciar. O olhar colonial, por exemplo, não está presente apenas nos relatos dos viajantes; ele pode se insinuar na estrutura profunda de romances que, mesmo solidários, mantêm o "outro" como objeto exótico de observação. O desafio, portanto, é duplo e vertiginoso: usar a Literatura como uma lente crítica para interrogar as fissuras do arquivo histórico e, ao mesmo tempo, voltar essa lente crítica para a própria Literatura, perguntando por que certas subjetividades encontraram nela um eco e outras permaneceram mudas.

1.2 Os Silêncios do Cânone: Gênero, Raça e a Estrutura do Esquecimento

O silenciamento não é o mesmo que silêncio. O silêncio pode ser um momento de introspecção ou de paz, mas o silenciamento é uma imposição. É um ato de violência. É a negação do direito de falar, de ser ouvido e de ser reconhecido como um sujeito que produz conhecimento. Nas estruturas coloniais e patriarcais, esse silenciamento é a base da nossa invisibilidade.
Grada Kilomba, 2019.

Se a narrativa é um ato de poder, a pergunta “quem pode narrar?” nos conduz ao coração das estruturas que organizam o silêncio de maneira sistemática. Joan Scott, em seu texto fundamental *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica* (1995), oferece uma ferramenta de desmontagem imprescindível para este trabalho. Scott argumenta que o gênero não é um dado natural ou biológico, mas uma categoria relacional de poder que organiza a percepção do mundo social e a produção do conhecimento. A História tradicional, ao tomar a experiência masculina (pública, política, bélica) como a experiência humana universal, não cometeu um simples “esquecimento” das mulheres, um lapso a ser corrigido. Ela operou dentro de um *framework* epistemológico que desvalorizou, a priori, as esferas, os saberes e as ações historicamente associadas ao feminino (o doméstico, o afetivo, o corporal, o reprodutivo) como fontes de conhecimento histórico legítimo. O privado era visto como um não-lugar da história, e as atividades que ali se desenrolavam, como eventos menores, destituídos da grandeza necessária para compor a narrativa das nações.

Como demonstrou Michel Foucault, todo saber está indissociavelmente ligado a relações de poder que produzem regimes de verdade, definindo não apenas o que pode ser dito, mas quem está autorizado a falar e a ser ouvido (Foucault, 1979). Nesse sentido, o silêncio historiográfico não deve ser compreendido como mera ausência documental, mas como um efeito histórico de práticas discursivas que organizam o visível e o invisível, o dizível e o indizível. Trata-se de um silêncio ativo, produzido, que estrutura a própria inteligibilidade do passado.

É nesse horizonte que a categoria de gênero, tal como formulada por Scott, adquire centralidade analítica. Ao afirmar que o gênero constitui simultaneamente um elemento das relações sociais e “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86), a autora desloca o debate da simples identificação de sujeitos ausentes para os critérios que estruturaram a produção do conhecimento histórico. O gênero opera, assim, como uma engrenagem silenciosa: naturaliza hierarquias, confere aparência de universalidade a experiências particulares e define quais práticas são reconhecidas como historicamente relevantes. O problema historiográfico, portanto, não reside no suposto “esquecimento” das mulheres, mas na adoção de parâmetros analíticos que tomaram como universais experiências masculinas específicas, associadas ao espaço público, à política institucional e à ação formal, relegando outras formas de existência à marginalidade histórica.

Essa lógica de exclusão se materializa, de modo contundente, na própria definição do que foi reconhecido como fonte legítima. Como observa Michelle Perrot (2005, p.17), “o silêncio das mulheres não é um vazio natural, mas o produto de uma exclusão histórica”. O espaço privado, tradicionalmente associado ao feminino, foi concebido como um não-lugar da História, e as práticas que nele se desenrolavam (o cuidado, o trabalho cotidiano, as relações afetivas) foram classificadas como insignificantes ou destituídas de valor histórico. Não se trata, portanto, de uma carência documental, mas de uma hierarquização dos mundos sociais que definiu, desde cedo, o que merecia memória e o que deveria permanecer à sombra.

Essa estrutura de silenciamento torna-se ainda mais profunda quando observada pelas hierarquias raciais e coloniais. O projeto moderno de escrita da História esteve intimamente vinculado à expansão colonial europeia, produzindo narrativas que negaram historicidade aos povos colonizados. Edward Said demonstrou como o “Outro” colonial foi construído discursivamente como objeto de conhecimento e não como sujeito histórico, definido a partir das necessidades simbólicas do Ocidente (Said, 1993). Nesse enquadramento, a agência histórica foi sistematicamente atribuída ao colonizador, enquanto os colonizados foram inscritos em um tempo imóvel, repetitivo e pré-moderno.

A crítica de Gayatri Spivak aprofunda esse debate ao questionar as condições de possibilidade da fala subalterna. Ao afirmar que “o subalterno não pode falar” (Spivak, 2010, p. 85), a autora não nega a existência da fala, mas evidencia os limites de um regime discursivo que impede que determinadas vozes sejam reconhecidas como portadoras de conhecimento legítimo. O silêncio, nesse caso, não é ausência de enunciação, mas resultado de uma violência epistêmica que produz o Outro como não-sujeito histórico.

1.3 O Diálogo como Resistência: Por uma Política da Memória no Presente

*A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será.
Eduardo Galeano, 2010.*

Este denso percurso teórico, que partiu da natureza narrativa da História e atravessou os mecanismos de exclusão que a estruturam, não é um exercício confinado às torres de marfim. Ele encontra sua ressonância mais concreta e urgente no presente, materializando-se em gestos políticos que reconfiguram o próprio tecido da memória coletiva. A Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, ao instituir a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História e alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é precisamente esse tipo de gesto: um reconhecimento institucional de que a sala de aula é um campo de batalha político onde identidades se forjam e hierarquias se contestam. Se, como ensina Michel-Rolph Trouillot, o poder opera através de silenciamentos ativos que separam o arquivo do ruído, esta lei intervém diretamente nesse processo, ordenando que vozes sistematicamente abafadas pelo patriarcado sejam escutadas.

Sua exigência de “abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares” (Brasil, 2024) não visa um acréscimo superficial, mas uma re-narração radical do currículo, atacando na raiz os estereótipos que, como apontou a senadora relatora Soraya Thronicke, “influenciam a tomada de decisões de meninas já a partir dos seis anos de idade” e contribuem para a “baixa representatividade feminina em diversas áreas” (Senado Federal, 2024). O texto legal, portanto, transcende a mera normativa para se tornar um instrumento de correção epistemológica, questionando os critérios tradicionais do que é digno de registro histórico e abrindo espaço institucional para que vivências, contribuições e formas de agência historicamente relegadas ao privado ou ao informal ganhem estatuto de conhecimento público e legado comum.

Esta intervenção legal sintoniza-se, de modo profundo, com um imperativo ético que os estudos sobre memória colonial denominam “dever cívico de memória”, uma necessidade premente de confrontar ativamente os legados da violência histórica para construir futuros distintos. Tal como Sheila Khan, Bruno Sena Martins e Miguel Cardina (2019, p. 1-2) argumentam que é preciso enfrentar “os legados das violências instauradas pelos impérios modernos” e se opor a “quadros de sentido complacentes com políticas do esquecimento”, a lei aplica esse dever ao campo específico do gênero. Ela busca reparar uma elusão cultural sistemática, recusando-se a pactuar com as versões triunfalistas e unilaterais de um passado que omitiu metade de seus protagonistas. Dessa forma, a lei opera uma distinção crucial que ilumina toda a sua potência: não se trata de uma mera inclusão assimilacionista que contentaria em adicionar nomes femininos a um panteão cujos critérios de grandeza permanecem inquestionados e masculinos. Trata-se, antes, de um reconhecimento transformador que exige que as “experiências e perspectivas femininas” sejam o fundamento da abordagem, promovendo uma mudança de paradigma que desloca a mulher da posição de apêndice da história para o centro de uma nova perspectiva sobre a própria história. É uma exigência de que a narrativa nacional seja reescrita a partir de um ponto de vista outro, que não apaga, mas complexifica e enriquece a compreensão do processo social.

A materialização concreta e viva deste imperativo legal e ético se dá, sobretudo, na instituição da “Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História, campanha a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de março” (Brasil, 2024). Mais que uma data simbólica no calendário escolar, esta semana é a cristalização de um rito pedagógico de insurgência da memória, um tempo destinado à interrupção deliberada do silêncio. Reportagens que acompanharam sua primeira edição mostram como escolas por todo o país a transformaram em um laboratório de práticas narrativas criativas. Na Escola Municipal Maria Aparecida Rodrigues Cintra, em São Paulo, um projeto perene chamado “Mulheres Incríveis” ganhou novo fôlego, com os alunos indo além do estudo de biografias para nomear espaços da escola – como a pracinha “Marielle Franco” – e produzir murais coletivos que materializam fisicamente, no cotidiano do pátio e do corredor, uma presença histórica que os currículos antigos tornavam abstrata ou invisível. Essas atividades transcendem a simples comemoração, pois encarnam a potência da arte e da criação coletiva como ferramentas fundamentais de reconhecimento e pertencimento.

Quando alunos do Colégio Miguel de Cervantes pesquisam a vida de astrônomas como Henrietta Swan Leavitt e refletem sobre o filme *Estrelas Além do Tempo*, ou quando uma escola no Maranhão propõe que as crianças completem a frase “Admiro minha mãe porque ela é uma

mulher...”, está-se cumprindo, em gestos miúdos e profundos, o objetivo maior da lei, descrito pela deputada Tabata Amaral: “fomentar nas alunas a possibilidade de elas mesmas se tornarem cientistas ou lideranças políticas; e nos meninos, o respeito e a admiração por mais mulheres” (Fajardo, 2025). Nestes atos cotidianos de pesquisa, de fala, de nomeação e de criação, a reconquista do direito a uma narrativa própria deixa de ser uma abstração teórica ou uma demanda distante e ganha corpo, voz e cor no chão da escola. É o diálogo infinito entre História e Literatura encontrando sua expressão mais vital na pedagogia, demonstrando que mudar a narrativa do passado é uma forma poderosa de imaginar e habitar um futuro diferente.

A Lei 14.986/2024 revela-se, assim, um artefato político-narrativo dos nossos tempos, um documento sintomático onde a tensão permanente entre o silenciamento estrutural e a insurgência da memória se torna legível e operante. Ela é a prova material, inscrita no ordenamento jurídico, de que o diálogo entre História e Literatura – entre o rigor metódico do arquivo e a liberdade transgressora da ficção – não é um debate estéril ou um luxo intelectual, mas uma força viva que pode moldar instituições, reordenar prioridades coletivas e redefinir os contornos do que uma sociedade considera seu legado. Enquanto a legislação cria a estrutura formal e o mandato para essa grande re-narração, a prática pedagógica e a criação literária fornecem a linguagem, a sensibilidade e a imaginação necessárias para preenchê-la de sentido e afeto, dando corpo e voz às subjetividades e às histórias que o poder dominante havia, por séculos, tentado apagar ou reduzir a caricaturas.

Dessa forma, a memória coletiva deixa de ser um arquivo estático, poeirento e dado, para se afirmar como um diálogo infinito travado no presente, um processo contínuo, inacabado e necessariamente conflituoso de tecer, desfazer e retecer os fios do humano. E nesse movimento sempre renovado, a presença de todos os fios – especialmente daqueles que, como os das contribuições femininas, foram por tanto tempo omitidos ou relegados à condição de detalhe – deixa de ser uma concessão ou um adendo para se tornar a condição mesma da solidez, da beleza e da justiça do vasto e complexo tecido que, juntos, continuamos a criar e a habitar.

1.4 Entre mapas e margens: mulheres viajantes no século XIX

A escrita de viagem das mulheres não busca apenas descrever o mundo, mas encontrar um lugar para si mesmas dentro dele."

Mary Louise Pratt, Olhos do Império, 1999.

O século XIX, frequentemente celebrado como o grande século das viagens e da exploração científica, apresentava uma contradição fundamental quando se observa a participação feminina nesse empreendimento global. Enquanto a expansão colonial, os avanços nos transportes e a fome por conhecimento sobre terras distantes incentivavam jornadas transoceânicas, a sociedade burguesa e patriarcal, tanto na Europa quanto no Brasil, construía e reforçava um ideal de mulher confinada à esfera doméstica, “voltada ao matrimônio e à domesticidade, seguindo os modelos sociais rígidos impostos pela sociedade”, como analisa Ribeiro (2021).

Neste cenário de limites rígidos, a figura da mulher viajante surgia como uma anomalia, um desvio curioso que, no entanto, produziu um corpus textual de valor inestimável para a compreensão da época. Muitas mulheres se dedicaram a produção escrita que, desafiando convenções, cruzaram o Atlântico e registraram suas impressões sobre o Brasil, oferecendo-nos não apenas relatos etnográficos e descritivos únicos, mas também exemplos concretos de uma luta silenciosa por agência e expressão intelectual num mundo que lhes negava ambos. Como pontua o dossiê da Biblioteca Nacional Digital, “as mulheres sempre viajaram, mas sua presença no estrangeiro, suas atividades divididas entre a esfera pública e a intimidade e, sobretudo, seus escritos ficaram durante muito tempo na obscuridade” (BNDigital, s.p.).

A própria motivação para viajar já era um primeiro ato de transgressão. Num período em que, nas palavras de Eça de Queirós através de uma de suas personagens, se acreditava que “a fêmea era um ente subalterno” e que ao homem cabia “fecundá-la, e afastar-se com tédio” (Queirós, 2015, p. 349), embarcar numa longa e perigosa travessia marítima rumo aos trópicos era algo que fugia completamente ao script social. Contudo, essas mulheres não formavam um grupo homogêneo. Suas trajetórias e interesses variavam amplamente, como demonstra a lista compilada por Miriam Lifchitz Moreira Leite (2000), que inclui nomes e datas de chegada ao Brasil, desde Rose de Saulces de Freycinet (1817/1820) até Teresa da Baviera (1888), passando por figuras emblemáticas como Maria Graham (1821), Ida Pfeiffer (1846) e Adèle Toussaint-Samson (1851). Era o caso de Rose de Freycinet, que se escondeu a bordo do navio de seu marido para acompanhá-lo em sua viagem ao redor do mundo, ou da Baronesa Émile de Langsdorff, que veio em missão diplomática por ocasião do casamento do Príncipe de Joinville. Outras, no entanto, desafiavam categoricamente a passividade esperada. A vienense Ida Pfeiffer é o exemplo mais fulgurante: uma “dona de casa (...) mãe de dois filhos que, após a morte da mãe, realizou seus sonhos infantis de ver o mundo” (Leite, 2000, p. 10). Após anos de preparação secreta, ela partiu para quinze anos de peregrinações globais, financiando-se com a venda de seus escritos, numa demonstração ímpar de autonomia e determinação.

Havia também as que vinham com objetivos profissionais ou intelectuais definidos, como a educadora Ina von Binzer, a naturalista Teresa da Baviera ou a escritora e historiadora Maria Graham. Por fim, um contingente menos visível na literatura publicada, mas presente na realidade imigratória, era formado por mulheres que buscavam no Brasil uma nova vida, “modistas, professoras primárias, comerciantes, mulheres de artesãos, de negociantes; artistas...” (BNDigital, s.p.). Seus testemunhos, quando existiam, frequentemente se perdiam na informalidade da correspondência privada.

Independentemente de seu perfil social ou motivação inicial, o que unifica a produção textual dessas mulheres é uma singular “capacidade de observação, que ultrapassa as diferentes circunstâncias singulares e as diferentes situações pessoais e políticas que enfrentaram, através do século XIX”, como destaca Leite (2000, p. 4). Esta observação, porém, direcionava seu foco para esferas diferentes daquelas privilegiadas pela maioria dos viajantes homens. Se os relatos masculinos muitas vezes se concentravam na grandiosidade da natureza, na economia, na política ou na cartografia, as viajantes voltavam seu olhar penetrante para o cotidiano, para as relações interpessoais, para a textura da vida doméstica e para os detalhes dos costumes.

Jane Robinson, citada por Moreira Leite (2000), ousou generalizar que “os livros de viagem masculinos estão em busca do *que* e *onde*, enquanto os das mulheres voltam-se para o *como* e o *porque*” (p.8). Embora toda generalização seja redutora, essa percepção aponta para uma tendência marcante: a busca por compreender a lógica interna das sociedades que visitavam, a partir de uma imersão na vida íntima e social. O dossiê da BNDigital corrobora essa visão, listando as “áreas privilegiadas” em seus escritos: “a vida doméstica, a educação, os costumes e a diferença de sexo; a mulher e suas ocupações; a presença dos mestiços e reprimidos. Encontramos justapostas as paisagens da vida local, quadros da natureza e quadros interiores” (BNDigital, s.p.). Essa abordagem oferece uma riqueza antropológica singular, capturando nuances que escapavam aos relatos oficiais.

Os formatos que essas narrativas assumiam eram coerentes com seu conteúdo íntimo e, muitas vezes, com a dificuldade de acesso ao mundo editorial. Predominavam o diário, a carta e a narrativa breve, pois:

Nunca chegaram a ter o volume dos viajantes, com cinco e até mais volumes, principalmente nos casos das viagens de circunavegação. A maioria delas não tinha a intenção de ser publicada. A publicação foi feita por descendentes, após a morte da autora (Leite, p. 5)

Esse caráter originário de esfera privada conferia um tom de imediatez e sinceridade que é uma das marcas desses textos. Eles eram, nas palavras do poeta George Seferis sobre os diários, o registro “das coisas imediatas, espontâneas, as que me chamaram a atenção” (Leite, 2000, p. 13). A Baronesa de Langsdorff, por exemplo, em seu diário recentemente traduzido, “demonstrou (...) uma curiosidade e uma atenção ao seu dia a dia de tal acuidade” que só veio a ser publicado 111 anos depois de escrito (Leite, 2000, p.11). Nele, descreve com uma mistura de leveza e ironia seu convívio com a família imperial brasileira, oferecendo um retrato vívido e pouco cerimonioso dos bastidores da corte.

Um tema inescapável na sociedade brasileira oitocentista, a escravidão, perpassa a maioria desses relatos, mas as interpretações variavam conforme os preconceitos e a sensibilidade de cada autora. Algumas, como a própria Baronesa de Langsdorff, reproduziam visões eurocêntricas correntes: “acreditava, como inúmeros europeus, que ela civilizaria os africanos selvagens que, do contrário, seriam como crianças abandonadas sem noção de propriedade e de leis” (Leite, 2000, p.12). Outras, no entanto, conseguiam ver além da naturalização da instituição. Ina von Binzer, em suas cartas, demonstrava um

... profundo interesse pelo problema da escravidão e do trabalho livre (...) levam a moça a meditar no escravo, como pessoa humana, uma pessoa infeliz que ‘até depois de morta era enxotada do convívio dos outros mortais’” (Leite, 2000, p.14).

Essa capacidade de enxergar a humanidade do escravizado, ainda que não isenta de contradições, representa um olhar mais crítico e penetrante. Além da observação escrita, muitas dessas viajantes eram também documentaristas visuais e colecionadoras. O dossiê da BNDigital destaca que seus registros incluíam “desenhos e fotografias, a coleta botânica, a taxidermia, as iguarias, os objetos do cotidiano. Uma cultura em sua dimensão intelectual, material, visual...” (BNDigital, s.p.). Marianne North, por exemplo, não deixou um livro de viagens, mas legou ao Jardim Botânico de Kew, em Londres, uma vasta galeria de pinturas de flores tropicais brasileiras, um trabalho artístico-científico de grande valor.

Contudo, o caminho entre a escrita íntima e a publicação pública era árduo e pontuado por obstáculos relacionados diretamente ao gênero. O relato de viagem não é um gênero de estatuto reconhecido e a escrita feminina não goza da mesma visibilidade nem do mesmo prestígio que a pluma masculina, aponta o texto da BNDigital. Os testemunhos das mulheres tendiam a circular em esferas restritas, a correspondência privada nas cartas, cadernos de apontamentos e diários cuja publicação pode ser tardia ou retocada; às vezes anônima ou reservada a um círculo. Quando chegavam ao prelo, muitas vezes eram mediados ou

justificados por uma “voz masculina”, um prefaciador que atestava seu valor ou enquadrava sua leitura.

A história de Adèle Toussaint-Samson é sintomática dessa dificuldade: ela “afronta a indiferença dos editores pelo seu relato *Une parisienne au Brésil*, publicado vinte anos após o período passado no país (1883). (...) ela é aconselhada a falar de um *Drama nas florestas virgens* (BNDigital, s.p.). O mercado editorial, assim, preferia o exotismo sensacionalista às reflexões sociais de uma intelectual. Mesmo quando publicadas, as autoras podiam receber um reconhecimento ambíguo, que destacava mais a excentricidade da mulher que ousava viajar do que o mérito intelectual de sua obra. Apesar disso, houve casos de sucesso. Ida Pfeiffer conseguiu financiar suas expedições com a venda de seus livros, traduzidos para várias línguas, e tornou-se “membro honorário da Sociedade de Geografia de Paris e de Berlim” (Leite, 2000, p. 11). Annie Brassey já era uma escritora consagrada antes de suas viagens. Mas eram exceções que confirmavam a regra de um campo literário marcadamente desigual.

Essa produção situava-se numa zona fronteira entre o amadorismo e a prática científica profissionalizada que se consolidava ao longo do século. Muitas viajantes eram, nas palavras de Keith Thomas, “estudiosos amadores de história natural” (Leite, 2000, p. 8), movidas por uma combinação de “impulso religioso, a curiosidade intelectual e o prazer estético”. Coletavam espécimes, descreviam rituais e registravam hábitos com um afincamento que beirava o profissional. Leite (2000, p. 9) sugere que,

dadas as suas contribuições sobre família, compadrio, maternidade, infância, conventos e recolhimentos, trabalho, condições de diferenciação, relações entre grupos étnicos e nacionais, descrições de cerimônias, festas, costumes funerários e religião, podem ser consideradas como antropólogas iniciantes

No extremo dessa escala encontra-se Teresa da Baviera, a princesa naturalista, cuja viagem ao Brasil em 1888 foi uma expedição científica meticulosa. Ela foi “a única das viajantes que pôs em questão a forma de diário, no Livro de Viagem, como pouco adequada para o seu trabalho. Essa forma impede uma visão de conjunto das impressões” (Leite, 2000, p. 7). Seu método envolvia anos de verificação em museus europeus após o retorno, e sua postura crítica em relação ao formato diarístico revela uma consciência metodológica avançada. Seja no âmbito do amadorismo ilustrado ou da ciência profissional, o que essas mulheres compartilhavam era uma aguda “maneira de ver as coisas”, para usar a expressão de Margaret Mead sobre o trabalho de campo antropológico (Leite, 2000, p. 6). Era essa percepção detalhada

que, frequentemente, “supre uma formação profissional que a maioria não teve” (Leite, 2000, p. 7), tornando seus registros fontes preciosas.

Ao ocuparem esse espaço ambíguo de observadoras participantes, essas mulheres atuavam também como mediadoras culturais, nas palavras de Mary-Louise Pratt. Elas eram “exploradoras e mediadoras que introduzem as atividades de outros lugares no seio de suas práticas e representações” (BNDigital, s.p.). Seus textos operavam uma tradução cultural, levando para seus leitores europeus não apenas descrições, mas tentativas de interpretação de “as línguas e as palavras do Brasil; os cantos, danças e músicas, as tradições...” (BNDigital, s.p.). Contudo, essa mediação não era neutra. Sua “voz do íntimo” podia, reconhece o dossiê, “reproduzir clichês veiculados sobre uma natureza dos trópicos selvagem, desajeitada, ridícula ou violenta, denunciar ou justificar a escravidão. Discursos que são produto de um corte hegemônico do mundo no tempo da consolidação dos impérios e das identidades nacionais” (BNDigital, s.p.). Estavam imersas nos preconceitos de seu tempo e classe. No entanto, essa mesma voz íntima podia abrir frestas para questionamentos e estranhamentos produtivos. Ina von Binzer, ao descrever os fogos de São João, pergunta-se: “Estará certa essa manifestação de boa índole ou seremos nós disciplinados demais?” (Leite, 2000, p. 14). Nesse simples questionamento, há um abalo na certeza da superioridade cultural europeia, uma abertura para a relatividade dos costumes. A própria forma epistolar ou diarística, ao mesmo tempo que podia servir como um refúgio ou um “ocultamento das autoras do século XIX, por transgredirem os padrões de modéstia”, era também o veículo que lhes permitia “penetrar além do mundo das aparências, problematizar questões aparentemente corriqueiras” (Leite, 2000, p. 14-15), construindo um inventário íntimo que era, no fundo, uma sofisticada ferramenta de análise social.

Em última análise, os relatos de viagem escritos por mulheres no Brasil do século XIX transcendem sua função documental inicial. Eles são testemunhos duplos: do país que descrevem, em sua complexidade social, natural e humana, e da condição da própria escritora, navegando entre as expectativas restritivas de seu gênero e o desejo irrefreável de conhecer, interpretar e registrar o mundo. Seus textos, marcados pela “fineza das observações” tão exaltada pelos prefaciadores da época, mas também pela coragem silenciosa de existir fora dos moldes, desenhavam um mapa alternativo do Brasil oitocentista.

Um mapa que privilegia os detalhes da casa, os ritos do cotidiano, as expressões de uma cultura material e as tensões de uma sociedade escravista, vistos através de uma lente que não poderia ser mais distante da oficialidade distante e frequentemente grandiloquente dos relatos masculinos. Estudá-las hoje é mais do que um exercício de história da literatura de viagem; é

um ato de justiça historiográfica e um reconhecimento de que a compreensão do passado se enriquece imensuravelmente quando conseguimos escutar suas múltiplas vozes, especialmente aquelas que foram, por tanto tempo, deliberadamente silenciadas ou relegadas à “obscuridade”. Suas narrativas permanecem como um legado precioso, lembrando-nos que, mesmo sob as estruturas mais opressoras, a curiosidade intelectual, a coragem pessoal e a vontade de narrar encontram meios, por mais improvisados que sejam, para se expressar e nos alcançar, oferecendo outras formas de existir e narrar o mundo sempre foram possíveis, mesmo contra todas as adversidades.

2. Elizabeth Agassiz e a construção de um olhar estrangeiro

Arrisco-me a supor que Anônimo, que escreveu tantos poemas sem assiná-los, era, com frequência, uma mulher. De fato, arrisco-me a dizer que, no século XVI, uma mulher que tivesse a desventura de possuir talento para a poesia teria sido tão tolhida e impedida pelos outros... que certamente teria perdido a saúde e a sanidade.
Virginia Woolf — *A Room of One's Own*, p. 74 – Tradução Nossa

Os rios do tempo carregam nomes que, por vezes, se ocultam sob as margens da história. Elizabeth Agassiz foi um desses nomes, navegando entre as correntes da ciência e da educação em um século que ainda insistia em negar às mulheres o direito de serem mais do que sombras. Esposa, escritora, naturalista e educadora, ela transitou entre esferas que a tradição lhe impunha e territórios que ela própria decidiu desbravar.

A Nova Inglaterra de ventos austeros e horizontes rígidos que moldou Elizabeth Cabot Cary, bem como os livros e as ideias que povoaram sua juventude, ganham contorno nítido na biografia que Lucy Allen Paton² lhe dedicou em 1919. É nesse retrato que uma contradição fundamental se delineia: a de uma filha de uma sociedade que enxergava a erudição feminina como um luxo discreto, forjando, justamente entre palavras e observações atentas, a própria jornada. A narrativa de Paton acompanha o arco dessa transformação, de companheira intelectual de Louis Agassiz a fundadora do que mais tarde se tornaria a Universidade de

² Lucy Allen Paton (1865-1951) foi uma medievalista e biógrafa norte-americana. Graduada pelo Radcliffe College, obteve os títulos de A.B em 1892, A.M em 1894 e foi uma das primeiras mulheres a conquistar o PhD pela instituição em 1902. Sua formação acadêmica sólida refletiu-se em suas pesquisas e publicações, que abrangem desde estudos sobre mitologia arturiana até análises das obras de Dante. Dentre suas contribuições mais notáveis está a biografia de Elizabeth Cary Agassiz, na qual Paton explora a vida e as realizações de Elizabeth, destacando seu papel como educadora, escritora e colaboradora nas expedições científicas do marido Louis Agassiz.

Radcliffe, revelando uma vida que se desenhou permanentemente no limiar entre a ciência e a pedagogia, num equilíbrio delicado entre o legado do marido e suas próprias inquietações.

Mas quem foi, de fato, Elizabeth Cabot Cary? Uma simples coadjuvante em uma história maior ou uma protagonista de sua própria narrativa? Este esboço busca revelar Elizabeth Agassiz a partir do entrelaçamento de sua trajetória, escolhas deliberadas e silêncios estratégicos, entendendo-a como uma figura complexa que negociou, e por vezes transcendeu, os papéis rígidos que seu tempo e sua posição social lhe impunham.

Em 5 de dezembro de 1822, a casa da família Cary, situada na *Brattle Street*³, recebia sua mais nova moradora sob o manto silencioso do inverno. Boston, ainda adormecida pela névoa que envolvia suas ruas frias, começava a se despertar com os primeiros raios tímidos da luz do dia. Naquela manhã, entre o frio e a quietude⁴, Elizabeth Cabot Cary chegou ao mundo, sua presença apenas uma suavidade no movimento do tempo. O ar fresco, carregado de um silêncio profundo, parecia suspender cada segundo, enquanto a casa dos Cary, imersa na calma daquela estação, acolhia uma nova vida, pronta para seguir seu próprio caminho, em um ritmo tão sereno quanto a manhã que a testemunhava.

Thomas Graves Cary e Mary Ann Cushing Perkins, pais de Elizabeth, vieram de origens distintas, mas ambos possuíam uma formação que os tornava figuras respeitáveis na sociedade de sua época.

Thomas Graves Cary era advogado e empresário, com uma educação voltada para o direito e uma carreira bem-sucedida. Ele veio de uma família com tradição intelectual, mas sua vida foi marcada pelo envolvimento no mundo dos negócios e pela busca por estabilidade financeira. Embora não tenha sido uma figura pública de grande notoriedade, seu caráter e seu compromisso com os valores familiares moldaram de maneira significativa o ambiente de sua casa. Através de seu trabalho, Cary proporcionou à sua família um status confortável, o que permitiu que Elizabeth e seus irmãos tivessem acesso à educação de qualidade, com uma ênfase no estudo das artes e ciências.

³ A Brattle Street é uma das ruas mais antigas de Boston, localizada no bairro histórico de Cambridge. Originalmente, a rua era uma estrada rural que ligava a cidade ao interior, mas, ao longo dos séculos, tornou-se um endereço de prestígio, com muitas mansões e residências elegantes, especialmente no século XIX. Durante essa época, a Brattle Street era conhecida por sua tranquilidade e beleza, atraindo famílias influentes e destacadas, como os Cary, que escolheram ali estabelecer sua residência. A rua, com seu charme clássico e arborizado, reflete a história de Boston e o status social das famílias que ali moravam.

⁴ Em 5 de dezembro de 1822, Boston estava em pleno inverno, estação caracterizada por temperaturas baixas e possibilidade de neve. Embora não possamos fornecer dados climáticos específicos para essa data devido à falta de registros meteorológicos detalhados da época, é razoável supor que o tempo era frio, com possibilidade de neve ou chuva.

Mary Ann Cushing Perkins, por sua vez, pertencia a uma família de longa tradição intelectual. Seu pai, um reverendo, cultivava um ambiente que favorecia a educação e o desenvolvimento cultural. Mary Ann recebeu uma educação cuidadosa e refinada, com ênfase nas artes e nas letras, o que a tornou uma mulher de grande sensibilidade cultural e intelectual. Ela desempenhou um papel fundamental na educação dos filhos, especialmente de Elizabeth, com quem compartilhou sua paixão por livros e conhecimento. Seu papel no lar foi o de uma figura acolhedora e moldadora, que incentivava o amor pela leitura, pela arte e pelo aprendizado contínuo.

Logo no início de sua biografia, Elizabeth é descrita como

marcada por uma forte individualidade dos quais os elementos principais eram seguramente – as influências de uma ancestralidade da Nova Inglaterra que se estende por quase dois séculos e de uma herança ambiente de Boston, misturado com dons inatos da mente e espírito educado pela disciplina da experiência.⁵ – Tradução Nossa.

Paton (1919), ao escrever sobre Elizabeth descreve a formação de sua identidade, destacando a interação entre fatores históricos, culturais e pessoais que moldaram sua vida. Ela afirma que Elizabeth foi marcada por uma "forte individualidade", sugerindo que ela possuía uma personalidade distinta e independente, que se desenvolveu a partir de uma combinação de influências.

Primeiramente, a "ancestralidade da Nova Inglaterra", que remonta a quase dois séculos, indica que Elizabeth era parte de uma tradição familiar sólida, profundamente enraizada na história da região. A Nova Inglaterra, conhecida por seu caráter puritano e intelectual, era um espaço onde valores como a educação, o trabalho árduo e a moralidade eram altamente valorizados, o que provavelmente teve um impacto significativo na formação de seu caráter.

A influência da religião e dos costumes familiares na formação do caráter de Elizabeth pode ser compreendida a partir do *ethos* puritano que marcou a Nova Inglaterra. A tradição puritana, com suas fortes raízes no protestantismo calvinista, enfatizava a autodisciplina, a valorização do trabalho e a educação como meios de aperfeiçoamento moral e espiritual. Max Weber, em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2007), argumenta que essa ética moldou profundamente a cultura ocidental, associando o sucesso material ao predestinado favor divino e incentivando uma vida de dedicação e racionalidade.

⁵ Not a complex nature, it was marked by strong individuality, of which the principal elements were singularly pronounced the influences of a New England ancestry extending over almost two centuries and of an inherited environment in Boston, blended with inborn gifts of mind and spirit schooled by the discipline of experience. (Paton, 1919, p.1)

Na família de Elizabeth, esse legado religioso e cultural provavelmente se manifestava em práticas cotidianas que reforçavam a importância da moralidade e da responsabilidade pessoal. A educação, um dos pilares do pensamento puritano, era vista não apenas como um direito, mas como um dever moral, pois o conhecimento era um caminho para compreender melhor os desígnios divinos e contribuir para a sociedade. Como aponta Perry Miller em *The New England Mind* (1953), os puritanos viam a leitura e o estudo como essenciais para o crescimento espiritual e intelectual, o que pode ter influenciado diretamente a formação acadêmica e os interesses intelectuais de Elizabeth.

Além disso, a estrutura familiar puritana era fortemente hierarquizada e baseada em princípios de obediência e dever. John Winthrop, um dos primeiros líderes puritanos na Nova Inglaterra, pregava que a sociedade deveria ser organizada como uma “cidade sobre a colina”, um modelo moral para o mundo, onde a família representava uma unidade central na preservação desses valores. Dessa forma, Elizabeth teria sido educada em um ambiente onde a dedicação ao estudo, o cumprimento de deveres e a busca por uma conduta ética irrepreensível eram princípios fundamentais, somado a isso, a estrutura familiar puritana bostoniana se tornava um núcleo estrutural fortemente hierarquizado e baseado em princípios de obediência e dever.

Essa ideia está presente no sermão de Winthrop, *A Model of Christian Charity*, proferido em 1630, onde ele afirmou: “*Seremos como uma cidade sobre um monte. Os olhos de todos os povos estão sobre nós*”⁶ – Tradução Nossa – Para Winthrop, os colonos deveriam se enxergar como um exemplo de piedade e justiça divina, pois, como ele advertiu,

Se agirmos falsamente com nosso Deus nesse trabalho que empreendemos e, assim, fizermos com que Ele retire Sua ajuda atual de nós, seremos transformados em uma história e em uma palavra de ordem em todo o mundo⁷ - Tradução Nossa.

Esse conceito, profundamente arraigado na teologia puritana, reforçava a necessidade de disciplina, hierarquia e coesão social para garantir a prosperidade da comunidade.

A metáfora da “cidade sobre a colina” não apenas consolidava a visão messiânica dos puritanos sobre sua missão no Novo Mundo, mas também justificava a rigidez dos costumes familiares e sociais. Como observado por Edmund S. Morgan, Winthrop via a ordem social como um reflexo da vontade divina:

⁶ We shall be as a city upon a hill. The eyes of all people are upon us - - (Winthrop, 1838, p. 47).

⁷ If we shall deal falsely with our God in this work we have undertaken, and so cause Him to withdraw His present help from us, we shall be made a story and a by-word through the world. - (Winthrop, 1838, p. 48).

Deus Todo-Poderoso, em sua santíssima e sábia providência, dispôs a condição da humanidade de tal forma que, em todas as épocas, alguns devem ser ricos, outros pobres, alguns altos e eminentes em poder e dignidade; outros mesquinhos e submissos⁸ - Tradução Nossa.

Dessa forma, Elizabeth teria sido educada em um ambiente onde a dedicação ao estudo, o cumprimento de deveres e a busca por uma conduta ética irrepreensível eram princípios fundamentais, não apenas por razões morais, mas como parte de um projeto divino de organização social.

Além disso, a “herança ambiente de Boston” sugere que a cidade, com sua rica vida cultural e intelectual, também contribuiu para sua formação. Boston era um centro de aprendizagem, com acesso a bibliotecas, escolas e uma sociedade de pensadores, o que ofereceu a Elizabeth uma base sólida para sua educação e suas futuras contribuições intelectuais.

Por fim, Paton menciona que esses fatores foram “misturados com dons inatos da mente e espírito educado pela disciplina da experiência”. Isso implica que, além das influências externas de sua família e da cidade, Elizabeth também tinha talentos naturais, ou “dons inatos”, que foram aperfeiçoados ao longo de sua vida por meio de experiências e aprendizados práticos. Essa combinação de herança cultural, influências sociais e talentos pessoais foi crucial para moldar sua “forte individualidade”, que se refletiria em sua atuação no campo da educação e das ciências.

A visão de Paton sobre Elizabeth, embora reconhecendo a influência de sua herança familiar e do ambiente cultural de Boston, tende a suavizar as complexidades de sua formação. Ao afirmar que sua “forte individualidade” surgiu de uma combinação de tradições familiares e talentos inatos, a citação supracitada sugere uma trajetória quase inevitável e harmônica, que pode não refletir a realidade completa de seus desafios. Elizabeth, como qualquer pessoa, foi influenciada por diversos fatores, incluindo os contextos sociais e históricos em que viveu, suas próprias dificuldades pessoais e os obstáculos que enfrentou como mulher em uma sociedade predominantemente patriarcal. Assim, sua individualidade não pode ser vista apenas como o resultado de uma herança passiva, mas também como o produto de sua capacidade de navegar e até subverter as limitações impostas ao século XIX, algo que é mais complexo do que a leitura de Paton sugere.

Embora a biografia de Paton muitas vezes se distinga da realidade, ao pintar Elizabeth de forma quase heroica, ela oferece um ponto de partida para explorar a trajetória da figura

⁸ God Almighty in his most holy and wise providence, hath so disposed of the condition of mankind, as in all times some must be rich, some poore, some high and eminent in power and dignitie; others mean and in subjection - (Winthrop, 1838, p. 44).

histórica. Outro ponto que nos interessa aqui é conhecer as origens familiares de Elizabeth, pois:

Conhecer as suas origens familiares e suas raízes naquilo que foi definido por sua biógrafa logo na primeira página de sua biografia como “excellent Massachusetts stock” nos auxilia a compreender a sua infância, período de sua vida sobre o qual não existem muitos registros históricos. (Antunes, 2021, p.16)

Conhecer as origens familiares de Elizabeth, descritas por Paton como parte de uma “excelente linhagem de Massachusetts”, é menos um acesso direto à sua infância, fase efetivamente pouco documentada, e mais um ingresso na estratégia narrativa que constrói sua imagem biográfica. A referência a essa linhagem não preenche lacunas históricas de forma objetiva; antes, sinaliza os valores e o contexto social que a biógrafa elegeu como fundamentais para interpretar sua protagonista. A afirmação de Paton opera, assim, como uma chave de leitura que atribui à família e ao berço social um papel crucial na formação de Elizabeth, mas essa atribuição é, em si, um ato interpretativo que deve ser criticamente examinado.

Esse exame se faz à luz da noção de que a biografia é, antes de tudo, uma representação construída. Como lembra Foucault (1987, p. 25), “o poder não é algo que se possua, mas sim algo que circula, se exerce, se instala em múltiplos lugares”. No campo biográfico, esse poder se manifesta na autoridade do biógrafo para selecionar, enfatizar e silenciar aspectos da vida narrada. A escolha de destacar a “excelente linhagem” é, portanto, um exercício de poder que organiza o saber sobre Elizabeth, direcionando o entendimento do leitor para uma certa visão de suas raízes e de seu caráter. A biografia, nesse sentido, está longe de ser um espelho fiel; é uma construção discursiva que reflete as intenções e o contexto de seu autor.

A dimensão de poder nessa construção se articula com a produção de saber. Para Foucault (1987, p. 50), “o saber não é um reflexo da realidade, mas uma rede de relações de poder que se distribuem, se exercem e se multiplicam”. A biografia é um modo de organizar o saber sobre um indivíduo, tecendo uma rede que conecta eventos, origens e ações dentro de uma lógica interpretativa específica. Isso significa que o relato sobre Elizabeth, ao ser filtrado pela pena de Paton, reflete não apenas sua vida, mas também os contextos ideológicos e culturais da própria biógrafa, além das expectativas de seu público.

Essa construção narrativa encontra sua fundamentação teórica na filosofia de Paul Ricoeur (1994, p. 72), para quem “o ser humano é narrativo por natureza. O que se entende por biografia é a maneira como se tece o tempo vivido em uma história, ou seja, como se interpreta o próprio passado”. A biografia de Elizabeth é, portanto, uma interpretação tecida a partir dos

eventos de sua vida. A afirmação de Paton (1919, p. 9) de que “nossas primeiras impressões dela começam em *Temple Place*⁹, e como ela não conheceu outro lar até o casamento, é com esta casa que sua juventude se identifica completamente¹⁰” (tradução nossa) é exemplar: não se trata de uma simples descrição, mas de uma síntese narrativa que identifica a pessoa com um lugar, convertendo um espaço físico no símbolo de uma fase da vida e de um conjunto de valores.

O *Temple Place*, por muitos anos, foi o mundo pelo qual Elizabeth Agassiz traçou seus primeiros gostos musicais e literários. A casa, pertencente ao seu avô, funcionava como o núcleo central das interações familiares, onde eventos e encontros eram organizados ao longo do ano, fomentando a troca de ideias e a construção de uma base intelectual sólida. O avô de Elizabeth, figura central na hierarquia familiar, desempenhava um papel decisivo na gestão tanto das dinâmicas familiares quanto da educação informal dentro do lar. Sua autoridade intelectual era amplamente reconhecida e, dentro do contexto de *Temple Place*, ele estabelecia os parâmetros para a formação e o desenvolvimento educacional dos membros da família. O gosto por arte, literatura e ciências era, aos poucos, sendo moldado em cada indivíduo ao longo dos encontros e das reuniões familiares. Elizabeth, ao lembrar-se da infância relata que

Sua vida lá foi alegre e feliz em sua infância, pois o chalé estava lotado de jovens e ecoava sua música e alegria. “Lembro-me muito bem em nossa casa em Nahant”, escreve a Srta. Cary, “de uma fila de jovens caminhando lado a lado pela ampla praça cantando glees, catches e todos os tipos de cantigas, suas vozes jovens e frescas ressoando no ar da noite.¹¹ – Tradução Nossa.

Elizabeth e suas irmãs receberam uma educação que combinava estudos formais com atividades culturais. Elas eram incentivadas a ler, tocar música e participar de atividades sociais. Elizabeth, em particular, demonstrava um interesse precoce por música e literatura, e sua educação foi complementada por aulas de línguas, desenho e música. Apesar de sua saúde frágil na juventude, Elizabeth é descrita como uma jovem curiosa e dedicada, que valorizava o aprendizado e a cultura, segundo sua irmã:

⁹ O *Temple Place* era a residência da família Cary em Boston, onde Elizabeth Agassiz (nascida Elizabeth Cabot Cary) passou parte de sua juventude.

¹⁰ Our first impressions of her begin in Temple Place, and since she knew no other home until her marriage, it is with this house that her youth is completely identified.

¹¹ Her life there was gay and happy in her girlhood, for the cottage was overflowing with young people and echoing with their music and merriment. "How well I remember in our house at Nahant," Miss Cary writes, "a line of young people tramping abreast round the broad piazza singing glees and catches and all sorts of ditties, their fresh young voices ringing out on the evening air. (Paton, 1919, p.15)

Lizzie era a segunda filha nascida de meu pai e minha mãe, e como não havia dois anos de diferença entre ela e sua irmã Mary, elas cresceram juntas e o vínculo entre elas era muito próximo. [...] Ambas compartilhavam um forte interesse pela música, que as aproximava ainda mais¹². – Tradução Nossa

Podemos observar que a vida social em *Temple Place* era ativa e cheia de eventos familiares, como jantares de Ação de Graças e bailes. Elizabeth e suas irmãs participavam de *tableaux vivants*¹³ e peças teatrais, que eram populares entre os jovens da época. Essas atividades refletiam o ambiente cultural e intelectual em que Elizabeth foi criada, onde a arte, a música e a literatura eram valorizadas.

O interesse por dramaturgia e *tableaux vivants* era muito vivo entre os jovens Carys e seu 'grupo', e eles haviam formado uma companhia teatral própria que ganhou grande destaque entre seus amigos¹⁴. – Tradução Nossa.

A cultura, conforme E. P. Thompson (1998), é um espaço de experiência vivida, onde as práticas culturais são constantemente negociadas e redefinidas pelos indivíduos e grupos sociais. Assim, os *tableaux vivants* e as peças teatrais em *Temple Place* não eram apenas formas de entretenimento, mas também instrumentos de reprodução de valores e hierarquias sociais. Esse ambiente cultural reforçava os códigos de distinção entre os membros da elite, tal como sugerido por Pierre Bourdieu (1982), para quem o capital cultural se expressa através do domínio de práticas artísticas e intelectuais.

O capital cultural de Elizabeth e suas irmãs era alimentado não apenas pelo acesso à educação formal, mas também por essas interações sociais, onde se apropriavam de formas de expressão artística e simbólica que lhes conferiam prestígio dentro do grupo. Os *tableaux vivants*, por exemplo, demandavam não apenas conhecimento estético e teatral, mas também uma capacidade de mobilização de recursos materiais e sociais para sua realização, refletindo, assim, a distinção social entre aqueles que podiam participar e aqueles que apenas assistiam.

¹² Lizzie was the second child born to my father and mother, and since there was not two years difference between her and her sister Mary, they grew up together and the bond between them was very close. [...] They both shared a strong interest in music, which brought them even closer together. (Paton, 1919, p. 16)

¹³ *Tableaux vivants*, ou "quadros vivos", são representações teatrais em que atores ou modelos posam, geralmente em uma cena estática, imitando uma obra de arte, como uma pintura ou escultura. Essas performances eram populares no século XIX e costumavam ser feitas em salões privados ou em apresentações públicas. Os participantes, vestidos de acordo com o cenário ou estilo da obra representada, permaneciam imóveis por um período, criando uma imagem visualmente impressionante, quase como se a cena tivesse sido congelada no tempo. O conceito de *tableaux vivants* pode ser considerado uma forma de arte que mistura teatro, pintura e escultura, muitas vezes usada para provocar uma reflexão sobre a estética, a história ou questões sociais.

¹⁴ The interest in dramaturgy and *tableaux vivants* was very lively among the young Carys and their 'group', and they had formed a theatrical company of their own that gained great prominence among their friends. (Paton, 1919, p. 26)

Dessa forma, as práticas culturais em *Temple Place* evidenciam um espaço de sociabilidade onde os indivíduos reforçavam laços sociais e consolidavam suas posições dentro da estrutura de classe. Mais do que meras expressões artísticas, essas atividades eram mecanismos de reprodução cultural que delineavam quem possuía legitimidade dentro da elite e quais valores seriam perpetuados.

Nesse contexto, Thompson (1998) ressalta que a cultura não deve ser vista como uma estrutura fixa, mas como um campo de disputa e negociação entre os diversos agentes sociais. Essa perspectiva se alinha com a noção de *habitus* de Bourdieu (1982), que enfatiza como os indivíduos incorporam disposições culturais que orientam suas práticas e percepções. Em *Temple Place*, os *tableaux vivants* e as peças teatrais serviam não apenas como espaços de lazer, mas também como mecanismos de transmissão de valores culturais e reforço das hierarquias existentes.

Durante os verões, Elizabeth passava longas temporadas na casa de seu avô em *Nahant*, uma península ao norte de Boston, cuja geografia costeira contrastava com o ambiente urbano do *Temple Place*. O contato com o litoral atlântico e sua dinâmica natural proporcionava um cenário propício para a observação e a reflexão. A paisagem de *Nahant*, marcada por formações rochosas, marés irregulares e ventos constantes, oferecia a Elizabeth um espaço de imersão em um ambiente distinto daquele da cidade, onde as interações sociais e as convenções da época moldavam sua vivência cotidiana.

Figura 1: Casa de campo Cary em Nahant



THE CARY COTTAGE AT NAHANT

Fonte: Elizabeth Cary Agassiz: a biography

Nesse contexto, o tempo passado em *Nahant* pode ser compreendido como um elemento significativo na formação de sua percepção sobre o mundo natural. A convivência com um espaço costeiro, onde a relação entre terra e mar se impunha de maneira evidente, possibilitava um contato direto com fenômenos naturais que despertavam sua curiosidade e ampliavam sua compreensão da paisagem e de seus ciclos. Esse período, ainda que marcado pelo caráter sazonal de suas visitas, pode ter contribuído para o desenvolvimento de um olhar atento e investigativo, traço que mais tarde se refletiria em sua atuação intelectual.

Entre os invernos no *Temple Place* e os verões na casa de campo em *Nahant*, Elizabeth teve sua formação moldada em meio a uma família de destaque não apenas no comércio e na filantropia, mas também no meio acadêmico. Seu cunhado, Cornelius Conway Felton, casado com sua irmã mais velha, Mary Louisa Cary, presidiu a Universidade de Harvard entre os anos de 1860 e 1862 (até sua morte), e a instituição tornou-se parte de seu círculo de convivência. Com o tempo, sua presença nesse ambiente se fortaleceu, tanto pelas relações familiares quanto pela colaboração com professores como James Russell Lowell e Benjamin Peirce, que contribuíram para seus projetos educacionais.

Foi dentro desse contexto educacional e através dos círculos já forjados pelo avô e pelo pai que Elizabeth conheceu a figura de Louis Agassiz. A primeira aparição do naturalista em sua biografia é contada até com certo “tom teológico” como aponta Antunes (2021, p.15):

Em sua biografia, Paton descreve que a mãe de Elizabeth teria observado o naturalista, sem reconhecê-lo, durante uma de suas conferências realizadas em Boston e teria, posteriormente, informado para sua filha: “Gostaria de saber quem foi a pessoa que se sentou no banco do Lowell hoje de manhã, pois ele foi a primeira pessoa que vi com quem gostaria que você se casasse. (Tradução Nossa)¹⁵”. Além de se tratar de um fato anedótico, mais uma vez observamos como a autora escolhe narrar a trajetória de Elizabeth como uma sucessão de eventos que pouco a pouco definem seu futuro, criando uma espécie de mito de origem em uma obra claramente hagiográfica.

Nascido em uma pequena vila no oeste da Suíça, em 28 de maio de 1807, Jean Louis Rodolphe Agassiz teve sua trajetória marcada por uma escolha que o distanciaria do futuro que sua família planejava para ele. Em vez de seguir o caminho no comércio, como desejava seu tio François Mayor, ele optou por se dedicar aos estudos acadêmicos. Inicialmente, ingressou na Universidade de Heidelberg, onde se destacou no estudo da História Natural, especialmente ao lado de seu amigo e futuro botânico renomado, Alexander Braun. Foi também nesse período que conheceu Cecilie, irmã de Braun, sua primeira esposa. Ainda segundo Antunes (2021, p.15)

¹⁵ I should like to know who it was who sat in the Lowell's pew this morning, for he's the first person I ever saw whom I should like you to marry

O casamento com Braun, no entanto, só aconteceria após um período de estudos na Universidade de Munique, no final da década de 1820. A estada na capital alemã foi um momento decisivo na vida acadêmica e profissional de Agassiz, pois foi quando teve contato com o célebre naturalista bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), que o convidou para descrever os espécimes de peixes coletados pelo já falecido Johann Baptiste von Spix (1781-1826) durante a viagem que a dupla fizera pelo território brasileiro entre 1817 e 1820.

A estada de Agassiz em Munique foi um momento crucial para sua formação como naturalista, além de ajudar no seu desenvolvimento como pesquisador, pois além de proporcionar a aplicação prática de seus conhecimentos, também o colocou em contato com uma rede científica de prestígio. A experiência foi decisiva, pois permitiu que ele aprofundasse seus estudos sobre a diversidade biológica e aprimorasse suas habilidades de observação e classificação, aspectos essenciais para sua consolidação como naturalista. Esse período acadêmico e profissional, marcado pelo contato com especialistas e pela prática de campo, foi essencial para que Agassiz se tornasse uma figura importante na história da biologia e da ciência natural.

Do casamento com Cecilie Braun, Louis teve três filhos: Pauline, Alexander e Ida. No ano de 1846 o naturalista, já consolidado no campo das ciências naturais, foi convidado para dar uma série de palestras no *Lowell Institute*, em Boston, deixando sua família em Paris (onde residiam).

O instituto, fundado a partir de um fundo deixado pelo filantropo John Lowell Jr. (1799-1836) após a sua morte, tinha como objetivo proporcionar para o público palestras gratuitas sobre temas relacionados às ciências e às artes. Imbuído pelo espírito da vulgarização científica, tão presente no século XIX, o instituto abria suas portas para todos que estivessem interessados em assistir as conferências realizadas por figuras eminentes como Charles Dickens (1812-1870), William Thackeray (1811-1863) e Charles Lyell (1797-1875). Foi este último, inclusive, o responsável por mediar o contato entre Agassiz e John Amory Lowell (1798-1881), descendente do fundador do instituto e então diretor da instituição. (Antunes, 2021, p.16)

É interessante destacar que as palestras oferecidas durante essa ocasião tinham como tema “O plano da criação”, com ênfase no reino animal, onde Louis deixava claro seu posicionamento criacionista-catastrofista¹⁶, defendida por diversos cientistas da época. Outro ponto interessante a ser destacado aqui é que

¹⁶ A teoria criacionista-catastrofista é uma visão que combina elementos do criacionismo com a ideia de que grandes catástrofes naturais moldaram a Terra e a vida nela. Ela sugere que eventos catastróficos, como dilúvios ou impactos de meteoros, foram responsáveis por mudanças geológicas e biológicas significativas, muitas vezes interpretadas como intervenções divinas. Essa teoria foi popular no século XVIII e XIX, antes do desenvolvimento

... devemos considerar que a escolha do tema se adequava perfeitamente ao público que o assistiria. Historicamente, a colonização de Boston foi marcada por fortes valores religiosos. No sermão publicado por John Winthrop (1587-1649), principal liderança na fundação da colônia em Massachusetts, Winthrop associava o puritanismo religioso com a missão colonizadora, sugerindo aos colonos que o acompanhavam que se comportassem como “um modelo de caridade cristã”, de forma a assegurar o sucesso da nova comunidade. (Antunes, 2021, p.16)

A formação intelectual de Elizabeth não pode ser dissociada do meio em que cresceu, especialmente considerando a forte influência do pensamento criacionista defendido por Louis. As palestras proferidas por ele, assistidas por membros da família de Elizabeth, evidenciam um contexto sociocultural permeado por crenças religiosas e científicas que se entrelaçavam.

Pierre Bourdieu (1982) oferece uma chave interpretativa fundamental com o conceito de *habitus*, que se refere ao conjunto de disposições socialmente adquiridas e incorporadas pelos indivíduos ao longo de sua trajetória. Segundo o autor, “o *habitus* é constituído no decorrer da experiência e se manifesta na forma de esquemas de percepção, pensamento e ação” (Bourdieu, 1982, p. 87). Dessa forma, Elizabeth, ao crescer em uma sociedade onde o criacionismo era amplamente aceito e respaldado por figuras acadêmicas como seu marido, internalizou uma visão de mundo que conciliava ciência e religião. O *habitus* científico e religioso de sua formação pode ser entendido como um reflexo das estruturas sociais que a cercavam, condicionando sua forma de interpretar a natureza e o conhecimento.

Michel Foucault (1995), por sua vez, argumenta que o conhecimento está intrinsecamente ligado ao poder, sendo produzido e disseminado dentro de determinadas estruturas de dominação. Para ele, “não existe conhecimento que não implique e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 1979, p. 27). O criacionismo-catastrofista defendido por Louis Agassiz não era apenas uma teoria científica, mas também uma manifestação do saber-poder que justificava e reforçava determinadas hierarquias sociais e culturais. O contexto puritano de Boston, onde a relação entre religião e ciência era próxima, contribuiu para a aceitação dessas ideias, influenciando Elizabeth e sua visão sobre a ordem natural do mundo.

Claude Lévi-Strauss (2008, p. 20) complementa essa análise ao demonstrar que a ciência e a religião compartilham uma estrutura mítica, fornecendo narrativas explicativas que organizam a visão de mundo. Segundo o autor, “a ciência moderna, assim como os mitos, não elimina as incertezas, apenas as substitui por novas formulações”. O criacionismo-catastrofista,

da teoria da evolução de Darwin e da geologia moderna, que explicam as mudanças na Terra e na vida através de processos graduais e naturais.

nesse sentido, operava como um mito estruturante para a elite intelectual de Boston, conciliando uma explicação para a natureza com uma ordem moral transcendente. Para Elizabeth, esse contexto ofereceu um quadro intelectual coerente, mas também a inseriu em um sistema de valores que naturalizava hierarquias de gênero, raça e classe. Sua atuação subsequente como educadora e divulgadora científica, portanto, deve ser lida à luz dessa dupla condição: enquanto assimilava e transmitia um conhecimento de ponta, seu papel social era rigidamente delineado pelos códigos de feminilidade da burguesia oitocentista.

A influência das ideias de Louis Agassiz, assim, não apenas direcionou os interesses intelectuais de Elizabeth, mas também espelhou e reforçou os papéis de gênero vigentes. Em uma sociedade onde a esfera pública do conhecimento científico era um domínio essencialmente masculino, a participação feminina se dava majoritariamente de forma mediada e complementar. A figura da mulher como “anjo do lar”, responsável pela moralidade e pela educação doméstica, encontrava na atividade de divulgação científica uma extensão legítima e socialmente aceitável de suas atribuições. Ao atuar como educadora e divulgadora, Elizabeth não desafiava o núcleo da autoridade científica patriarcal; antes, exercia uma função de ponte e tradução que consolidava o prestígio do marido e, por extensão, da ordem social que o sustentava. Como observado nas dinâmicas da família burguesa, a mulher era a guardiã do lar e dos valores, cabendo-lhe a transmissão cultural, mas nunca a autoria intelectual primária (Hobsbawn, 2010). Desse modo, sua atuação reforçava a própria estrutura que limitava o acesso das mulheres à produção do saber.

Segundo as análises sobre a feminilidade burguesa oitocentista, a mulher era confinada a uma existência doméstica e subalterna, onde “o campo das possibilidades” se alargava apenas paradoxalmente, dentro de “uma extrema codificação da vida feminina” (Kehl, 1998, p. 36). Nesse contexto, a atuação pública de uma mulher, mesmo em áreas aparentemente intelectuais como a educação e a divulgação científica, era profundamente mediada e limitada por seu papel de gênero. Elizabeth não era uma cientista autônoma, mas uma extensão do capital intelectual e social do marido. Sua função era a de uma tradutora e anfitriã do saber, uma ponte socialmente aceitável entre o trabalho especializado de Louis e o mundo culto de Boston, incluindo outras mulheres. Como descreve o modelo patriarcal burguês, a mulher ideal era “o bom anjo da casa”, figura responsável pela harmonia do lar, que contrastava com a “guerra” enfrentada pelos homens no espaço público (Hobsbawn, 2010, p. 350). A atividade intelectual de Elizabeth, portanto, não a retirava dessa esfera; antes, domesticava e embelezava a ciência, transformando-a em um atributo a mais do lar burguês ilustrado.

A justificativa religiosa e moral do criacionismo agassiziano encontrava eco direto nessa organização social. A defesa de um universo ordenado por uma inteligência superior reforçava, por analogia, a defesa de uma ordem social igualmente natural e imutável, na qual os lugares de homens e mulheres eram pré-determinados. A própria educação feminina, quando existia, não visava ao pensamento crítico ou à autonomia, mas à formação de esposas e mães capazes de perpetuar os valores da classe. Como analisa Dantas (1999, p. 31-32) em contexto análogo, “a mulher portuguesa da segunda metade do século XIX [...] permaneceu privada da igualdade civil e jurídica, da participação política e social, e do acesso ao sistema de produção”. Embora o contexto norte-americano apresentasse nuances, a lógica de fundo que relegava a mulher a um “espaço a que ficou relegada” era similar. A erudição de Elizabeth e seu trabalho como educadora no posterior “*Agassiz School for Girls*” devem ser lidos sob essa ótica: como uma concessão dentro dos limites do permitido, que a colocava na posição de formadora de outras jovens para os mesmos papéis sociais que ela ocupava, nunca como uma cientista que rivalizava com os pares masculinos de Louis.

O casamento, evento central que redefine totalmente a trajetória social de Elizabeth, é a institucionalização desse contrato de gênero. Após a viuvez de Louis, surgiu-lhe uma oportunidade profissional decisiva: ocupar uma cadeira permanente como docente na Universidade de Harvard, marco que consolidaria sua carreira acadêmica. É significativo que a consolidação profissional do homem e a união matrimonial com Elizabeth sejam eventos quase simultâneos. O matrimônio, realizado em 25 de abril de 1850, não é um episódio meramente afetivo, mas a estrutura que viabilizará e dará sentido social ao trabalho não-remunerado de Elizabeth. Ela não se casa com um homem, mas com um projeto científico e com uma posição social. A instalação do casal na rua de *Temple Place*, lar da maioria dos Cabot, simboliza sua inserção definitiva na elite que ela deveria representar e servir. A partir de então, como bem descreve a dinâmica patriarcal, a mulher torna-se uma peça fundamental na manutenção do status e do patrimônio simbólico da família, gerenciando o lar e servindo de suporte invisível à carreira pública do marido (Hobsbawn, 2010, p. 365).

Esse casamento confirmou sua decisão de permanecer, pelo menos por enquanto, nos Estados Unidos. Ele o uniu pelos laços mais estreitos a um grande círculo familiar, do qual passou a ser um membro amado e honrado, e o tornou cunhado membro, de um de seus amigos mais íntimos em Cambridge, o professor C. C. Felton. Assim, com a garantia de condições favoráveis para o cuidado e a educação de seus filhos, ele os chamou para este país¹⁷. – Tradução Nossa

¹⁷ This marriage confirmed his resolve to remain, at least for the present, in the United States. It connected him by the closest ties with a large family circle, of which he was henceforth a beloved and honored member, and made

O casamento entre Louis e Elizabeth Agassiz constituiu uma união profundamente marcada por assimetrias de gênero, nas quais os ganhos sociais, simbólicos e profissionais se concentraram prioritariamente na trajetória masculina. Longe de configurar uma parceria intelectual em termos igualitários, o matrimônio operou como um dispositivo de legitimação social para Louis Agassiz no interior das elites científicas e culturais dos Estados Unidos. Enquanto homem estrangeiro, sua inserção nos círculos de prestígio de Boston foi mediada pela figura de Elizabeth, cuja posição social, formação cultural e conformidade com os ideais de feminilidade burguesa desempenharam um papel central nesse processo.

À luz das formulações de Scott (1995), podemos compreender as organizações das relações de poder que ocorreram com a consumação do casamento de Louis e Elizabeth. Ela, por mais que represente uma elite econômica e intelectual sempre foi colocada como auxiliar do marido e não como parceira intelectual, muito menos, como uma cientista de pensamento autônomo, isso ocorre porque o próprio regime de gênero oitocentista inviabilizava tal reconhecimento. Sua atuação foi inteligível apenas enquanto extensão funcional da autoridade masculina, operando dentro dos limites impostos por uma feminilidade normativa que, conforme definido pela cultura da época, consistia em uma “forma de submissão feminina romantizada”, associada à “fragilidade, à doçura e à resignação” (Ribeiro, 2021, p. 17). Como observa Sobreira (2022), a sociedade oitocentista estava assentada em uma lógica patriarcal que atribuía à mulher um papel de subserviência, tanto na esfera doméstica quanto simbólica. No século XIX, a situação da mulher se resumia a manter um papel de subserviência à figura masculina seja ela o pai ou, depois do casamento, o marido. Em uma sociedade que constantemente se desvendou machista, a mulher sempre foi alvo de discriminação, que lhe exigia a submissão aos homens e aos seus parceiros.

Essa lógica se materializa na estrutura familiar que, mesmo diante da crescente escolarização feminina, mantinha a mulher em uma posição de dependência simbólica e material. Como assinala Hobsbawn, embora muitas mulheres tenham conseguido sustentar-se por meio de seu próprio trabalho, sua condição social permanecia marcada pela ambiguidade, sendo frequentemente percebidas como “‘parasitas involuntárias’, que dependiam do homem que as sustentava” (2010, p. 335). No caso de Elizabeth, o trabalho intelectual de organização, tradução e divulgação das ideias do marido constituiu a contrapartida socialmente aceitável ao capital simbólico que ela agregava ao casamento.

him the brother-in-law of one of his most intimate friends in Cambridge, Professor C. C. Felton. Thus secure of favorable conditions for the care and education of his children, he called them to this country. (Paton, 1919, p.47)

A assimetria dessa relação torna-se ainda mais evidente quando observada à luz das diferenças de origem social entre o casal. Conforme aponta Paton (1919, p. 35):

Agassiz, nascido na casa paroquial de seu pai na pequena vila de Motier, à vista do Oberland Bernês, passou sua infância entre as montanhas da Suíça, acostumado a recursos escassos, passando da vida variada e absorvente de um jovem naturalista na Alemanha e Paris para a de um professor em Neuchâtel e, então, essencialmente um filho do Velho Mundo, "acostumado a respirar o ar mais livre da Europa", transplantado para Boston; e Elizabeth Cary, filha de ascendência da Nova Inglaterra, nascida em uma abundância de bens deste mundo, criada, como disse um de seus genros, "entre sedas e especiarias e camisas e lençóis de algodão", criada como uma bostoniana dos bostonianos, tendo passado seus anos entre *Temple Place* e *Nahant* em um fluxo e refluxo plácido de circunstâncias convencionais em meio a uma vida familiar feliz¹⁸. – Tradução Nossa.

Essa disparidade material e simbólica reforça a leitura bourdieusiana do casamento como um mecanismo de conversão de capitais. Conforme Bourdieu (1999), o capital social — entendido como o conjunto de recursos vinculados a redes duráveis de reconhecimento e interconhecimento — desempenha papel decisivo na reprodução das posições de poder. Ao casar-se com Elizabeth, Louis agregou ao seu capital intelectual um capital social que lhe permitiu acesso imediato a instituições, financiadores e redes de prestígio que dificilmente alcançaria por outros meios.

Contudo, esse processo teve como contrapartida a subsunção da agência intelectual de Elizabeth à autoridade masculina. Sua atuação permaneceu condicionada por uma moral sexual burguesa que definia o casamento heterossexual como destino natural da mulher e a domesticidade como espaço legítimo de sua existência. Como demonstra o estudo sobre a imagem da mulher no século XIX, a sexualidade feminina era rigidamente regulada, associada à pureza, à maternidade e ao cuidado, funcionando como um elemento central na manutenção da ordem social e na exclusão das mulheres da esfera pública do saber. (Sobreira, 2022)

Enquanto Louis colhia os frutos dessa inserção, Elizabeth teve sua própria trajetória frequentemente limitada ao papel de facilitadora e apoiadora do marido. Embora fosse uma mulher altamente capacitada, seu trabalho muitas vezes era eclipsado pela notoriedade de Louis. Assim, o casamento pode ser entendido como uma relação que favoreceu significativamente a

¹⁸Agassiz, born in his father's parsonage in the little village of Môtier, in sight of the Bernese Oberland, spending his boyhood among the mountains of Switzerland, inured to scanty means, passing from the varied and absorbing life of a young naturalist in Germany and Paris to that of a professor at Neuchâtel, and then, essentially a son of the Old World, "accustomed to draw Europe's freer air," transplanted to Boston; and Elizabeth Cary, the child of New England ancestry, born into a sufficiency of this world's goods, reared, as one of her sons-in-law has said, "among silks and spices and cotton shirtings and sheetings," brought up as a Bostonian of the Bostonians, having spent her years between Temple Place and Nahant in a placid ebb and flow of conventional circumstance in the midst of a happy family life.

ascensão social e profissional de Louis Agassiz, enquanto relegou Elizabeth a um papel secundário, apesar de sua importância na difusão do conhecimento e na administração dos projetos do marido. No próximo capítulo, exploraremos como os projetos de Elizabeth Agassiz, em meio a seu próprio contexto de limitações, tornaram-se um marco na luta pela educação superior para mulheres, um passo crucial para a reconfiguração do papel feminino na sociedade científica e acadêmica.

2.1 A Educação Superior Feminina

A educação é a música do espírito, e as mulheres, ao aprenderem a tocar sua própria melodia, ressoam o som de um novo tempo.

Maria Montessori

Após o casamento com Louis Agassiz, Elizabeth virou a encarregada da casa, do marido e dos enteados, ela troca os invernos em *Temple Place* e os verões em *Nahant* pela casa situada em Oxford Street que permaneceu como seu lar até o seu falecimento. “Assim, o início da vida de casada da Sra. Agassiz foi ocupado com o cuidado dos três filhos e com a administração do incrível estabelecimento de Agassiz.¹⁹” – Tradução Nossa.

Agora, a vida de casada implicava deveres e obrigações com a casa, o marido e os enteados. Entretanto, tais responsabilidades não se limitavam à esfera doméstica. Em 1856, as dificuldades financeiras enfrentadas por Louis, agravadas pelas exigências de suas atividades acadêmicas e pelo acúmulo de dívidas relacionadas às suas pesquisas, tornaram-se um problema central na dinâmica familiar. A necessidade de encontrar uma alternativa para garantir a estabilidade econômica levou Elizabeth a buscar soluções que ajudassem a aumentar o capital financeiro da família. (Paton, 1919)

Diante desse cenário, Elizabeth surge com a ideia da criação de uma escola privada para meninas. Utilizando o espaço disponível na residência da Quincy Street, ela organizou a instituição com o auxílio de seus enteados mais velhos. A decisão de estabelecer uma escola reflete tanto a conjuntura financeira adversa quanto o acesso que ela possuía a uma rede de contatos e recursos intelectuais que possibilitavam tal empreendimento.

Diante desse contexto, a criação da escola deve ser lida como um gesto historicamente situado, no qual desigualdades de gênero e constrangimentos econômicos se articulam de forma

¹⁹ Thus the beginning of Mrs. Agassiz's married life was occupied with the care of the three children and the regulation of Agassiz's amazing establishment. (Paton, 1919, p.38)

concreta. A exclusão feminina das instituições públicas e universitárias não era apenas uma limitação educacional, mas uma expressão do que Joan Scott (1995) define como a organização generificada do poder, na qual o acesso aos recursos materiais e simbólicos (entre eles a educação formal) era estruturado a partir da diferença sexual. Nesse sentido, a escolha por educar meninas responde diretamente à posição social atribuída às mulheres: enquanto os meninos eram preparados pelas instituições públicas para a esfera produtiva e política, às meninas restavam iniciativas privadas, frequentemente ancoradas no espaço doméstico. A decisão de Elizabeth de organizar a escola na residência da Quincy Street evidencia, em escala reduzida, o mecanismo analisado por Carlo Ginzburg (1989), segundo o qual práticas aparentemente ordinárias revelam as formas pelas quais sujeitos historicamente subordinados negociavam sua sobrevivência econômica e seus limites de ação. Ao transformar uma atividade socialmente legitimada para mulheres (a educação feminina) em fonte de renda, Elizabeth converteu o trabalho associado ao cuidado e à moralização em estratégia econômica, expondo a divisão sexual do trabalho que deslocava para a esfera privada a responsabilidade de enfrentar desigualdades produzidas no âmbito público. Assim, a escola não apenas supria uma necessidade financeira imediata, mas funcionava como indício das engrenagens de gênero que regulavam quem podia ensinar, quem podia aprender e em quais espaços.

Figura 2: A Casa da Rua Quincy em Cambridge, Massachusetts. Lar dos Agassiz e local onde funcionava o Agassiz School



The Quincy Street House in Cambridge, Massachusetts
from Letters and Recollections of Alexander Agassiz by George R. Agassiz • 1913

Fonte: <https://www.uudb.org/agassiz-elizabeth-cabot-cary/>

Antes de dar início à execução de sua empreitada, Elizabeth expôs suas ideias aos enteados, com o intuito de obter suas opiniões, e, posteriormente, consultou seu pai, buscando sua validação. A autora revela uma evidente sensação de felicidade ao perceber que seu plano,

como o denomina ao pai, foi acolhido de forma positiva, o que é corroborado pela carta enviada a ele em 1855

Cambridge [março de 1855]

DESCOBRI que Ida sente exatamente o que eu esperava sobre nosso plano. Parece que o pensamento não é novo para nenhum de nós; nós o tivemos em nossas mentes sob diferentes formas. Devo dizer que o prazer sincero com que Alex e Ida entram no projeto me dá nova confiança nele, e confio que o final mostrará que foi o caminho certo e sábio a ser tomado. Voltarei amanhã para ter outra conversa antes de você ir para Nova York. Sua aprovação e simpatia sobre o plano me deixaram realmente forte, e de fato, se você não o tivesse ouvido tão prontamente, eu nunca teria ousado propô-lo a mais ninguém²⁰ – Tradução Nossa.

A análise do comportamento de Elizabeth à luz das relações de gênero permite evidenciar as estruturas de poder e controle que organizavam as relações sociais no interior do patriarcado oitocentista. Conforme argumenta Gerda Lerner (2019), o patriarcado não constitui uma ordem natural ou atemporal, mas um sistema historicamente construído, que institui a supremacia masculina por meio do controle dos recursos materiais, da autoridade simbólica e da produção de ideologias que legitimam a subordinação feminina. Nesse sistema, a desigualdade entre homens e mulheres é naturalizada por discursos que atribuem aos homens uma suposta superioridade inata, enquanto às mulheres é reservado um lugar de dependência e obediência. Inserida nesse arranjo, a busca de Elizabeth por aprovação e validação (tanto no âmbito familiar quanto nas relações com figuras masculinas de autoridade), não deve ser interpretada como traço individual de fragilidade, mas como resultado de um processo de socialização que condicionava as mulheres a negociar sua legitimidade a partir do reconhecimento masculino. Assim, suas estratégias de afirmação revelam não uma adesão passiva ao patriarcado, mas a tentativa de agir e ser ouvida dentro de uma estrutura que restringia severamente as formas de agência feminina.

Ou seja, sua dependência da validação do pai, como expresso na carta de 1855, pode ser interpretada à luz da crítica feminista sobre o patriarcado e o papel tradicional das mulheres em buscar a aprovação dos homens. Ela escreve: "se você não o tivesse ouvido tão prontamente, eu nunca teria ousado propô-lo a mais ninguém", um trecho que indica a influência crucial da figura paterna no processo decisional de Elizabeth. Esse comportamento reflete a internalização

²⁰ Cambridge [March, 1855] I FIND that Ida feels exactly as I expected about our plan. It seems that the thought is not a new one to any of us; we have had it in our minds under different forms. I must say that the hearty pleasure with which both Alex and Ida enter into the project gives me new confidence in it, and I trust the end will show that it was the right and wise course to take. I shall be in again to-morrow to have another talk before you go to New York. Your approbation and sympathy about the plan have made me really strong, and in-deed if you had not listened to it so promptly, I should never have dared to propose it to any one else. (Paton, 1919, p. 46).

de um sistema de valores patriarcais, em que a mulher se vê, muitas vezes, limitada em sua autonomia e capacidade de ação sem a validação do homem, no caso, o pai. Como aponta Beauvoir (2016), no patriarcado, as mulheres têm sua subjetividade e sua capacidade de ação frequentemente subordinadas às expectativas masculinas.

A busca de Elizabeth por validação e o prazer em perceber a adesão dos outros aos seus projetos podem ser compreendidos ao que Joan Scott (1995) define como uma forma de submissão estratégica, isto é, um modo de ação no qual o gênero funciona como um elemento central de atribuição de sentido às relações sociais e às dinâmicas de poder. Para Scott, o gênero não é apenas uma identidade ou um papel social, mas um princípio constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e, sobretudo, uma forma primeira de significar o poder. Essa lógica opera por meio de representações simbólicas, normas sociais, distinções entre os espaços público e privado e pela construção da identidade subjetiva dos indivíduos. Inserida nesse sistema, a atuação de Elizabeth revela como a adesão aparente às expectativas de submissão feminina não significava passividade, mas uma estratégia de negociação dentro de um campo profundamente hierarquizado. Ao buscar reconhecimento e aprovação ela mobilizava as linguagens socialmente disponíveis do feminino para ampliar sua margem de ação, garantindo legitimidade, influência e continuidade de seus projetos sem confrontar abertamente as estruturas patriarcais que limitavam sua atuação.

Além disso, a dinâmica de dependência de Elizabeth em relação à figura paterna pode ser interpretada à luz do que Glick e Fiske (2001) descrevem como patriarcado benevolente, conceito derivado da teoria do sexismo ambivalente. Nesse modelo, a dominação masculina não se expressa prioritariamente por meio da hostilidade aberta, mas através de atitudes paternalistas que apresentam a proteção, o cuidado e a provisão masculina como formas legítimas, e desejáveis, de organização das relações entre os sexos. Embora essas práticas se apresentem como positivas ou afetivas, elas operam mantendo as mulheres em posições estruturais de dependência, uma vez que sua autonomia permanece condicionada à aprovação masculina. No caso de Elizabeth, ainda que possuísse ideias próprias e um projeto claramente delineado, a necessidade de legitimação por parte do pai evidencia como esse tipo de patriarcado atua de forma sutil, permitindo a ação feminina apenas enquanto esta não ameaça a autoridade masculina. Assim, a busca por validação não deve ser lida como ausência de agência, mas como efeito de um sistema no qual a autonomia das mulheres é tolerada apenas dentro dos limites definidos por uma hierarquia de gênero que se apresenta como protetora, mas que, na prática, reafirma a subordinação feminina.

Após a aprovação do pai e dos enteados Elizabeth apresenta a ideia a Louis, que prontamente apoia o projeto da esposa prontificando-se em lecionar, pessoalmente, aulas de História Natural, Geografia e Botânica, dando aulas diariamente. A escola foi inaugurada no ano de 1855 e ficou conhecida como *Agassiz School*. O papel de Elizabeth na escola é descrito ainda mais detalhadamente pela Srta. Schuyler, na biografia escrita por Paton (1919)

...uma de suas alunas, no discurso publicado abaixo no Capítulo XV. O termo "Anfitriã da Escola", que a Srta. Schuyler aplica a ela, é significativo da atmosfera incomum que ela deu à sala de aula. "Ela sempre foi para mim uma dama ideal", escreveu uma das ex-alunas muito depois do término dos dias escolares, "uma senhora americana que qualquer nação poderia ter orgulho de reivindicar como rainha. A admiração que senti no momento em que ela repreendeu suas alunas por seus modos barulhentos e comportamento problemático nas horas em que deveriam estar quietas, terminando, - espero que vocês se comportem como se comportassem nas salas de estar de suas mães - Foi nessas questões cansativas de disciplina e na supervisão e direção geral do todo que residia a principal parte do trabalho da Sra. Agassiz²¹. – Tradução Nossa

O papel de Elizabeth na *Agassiz School* consistia na supervisão dos "valores" de suas alunas. Refletindo valores de disciplina, moralidade e construção de um ideal feminino de cuidado. A forma como conduzia suas alunas e mantinha a ordem no ambiente escolar manifesta um mecanismo de controle dentro das instituições. A ênfase na supervisão das alunas e na manutenção da ordem revela traços da disciplina panóptica, onde a vigilância e a imposição de regras garantem a organização escolar. O título "*Anfitriã da Escola*" não apenas destaca sua liderança, mas também a função de mediadora que estabelecia normas comportamentais e assegurava sua aplicação. Assim, sua atuação se alinha ao conceito foucaultiano de micropoderes, em que a autoridade pedagógica regula comportamentos e molda subjetividades. (Foucault, 1987)

Outro ponto interessante a ser destacado é a descrição da Sr^a Agassiz como uma "dama ideal" e uma "senhora americana que qualquer nação poderia reivindicar como rainha" remetendo às concepções de gênero do século XIX. Joan Scott (1995), em *Gender and the Politics of History*²², argumenta que o gênero é uma categoria fundamental na construção social das hierarquias. No contexto educacional do XIX, mulheres como Elizabeth ocupavam papéis

²¹ one of her pupils, in the address published below in Chapter XV. The term, "Hostess of the School," that Miss Schuyler applies to her is significant of the unusual atmosphere that she gave the schoolroom. "She was always to me an ideal gentlewoman," one of the former pupils wrote long after the school days were ended, "an American lady whom any nation might be proud to claim as queen. I always recall her voice, remembering it' with the admiration I felt at the time when she reproved her schoolgirls for their boisterous manners and trouble-some behaviour in the hours when they should have been quiet, ending I expect you to behave as you would in your mothers drawing-rooms." It was in such wearisome matters of discipline and in the general supervision and direction of the whole that Mrs. Agassiz's principal share of the work lay. (Paton, 1919, p.49)

²² Gênero e Política na História

de liderança sem romper com os estereótipos de gênero, reafirmando seu papel como figuras morais e civilizatórias, análogas às mães na família.

Além de atuar como uma espécie de inspetora, Elizabeth assistia às aulas ministradas por Louis, “um hábito que teve grandes consequências tanto para ela quanto para Agassiz (...). Ela sempre assistia às palestras de Agassiz e delas fazia anotações fiéis, que depois escrevia. A prática assim adquirida revelou-se de valor inestimável para ele...²³”. Essa prática evidencia um processo consistente de formação intelectual que, embora fundamental para o trabalho científico desenvolvido, não se convertia em reconhecimento equivalente de autoria ou autonomia.

As anotações realizadas por Elizabeth, posteriormente organizadas e reescritas, constituíam um exercício contínuo de elaboração analítica, interpretação e sistematização do saber científico. Esse tipo de atividade, longe de ser mecânica, exigia domínio conceitual, capacidade de síntese e leitura crítica, funcionando como uma forma concreta de apropriação do conhecimento científico. No entanto, conforme aponta Lerner (2019), uma das marcas centrais das sociedades patriarcais reside precisamente na apropriação masculina do trabalho intelectual feminino, cuja legitimidade é condicionada à sua subordinação à autoridade masculina. Assim, embora a atuação de Elizabeth fosse indispensável para a consolidação do trabalho de Agassiz, ela permanecia situada em uma posição estruturalmente subalterna, não por ausência de competência, mas porque o sistema patriarcal delimitava os contornos do que poderia ser reconhecido como produção científica legítima.

No âmbito das expedições, as habilidades adquiridas nas aulas foram fundamentais. As expedições científicas exigem, de modo geral, um nível elevado de precisão nas observações e na coleta de dados. O domínio de técnicas de documentação e o exercício constante da observação refinada, adquiridos através das anotações, permitiram a Elizabeth não só acompanhar o trabalho de campo de Louis, mas também participar de forma ativa nas produções científicas do marido.

Em 1853, “o propósito para o qual a escola havia sido fundada foi alcançado e, devido às incertezas ocasionadas pela Guerra Civil, ela foi abandonada”²⁴, no mesmo ano o salário de Louis aumentou, o que contribuiu para que a família melhorasse a renda e fechasse as portas da *Agassiz School*, o projeto em questão foi a primeira conquista importante de Elizabeth no campo

²³ a habit that had great consequences for both her and Agassiz (...). She always attended Agassiz's lectures and took faithful notes, which she later wrote out. The practice thus acquired proved to be of inestimable value to him... (Paton, 1919, p. 49).

²⁴ the purpose for which the school had been founded was achieved and, due to the uncertainties caused by the Civil War, it was abandoned. (Paton, 1919, p.51)

da educação, o que, segundo ela, a ajudaria mais tarde a gerenciar a criação e a direção do *Radcliffe College*.

O próximo grande evento na vida da Sr^a Agassiz ocorreu em 1865, com a Expedição Thayer, uma jornada pela região amazônica financiada pelo banqueiro Nathaniel Thayer e apoiada logisticamente pelo próprio Imperador Dom Pedro II. Essa expedição resultou na publicação do livro *A Journey in Brazil*²⁵, um relato de viagem que documenta as experiências, observações e descobertas feitas ao longo da jornada. A obra, escrita em coautoria por Elizabeth e Louis Agassiz, apresenta descrições detalhadas da paisagem, da fauna e da flora amazônicas, além de reflexões sobre as sociedades locais e as interações dos viajantes com a cultura e os habitantes da região. A presença de Elizabeth na expedição foi essencial, ela ficou responsável por redigir todo o relato, cabendo a Louis apenas pequenas notas de rodapé e um pequeno posfácio sobre os “tipos” de raças presentes no Brasil.

O livro foi lançado no ano de 1868, tendo sua primeira edição esgotada em apenas três semanas, tendo a segunda edição lançada já no mês seguinte. Pouco após o lançamento do livro o casal recebeu um novo convite para uma nova expedição, na qual Elizabeth também acompanhou Louis:

Novamente acompanhado de Elizabeth, que mais uma vez tomou para si a missão de registrar diariamente os acontecimentos da expedição, o casal seguiu a bordo do Hassler partindo dos Estados Unidos em dezembro de 1871. Ao longo dos próximos 8 meses, o navio passou por portos no Caribe e na América do Sul, onde o casal Agassiz teve a oportunidade de revisitar brevemente o Rio de Janeiro, passando a tarde de 25 de janeiro na companhia da Princesa Isabel e do Conde d’Eu. (Antunes, 2021, p.36)

Após retornar de mais uma expedição, Louis Agassiz direcionou seus esforços para a criação de uma instituição de ensino dedicada à História Natural. Embora seu projeto tenha sido inicialmente bem-sucedido, sua participação direta foi breve, limitando-se ao primeiro semestre de atividades. Em 14 de dezembro de 1873, aos 66 anos, e com a saúde consideravelmente debilitada, o naturalista veio a falecer em sua residência, sendo posteriormente sepultado no Cemitério Mount Auburn. Seu falecimento representou um marco significativo na vida de Elizabeth Agassiz, impactando profundamente seu cotidiano.

A vida de viagens científicas era agora substituída por uma vida de responsabilidades familiares, especialmente após o falecimento de sua nora, a esposa de Alexander, apenas uma semana após a morte de Louis Agassiz, o que a deixou encarregada de auxiliar nos cuidados de três netos. Existem poucos registros sobre suas atividades

²⁵ Viagem ao Brasil

nos anos seguintes, mas é sabido que uma de suas tarefas foi começar a organização dos papeis, correspondências, arquivos e memórias de Agassiz para publicar uma biografia do recém falecido marido. (Antunes, 2021, p.38)

A atuação de Elizabeth Agassiz na preservação da memória de Louis Agassiz não se limitou à organização de arquivos e correspondências, tampouco pode ser compreendida como um gesto espontâneo de devoção conjugal. Sua participação na elaboração da biografia do naturalista constituiu uma intervenção ativa no processo de construção da memória histórica e da legitimidade intelectual de Louis, operando como um trabalho sistemático de seleção, organização e interpretação do legado científico. Ainda assim, a trajetória de Elizabeth não se encerra nesse lugar de guardiã da memória do esposo, revelando tensões e deslocamentos que permitem problematizar os limites impostos às mulheres na produção e na transmissão do saber científico.

Com o falecimento de Louis, a trajetória de Elizabeth não se desloca para um papel inteiramente novo, mas sofre um reordenamento profundo dos espaços de atuação que já lhe eram socialmente atribuídos. Educada para o cuidado familiar e para a administração do lar, Elizabeth viu-se, após a morte do marido, progressivamente afastada da vida itinerante associada às expedições científicas, passando a concentrar-se quase integralmente no espaço doméstico e na responsabilidade cotidiana pelos filhos e netos. A interrupção de suas viagens não indica, portanto, uma ruptura inesperada, mas o estreitamento das possibilidades de circulação feminina no momento em que o vínculo conjugal (que também funcionava como mediação de acesso à esfera pública da ciência) se desfaz.

Nessa perspectiva, “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1995, p.21). Essa formulação permite compreender que o recolhimento de Elizabeth ao espaço doméstico após a morte do marido não foi resultado de uma opção individual isolada, mas efeito da organização social que distribuía de maneira desigual o acesso às esferas pública e científica. A viuvez, ao romper o vínculo que legitimava sua presença nesses espaços, expôs de maneira mais aguda os limites impostos às mulheres intelectuais. Como observa Perrot (2005, p. 56), “as mulheres, mesmo quando intelectualmente ativas, eram frequentemente definidas por seus vínculos matrimoniais”, o que fazia com que a perda do marido implicasse não apenas um luto pessoal, mas também um deslocamento social e simbólico. No caso de Elizabeth, esse processo resultou na retração de sua atuação pública e científica, ao mesmo tempo em que reforçou a centralidade do papel familiar, evidenciando

como as hierarquias de gênero regulavam a permanência feminina nos espaços de produção e circulação do saber.

Entretanto, Elizabeth demonstrou um crescente interesse pela educação, especialmente no que se referia ao ensino superior feminino. Esse interesse culminou em sua participação ativa na fundação do *Radcliffe College*, uma instituição destinada a oferecer às mulheres uma formação acadêmica equiparável à de Harvard. Seu engajamento nesse projeto reforça seu desejo de ampliar as oportunidades educacionais para as mulheres em um período no qual as barreiras institucionais ainda eram significativas.

Em janeiro de 1879, começamos a formar o comitê de senhoras, tomando o cuidado de escolher aquelas que não representassem nenhuma “causa” ou que fossem consideradas “avançadas” ou favoráveis à coeducação. No dia 6 de fevereiro, a senhora teve a gentileza de concordar em colaborar conosco e, desde então, conhece a história do movimento²⁶. – Tradução Nossa.

A atuação de Elizabeth Agassiz na fundação do *Radcliffe College* inscreve-se em um contexto de exclusão institucional das mulheres da educação superior de elite nos Estados Unidos. Até o final do século XIX, universidades como Harvard impediam formalmente que mulheres frequentassem seus cursos regulares, baseando-se em concepções de gênero que associavam a vida acadêmica legitimada à masculinidade. Segundo o próprio registro institucional, *Radcliffe College* nasceu como resposta a essa exclusão: após o presidente de Harvard Charles Eliot ter rejeitado tentativas de permitir que mulheres acessassem diretamente a educação da Universidade, um grupo de reformadores criou, em 1879, o *Harvard Annex*, onde mulheres poderiam receber instrução ministrada por professores de Harvard, embora sem serem formalmente admitidas na Universidade (Harvard Radcliffe Institute, 2026)

O *Harvard Annex* cresceu significativamente ao longo de uma década e, em 1894, foi oficialmente constituído como Radcliffe College, com Elizabeth Cary Agassiz como sua primeira presidente, conferindo às mulheres instrução equivalente à oferecida aos alunos de Harvard, ainda que em uma instituição separada e subordinada em prestígio e estrutura à própria Universidade (Harvard Radcliffe Institute, 2026). Essa forma de acesso reflete um modelo de inclusão diferenciada, no qual o alto padrão de ensino acadêmico era disponibilizado às mulheres, mas sem romper com a lógica universitária dominante que reservava para os homens o centro simbólico e institucional do saber. Tal arranjo evidenciava que o acesso feminino ao

²⁶ In January 1879, we began to form the ladies' committee, taking care to choose those who did not represent any "cause" or who were considered "advanced" or favorable to coeducation. On February 6, you were kind enough to agree to collaborate with us and, since then, you have known the history of the movement. (Paton, 1919, p.199)

ensino superior não era concedido como direito natural, mas mediado por dispositivos institucionais que reproduziam hierarquias de gênero.

A importância histórico-social do *Radcliffe College* também está no modo como ele desafiou, mesmo que de forma contingente, o clima de expectativas restritas às mulheres à educação universitária. O próprio site institucional observa que o objetivo de Radcliffe sempre foi assegurar que o “alto padrão de educação encarnado em Harvard fosse acessível às mulheres que então eram excluídas da Universidade” (Harvard Radcliffe Institute, 2026), uma perspectiva que se manteve como princípio informador de seu legado no *Harvard Radcliffe Institute for Advanced Study*. Esse compromisso com equidade de gênero, embora institucionalizado apenas a partir do reconhecimento formal e tardio da coeducação plena em Harvard (que só começou de forma efetiva quando as salas foram abertas às mulheres a partir da década de 1940), mostra que a luta pelo acesso feminino ao ensino superior não foi apenas uma expansão quantitativa de oportunidades, mas um questionamento radical das fronteiras de gênero que organizavam a produção, a circulação e o reconhecimento do conhecimento acadêmico.

A partir desse período, Elizabeth passou a integrar um comitê composto por senhoras reconhecidas socialmente, cuja atuação estava voltada à organização e à condução de iniciativas ligadas à educação feminina. A composição desse grupo não era aleatória: tratava-se de mulheres pertencentes às elites intelectuais e econômicas, cuja respeitabilidade social funcionava como condição para a legitimidade pública de suas ações. Sua presença nesses espaços reforçava uma estratégia cuidadosamente construída de promoção da instrução feminina sem ruptura explícita com a ordem social vigente, evitando associações com movimentos considerados radicais ou subversivos. Nesse sentido, o protagonismo de Elizabeth operava dentro de um campo de possibilidades estreitamente delimitado pelas normas patriarcais, nas quais a atuação feminina era tolerada desde que preservasse a harmonia social e não questionasse frontalmente a hierarquia de gênero.

A participação dela nesse comitê evidencia, portanto, os limites estruturais do protagonismo feminino em uma sociedade patriarcal. Mulheres da elite eram convocadas a colaborar com projetos educacionais voltados ao próprio sexo, mas essa colaboração estava condicionada à manutenção de valores conservadores, como a moderação, a prudência e a defesa da ordem social. Como aponta Lerner (2019), o patriarcado não se sustenta apenas pela exclusão das mulheres dos espaços de poder, mas também por meio de sua incorporação controlada, permitindo-lhes atuar em áreas consideradas extensões “naturais” de seus papéis sociais, como a educação e a moralização. Assim, o engajamento de Elizabeth não rompe com

a lógica patriarcal, mas revela como ela operava estrategicamente dentro de seus limites, transformando a educação feminina em um campo possível (ainda que restrito) de ação social.

O *Harvard Annex*, como a instituição era inicialmente denominada, manteve seu funcionamento por meio de doações privadas, contribuições familiares e do pagamento de mensalidades, o que tornava o acesso profundamente seletivo. O alto custo da formação restringia a matrícula a jovens provenientes de famílias abastadas, para as quais a educação feminina representava não apenas um investimento intelectual, mas também um reforço de distinção social. Essa configuração expõe uma contradição central do projeto educacional: embora discursivamente associado à ampliação das oportunidades para as mulheres, o ensino oferecido permanecia circunscrito a uma elite específica, reproduzindo desigualdades de classe e gênero. Essa limitação não era ignorada por Elizabeth nem pelo comitê dirigente; ao contrário, era reconhecida, ainda que de modo cauteloso, nos discursos dirigidos às alunas formandas, nos quais se evidenciava a consciência de que aquele espaço representava um privilégio e não um direito universal. A fala abaixo é da própria Elizabeth, em um de seus discursos para uma turma de formandas, logo no início da instituição:

Temos de confessar, em referência aos nossos números, que o Anexo é, para a classe de mulheres a quem atrai especialmente, muito caro. A cobrança anual por um curso universitário completo é de US\$ 200 a US\$ 50 a mais do que a paga pelos estudantes de Harvard. Isso coloca em nossa instrução fora do alcance de muitos que o cobiçam, e alguns daqueles que vêm, mesmo que por um ano, apenas o fazem com um grande sacrifício, embora não, pensamos, sem considerar o investimento lucrativo²⁷. – Tradução Nossa

A fala de Elizabeth, extraída de seu discurso para uma turma de formandas, explicita de maneira direta as barreiras econômicas e institucionais que moldavam o acesso feminino ao ensino superior no final do século XIX. Ao afirmar que “o Anexo é, para a classe de mulheres a quem atrai especialmente, muito caro [...] fora do alcance de muitos que o cobiçam”, Elizabeth reconhece que a educação universitária oferecida não se apresentava como um direito, mas como um privilégio restrito a determinados grupos sociais. Essa seletividade revela a intersecção entre gênero e classe na organização do ensino superior, na qual o acesso feminino era condicionado não apenas à aceitação social da instrução das mulheres, mas também à capacidade econômica de sustentá-la.

²⁷ We must confess, in reference to our figures, that the Annex is, for the class of women to whom it especially appeals, very expensive. The annual charge for a full college course is from \$200 to \$50 more than that paid by Harvard students. This puts our instruction out of the reach of many who covet it, and some of those who come, even for a year, do so only at great sacrifice, though not, we think, without considering the profitable investment. (Paton, 1919, p.212)

As resistências enfrentadas pela instituição aparecem de forma ainda mais evidente quando Elizabeth menciona as reações contrárias de membros próximos de seu círculo social, que viam a educação universitária feminina como uma ameaça à “dignidade e à reserva de Harvard” (Paton, 1919, p. 227). Essas objeções não se limitavam a questões administrativas ou financeiras, mas estavam profundamente ancoradas em uma ordem patriarcal que associava a universidade à formação do sujeito público masculino. A presença de mulheres no espaço universitário colocava em tensão representações consolidadas de gênero, segundo as quais o saber científico e acadêmico deveria permanecer sob domínio masculino, enquanto às mulheres caberia uma instrução moral e doméstica. Nesse contexto, a recusa à coeducação plena e a manutenção de instituições separadas, como o *Harvard Annex*, funcionavam como mecanismos de contenção, permitindo o acesso feminino ao conhecimento sem comprometer a hierarquia simbólica que estruturava a universidade.

A própria caracterização dessa experiência como uma “aventura” por Elizabeth não deve ser lida apenas como uma expressão retórica, mas como indicativo da instabilidade e da vigilância constante que cercavam as iniciativas voltadas à educação universitária das mulheres. A necessidade de negociar permanentemente com expectativas sociais, preconceitos institucionais e limites impostos pelas normas de gênero evidencia como o avanço da educação feminina se dava em um campo marcado por tensões contínuas, no qual cada conquista era acompanhada por estratégias de controle e diferenciação. As falas de Elizabeth, longe de indicarem uma superação dessas barreiras, revelam os contornos de um processo ainda em disputa, no qual o acesso das mulheres ao ensino superior permanecia condicionado pelas estruturas patriarcais que organizavam o saber, a autoridade acadêmica e o reconhecimento institucional.

Além disso, a fala de Elizabeth ressoa com as reflexões de De Beauvoir (2016), que, em *O Segundo Sexo*, discute a construção da mulher como “o outro” em relação ao homem, posição que a exclui das esferas de poder e conhecimento, como era o caso das universidades. A percepção de que a educação feminina representaria uma “ameaça” à dignidade das instituições de ensino reflete a ideia de que o espaço acadêmico era um domínio exclusivamente masculino, o qual precisaria ser “preservado” da invasão feminina.

Em 1894, o Radcliffe College foi fundado, e Elizabeth adquiriu as propriedades ao redor do colégio, que ainda hoje servem como centro administrativo da instituição, onde há um prédio com seu nome. Elizabeth, ocupou o cargo de presidente até o dia 1º de janeiro de 1900, quando a mesma renunciou, entendendo que sua saúde já se encontrava a muito debilitada.

Figura 3: Elizabeth Cary Agassiz Gate, Radcliffe College



Fonte: Universidade de Harvard, Radcliffe Yard

No dia 27 de junho de 1907, em Arlington, Massachusetts na casa de uma das sobrinhas “a libertação veio e seu espírito retornou a Deus, que o deu.” (Paton, 1919, p.383). Ela foi enterrada no cemitério de Mount Auburn, ao lado de seu marido. Seu nome permanece vivo na memória da Universidade de Harvard, onde é lembrada como uma figura crucial na luta pela educação superior das mulheres. Seu legado nas ciências naturais, embora extenso, ainda carece de maior exploração. O relato de sua viagem ao Brasil, realizada entre 1865 e 1866, destaca-se como um dos mais detalhados, não apenas pela riqueza nas observações sobre a fauna e a flora, mas também pela perspicaz descrição da sociedade amazônica. Com um olhar único e sensível, Elizabeth Agassiz consegue retratar com maestria o cotidiano das mulheres da região, revelando suas lutas, dificuldades e particularidades com uma profundidade notável.

Elizabeth Agassiz, apesar de sua relevância histórica, atuou a partir de uma posição social marcada por privilégios de classe, raça e capital cultural, que condicionaram tanto o alcance quanto os limites de sua atuação. Sua concepção de avanço educacional feminino estava ancorada nas possibilidades oferecidas às mulheres da elite branca, socialmente respeitáveis e economicamente sustentadas, para as quais a educação superior podia ser pensada como um horizonte possível. Como observa Scott (1995), o gênero não opera de forma isolada, mas articulado a outras categorias de diferenciação social, estruturando relações de poder que definem quem pode acessar determinados espaços e em que condições. Nesse sentido, as portas que se abriram com iniciativas como o *Harvard Annex* destinavam-se prioritariamente a mulheres que já ocupavam posições favorecidas dentro da ordem social, e não às mulheres em situação de maior vulnerabilidade.

Para as mulheres das classes populares, o acesso ao ensino superior permanecia amplamente interdito, não apenas pela exclusão de gênero, mas também por barreiras econômicas, pela necessidade do trabalho remunerado precoce e por expectativas sociais que restringiam sua atuação ao espaço doméstico ou ao trabalho manual.

A experiência de Elizabeth Agassiz permite observar como a presença feminina na esfera pública intelectual era mediada por critérios rigorosos de respeitabilidade e adequação social. Como analisa Michelle Perrot (2005), as mulheres que logravam certa visibilidade no século XIX o faziam, em geral, a partir de papéis considerados compatíveis com a ordem social, sendo a educação um dos poucos campos nos quais sua atuação era socialmente tolerada. Essa tolerância, contudo, não implicava igualdade, mas uma forma específica de enquadramento: a mulher podia ensinar, organizar e administrar, desde que sua atuação fosse percebida como extensão de atributos femininos valorizados, como o cuidado, a moralidade e a dedicação ao outro. As relações que Elizabeth estabeleceu ao longo de sua trajetória (como esposa, dirigente educacional e figura pública) foram atravessadas por esse regime de expectativas, no qual a legitimidade feminina dependia da capacidade de agir sem desestabilizar os fundamentos simbólicos da autoridade masculina no campo científico e universitário.

O avanço da educação feminina no século XIX, tal como evidenciado na trajetória de Elizabeth Agassiz, esteve condicionado à articulação entre gênero e classe, que delimitava tanto as possibilidades quanto os limites das iniciativas voltadas à instrução das mulheres. As ações empreendidas por Elizabeth contribuíram para a ampliação do acesso feminino ao ensino superior, ainda que de forma restrita e mediada por critérios de respeitabilidade social, pertencimento de classe e adequação às normas patriarcais vigentes. Longe de representar uma ruptura imediata com essas estruturas, sua atuação inscreveu-se em um processo histórico marcado por avanços graduais, tensões e permanências, no qual a educação das mulheres se consolidou como campo legítimo de intervenção feminina sem, contudo, eliminar as desigualdades que dificultavam o acesso ao conhecimento. Assim, a experiência analisada evidencia que a ampliação das oportunidades educacionais para as mulheres ocorreu de maneira desigual e progressiva, inserida em um movimento mais amplo de transformações sociais que permanece inacabado.

2.2 O racismo “pautado” na ciência do XIX: As teorias racistas presentes em Viagem ao Brasil (1865-1866)

Não há neutralidade quando se medem crânios para classificar humanidades. O que se chamou de 'ciência' foi, muitas vezes, a ritualização da desigualdade.
Lilia Moritz Schwarcz, (1993)

Como falar de Louis e Elizabeth Agassiz sem enfrentar as sombras que se projetam sobre seus feitos? À primeira vista, suas biografias parecem compor a narrativa de um casal brilhante, unido pelo compromisso com a ciência e a educação. Ele, um naturalista renomado, professor respeitado em Harvard, cujo nome se inscreve na história da biologia como um dos grandes estudiosos da ictiologia. Ela, uma educadora incansável, cuja atuação abriu caminhos para o acesso feminino ao ensino superior nos Estados Unidos. Mas a história raramente se desenha em contornos tão simples.

O século XIX, marcado pelo impulso de classificar e ordenar o mundo natural e humano, foi também o período em que a ciência se consolidou como um instrumento central de legitimação do poder. Segundo Costa (2013, p.29), os cientistas apresentavam-se como “cavalheiros anunciadores de um novo tempo”. No interior desse projeto científico, Louis Agassiz destacou-se como um dos principais defensores do poligenismo, teoria que postulava a existência de origens distintas para os diferentes grupos humanos. Tal concepção sustentava uma hierarquia racial assentada na ideia de superioridade dos povos europeus, apresentados como o ápice do desenvolvimento físico, moral e intelectual, enquanto os demais grupos eram posicionados em escalas inferiores de humanidade. Essas formulações, amplamente difundidas no contexto científico oitocentista, contribuíram para naturalizar desigualdades e justificar projetos coloniais, escravistas e civilizatórios sob a aparência de neutralidade científica.

Em nome da ciência, Louis Agassiz não apenas formulou teorias raciais hierarquizantes, como também mobilizou dispositivos visuais para sustentar empiricamente suas convicções poligenistas. Durante a Expedição *Thayer* (1865–1866), o naturalista encomendou uma série de fotografias de homens e mulheres negros, muitos deles escravizados, produzidas no Rio de Janeiro e em Manaus. Essas imagens, realizadas segundo padrões rígidos de enquadramento, frontalidade e exposição corporal, tinham como objetivo explícito transformar corpos racializados em evidências científicas, esvaziadas de subjetividade, história e identidade. Como observa Maria Helena P. T. Machado, trata-se de um conjunto imagético concebido para “reduzir os indivíduos fotografados a tipos raciais, convertendo corpos humanos em objetos de observação e comparação científica” (Machado, 2010, p. 16).

Figura 4: Coleção Fotográfica de Louis Agassiz, Série Raças Puras, Álbum África. Tríptico somatológico, identificado como Mina Gege. Photographer / Fotógrafo: Augusto Stahl. Rio de Janeiro, 1865



Fonte: Machado, Maria Helena. Rastros E Raças De Louis Agassiz: Fotografia, Corpo E Ciência, Ontem e Hoje

A imagem acima integra a Coleção Fotográfica de Louis Agassiz, pertencente à Série Raças Puras, reunida no Álbum África, e foi produzida em 1865, no Rio de Janeiro, pelo fotógrafo Augusto Stahl, no contexto da Expedição Thayer. Trata-se de um tríptico somatológico, identificado pela legenda “Mina Gege”, composto por três registros fotográficos da mesma mulher negra, apresentados de forma sequencial: vista frontal, perfil e dorsal.

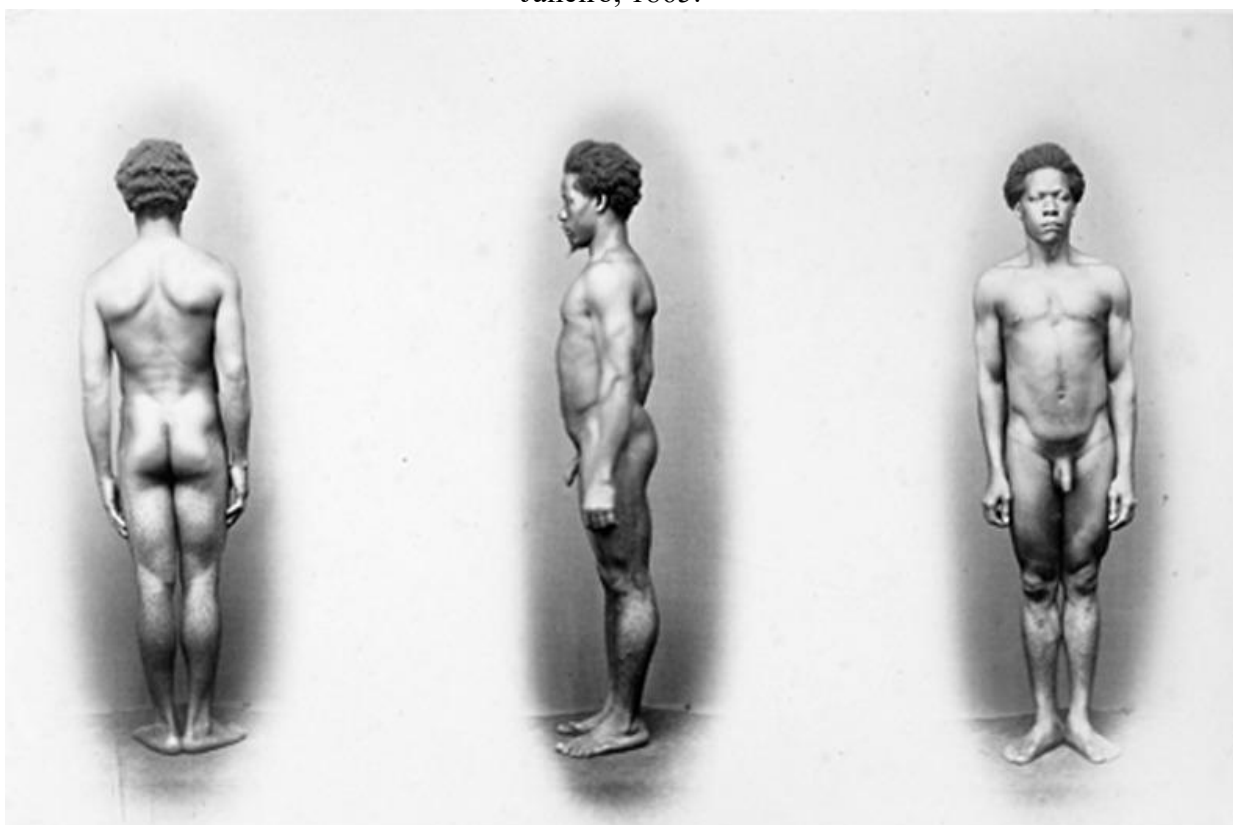
Nas três tomadas, a mulher encontra-se despida, posicionada diante de um fundo neutro, sem elementos cenográficos ou referências espaciais que permitam situá-la social ou historicamente. O enquadramento é fixo e padronizado, priorizando a visibilidade integral do corpo, que ocupa o centro da composição. A postura corporal é rígida e controlada, sugerindo a imposição de poses previamente determinadas pelo fotógrafo ou pelo protocolo científico que orientava a produção da imagem.

A fotografia frontal enfatiza a simetria do corpo e a exposição do tronco; o registro de perfil destaca o contorno corporal e a silhueta; já a imagem de costas permite a observação da estrutura corporal posterior, completando o exame visual totalizante do corpo feminino. A repetição das poses e a ausência de variação expressiva reforçam o caráter sistemático do registro, indicando que o objetivo do tríptico não era a representação individual da mulher

fotografada, mas a documentação de características corporais consideradas relevantes para a classificação racial.

A identificação da mulher como “*Mina Gege*”, sem menção a nome próprio, idade ou condição social, evidencia o processo de redução do sujeito a uma categoria étnico-racial genérica, coerente com os pressupostos do racismo científico oitocentista. Nesse sentido, a imagem apresenta-se como um documento visual produzido sob a lógica da ciência classificatória do século XIX, na qual a fotografia era mobilizada como instrumento de observação, comparação e catalogação de corpos racializados.

Figura 5: Coleção Fotográfica de Louis Agassiz, Série Raças Puras, Álbum África. Tríptico somatológico, identificado como Benguella. Photographer / Fotógrafo: Augusto Stahl. Rio de Janeiro, 1865.



Fonte: Machado, Maria Helena. Rastros E Raças De Louis Agassiz: Fotografia, Corpo E Ciência, Ontem e Hoje

A fotografia do homem negro também integra a Coleção Fotográfica de Louis Agassiz, pertencente à Série Raças Puras, reunida no Álbum África, produzida durante a Expedição Thayer (1865–1866), no Rio de Janeiro, pelo fotógrafo Augusto Stahl. Assim como no caso feminino, trata-se de um registro somatológico, estruturado segundo um protocolo visual voltado à documentação sistemática do corpo, associado às práticas classificatórias do racismo científico oitocentista.

O homem é fotografado nu, diante de um fundo neutro, desprovido de qualquer elemento que indique pertencimento social, cultural ou histórico. O enquadramento privilegia a visibilidade integral do corpo, disposto de forma centralizada e estática. A postura é rígida e controlada, sugerindo a imposição de uma pose previamente definida, coerente com o caráter técnico e normativo do registro fotográfico.

A imagem enfatiza o corpo masculino como objeto de observação anatômica, destacando a estrutura física, a musculatura e o contorno corporal. Tal como ocorre nas demais fotografias da série, não há qualquer tentativa de individualização do sujeito fotografado: não se registra nome próprio, trajetória ou condição social, mas apenas uma identificação genérica associada à classificação racial. O corpo é apresentado como exemplar, e não como indivíduo.

As fotografias produzidas sob a coordenação de Louis Agassiz integram aquilo que Maria Helena Machado (2010) denomina um verdadeiro “repositório imagético racista”, concebido no interior de uma ciência que buscava, de forma deliberada, naturalizar hierarquias raciais por meio da visualidade. Não se trata, portanto, de desvios pontuais ou leituras posteriores, mas de um projeto científico estruturado a partir da crença na inferioridade negra e na necessidade de classificá-la, medi-la e expô-la.

O tríptico somatológico, com poses frontais, de perfil e de costas, revela um procedimento sistemático de fragmentação do corpo, que transforma o sujeito fotografado em objeto comparável dentro de um arquivo visual. Como destaca Machado, a coleção foi organizada com base em “representações somatológicas e frenológicas que poderiam tranquilamente operar como justificações do apartheid, da supremacia branca e da eugenia” (Machado, 2010, p. 179). A fotografia, nesse contexto, não apenas registra o racismo científico: ela o executa.

Ao articular essas imagens com *A Câmara Lúcida*, de Roland Barthes, torna-se evidente que o *studium* dessas fotografias está inteiramente atravessado por um olhar racializante. O interesse cultural que orienta a produção da imagem não é neutro, mas vinculado a uma ciência que se arrogava o direito de “ler corpos” e estabelecer hierarquias entre eles. A frontalidade rígida, a nudez compulsória e a ausência de qualquer elemento de contextualização social ou histórica operam como dispositivos de apagamento da subjetividade.

Contudo, como afirma Barthes, a fotografia carrega inevitavelmente o noema do isso foi, isto é, a prova incontornável de que aquele corpo existiu (Barthes, 1979). Ainda que Agassiz buscasse reduzir esses homens e mulheres a “tipos raciais”, a imagem conserva algo que escapa ao controle científico: a presença histórica de sujeitos submetidos a um olhar violento. Nesse

ponto, o racismo da imagem torna-se duplamente revelador, pois expõe tanto o projeto classificatório quanto a violência necessária para sustentá-lo.

O caráter racista dessas fotografias manifesta-se, portanto, não apenas no discurso que as acompanha, mas na própria gramática visual que as estrutura. Conforme observa Machado (2010), a constituição dessas séries visuais obedeceu à lógica da formação de um “arquivo imaginário”, no qual todos os corpos não brancos poderiam ser ordenados em escalas hierárquicas. Tal procedimento, longe de ser uma curiosidade oitocentista, teve efeitos duradouros na cultura visual ocidental, contribuindo para a persistência de estereótipos raciais e para a legitimação científica da desigualdade.

As fotografias encomendadas por Louis não eram simples registros visuais, mas instrumentos ativos de um projeto científico e político que articulava saber e poder. Segundo Machado, essas imagens operavam uma

violência simbólica profunda, na medida em que retiravam dos fotografados qualquer possibilidade de agência, submetendo-os a um olhar que os fixava como espécimes de uma suposta inferioridade natural (Machado, 2010, p. 22).

A fotografia, nesse contexto, funcionava como tecnologia de legitimação do racismo científico, conferindo aparência de neutralidade e objetividade a um discurso embebido por pressupostos hierárquicos e excludentes.

A desumanização inscrita nessas imagens se manifesta não apenas na nudez compulsória, mas na própria lógica classificatória que orienta sua produção. Os corpos são fragmentados pelo olhar científico, transformados em superfícies de leitura racial: crânios, torsos, perfis e marcas físicas passam a ser interpretados como sinais de degenerescência ou atraso civilizacional. Como destaca Machado, “as fotografias raciais de Agassiz inscrevem-se em um regime visual que naturaliza a desigualdade, ao converter diferenças históricas e sociais em diferenças biológicas” (Machado, 2010, p. 27). Não se tratava, portanto, de documentar a diversidade humana, mas de reafirmar uma ordem racial que colocava o homem branco europeu como medida de todas as coisas.

E Elizabeth Agassiz? Seu nome costuma ser associado à ampliação do acesso feminino à educação, mas é preciso perguntar com rigor histórico: a quais mulheres esse projeto se destinava e quem permanecia fora dele. A defesa da instrução feminina articulada por Elizabeth esteve circunscrita a um horizonte social e racial muito específico — o das mulheres brancas, letradas e pertencentes às elites intelectuais. Em seus escritos sobre o Brasil, a diferença racial

não aparece como um problema a ser questionado, mas como um dado natural da ordem social, frequentemente descrito por meio de categorias morais e civilizatórias.

Falar dos Agassiz é falar de um legado ambíguo. Entre a pseudociência e a opressão, entre a educação e a exclusão, suas trajetórias revelam o modo como o saber pode ser tanto uma ferramenta de emancipação quanto um instrumento de dominação. E, diante disso, o passado não pode ser lido com ingenuidade.

Ao analisar *Viagem ao Brasil (1865–1866)*, Santos (2005) observa que Elizabeth constrói uma representação das mulheres amazônicas marcada por um olhar hierarquizante, no qual mulheres negras e indígenas são associadas à natureza, à precariedade material e à ausência de refinamento moral, sendo avaliadas a partir de parâmetros europeus de domesticidade e civilização. As descrições enfatizam vestimentas, ornamentos corporais e práticas cotidianas como indicadores de atraso cultural, reforçando uma leitura preconceituosa da diferença, compatível com o pensamento científico oitocentista e com as teorias de hierarquização dos povos então em circulação.

Seus próprios escritos demonstram que sua percepção sobre as mulheres indígenas, negras e mestiças foi moldada por categorias raciais hierarquizantes, que operavam tanto no campo da observação científica quanto no da moralidade social. Ao descrever a população amazônica como “produto da mescla de raças”, Elizabeth não apenas enumera traços físicos, mas estabelece uma escala implícita de valor, distinguindo o “homem branco”, o “índio” e o “negro” a partir de atributos corporais e comportamentais (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 108). Essa classificação não é neutra: ela organiza os corpos segundo uma lógica comparativa que associa traços físicos a capacidades morais e intelectuais, especialmente quando se refere às mulheres, frequentemente descritas como tipos raciais observáveis e avaliáveis.

Em diversas passagens, a autora constrói imagens das mulheres indígenas e mestiças que combinam exotização, julgamento moral e hierarquização racial. Esse mesmo mecanismo se intensifica quando Elizabeth associa miscigenação a disposições físicas e mentais. Ao comentar sobre Alexandrina (uma mulher negra que é contratada para ajudar na limpeza dos espécimes), afirma que ela “reúne a inteligência do índio à adaptabilidade maior do negro” (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 143), e mais adiante sustenta que, nos mestiços, “o tipo africano é o primeiro a ceder”, enquanto o indígena preservaria uma “tenacidade inalterável” (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 153-154). Aqui, a linguagem racial opera como explicação causal: características físicas e comportamentais são naturalizadas como efeitos diretos da “mistura de raças”, evidenciando a adesão dela a concepções hierarquizadas de humanidade, amplamente difundidas no pensamento científico do século XIX.

Essa lógica aparece com clareza quando a autora descreve a população amazônica como “produto da mescla de raças”, enumerando traços corporais e distinguindo tipos humanos segundo gradações raciais que colocam o homem branco como referência implícita de normalidade (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 108). Para Santos (2005), esse tipo de classificação não é inocente: trata-se de um procedimento discursivo que transforma a diversidade em objeto de ordenação científica, legitimando hierarquias raciais sob a aparência da descrição empírica (Santos, 2005). No caso das mulheres, esse processo é ainda mais intenso, pois seus corpos são simultaneamente racializados e generificados.

Mesmo quando expressa admiração pelas mulheres indígenas, como ao afirmar que são “muito enérgicas” e capazes de manejar o remo e a rede “tão valentemente como o próprio homem” (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 147), essa valorização permanece circunscrita ao campo da exceção. Santos (2005) chama atenção para o fato de que tais elogios não rompem com a hierarquia racial, mas antes a reforçam, ao transformar a força feminina indígena em curiosidade etnográfica, e não em expressão legítima de agência social.

As ideias sustentadas pelo casal não emergiram em um vazio intelectual, mas inscrevem-se em um século XIX no qual a ciência se consolidou simultaneamente como forma hegemônica de conhecimento e como linguagem privilegiada de poder. Nesse contexto, a produção científica passou a operar não apenas na descrição do mundo natural, mas também na ordenação social dos sujeitos, convertendo diferenças históricas, culturais e sociais em categorias pretensamente naturais. O racismo científico, longe de constituir um discurso periférico, estruturou-se como um saber legitimado, articulado aos interesses políticos e econômicos das elites, funcionando como

uma construção ideológica, fruto de conjunturas históricas, na qual os interesses materiais das classes dominantes encontraram, no racismo, uma justificativa científica para a importação de europeus e a inferiorização da maioria dos brasileiros (Azevedo, 1987, p. 8).

Ao classificar corpos, inteligências e comportamentos a partir de critérios biológicos, a ciência oitocentista produziu uma gramática da desigualdade que naturalizava hierarquias raciais e sociais, conferindo-lhes aparência de verdade objetiva. Como observa Foucault (1979), o saber científico não atua de forma neutra, mas integra dispositivos de poder que organizam, normalizam e hierarquizam os indivíduos; nesse sentido, a ciência racial operou como tecnologia política, capaz de transformar dominação histórica em necessidade natural. Assim, as teorias defendidas por Agassiz devem ser compreendidas como parte de um regime de saber

que não apenas descrevia a diferença, mas a fixava como inferioridade, reforçando uma ordem social profundamente hierarquizada e resistente à ideia de igualdade humana

Uma das vozes centrais nesse contexto foi a de Joseph Arthur de Gobineau, cuja obra *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, publicada entre 1853 e 1855, tornou-se uma das principais referências do pensamento racial europeu. Para Gobineau, a história era determinada pela pureza racial, sendo a miscigenação um fator de degeneração civilizacional. Conforme analisa Schwarcz (1993, p. 38), “a obra de Gobineau reforça a crença na superioridade da raça branca e apresenta um fatalismo racial, onde a decadência das civilizações é inevitável quando há mistura entre os povos”.

O pensamento gobineauísta influenciou não apenas intelectuais europeus, mas também atravessou o Atlântico, encontrando eco nos discursos raciais das Américas. Como aponta Souza (2009), as elites latino-americanas do século XIX utilizaram as teorias raciais para justificar projetos de branqueamento populacional, defendendo a imigração europeia como forma de “melhoria” das nações recém-independentes. No Brasil, essa lógica esteve presente em políticas públicas eugenistas que se consolidariam no início do século XX.

A influência de Gobineau pode ser observada na recepção de suas ideias entre intelectuais e políticos brasileiros da segunda metade do século XIX. Entre 1869 e 1870, Gobineau esteve no Brasil como diplomata francês, e sua visão sobre a sociedade brasileira reforçou sua crença na degeneração causada pela miscigenação. Em suas cartas, expressou pessimismo quanto ao futuro do país, argumentando que “o Brasil estava condenado pela mestiçagem irreversível de sua população” (Gobineau, 2021, p. 214). Sua estadia influenciou diretamente figuras como Nina Rodrigues, um dos primeiros intelectuais brasileiros a aplicar concepções raciais em suas análises sobre a população negra e indígena.

Para Nina Rodrigues (1935), a mestiçagem brasileira criava um “problema social”, pois resultava, segundo ele, em uma população biologicamente inferior, que deveria ser objeto de controle e vigilância do Estado. Seu pensamento se alinhava ao que Skidmore (2012) descreve como o “racismo científico tropical”, no qual as teorias europeias eram adaptadas para a realidade brasileira, mantendo o eixo da supremacia branca, mas incorporando especificidades locais. Dessa forma, o poligenismo europeu e o determinismo racial encontraram terreno fértil no Brasil, influenciando não apenas o meio acadêmico, mas também políticas públicas e legislações que se desenrolariam ao longo do século XX.

O pensamento de Nina Rodrigues sobre a mestiçagem no Brasil e o conceito de “problema social” está intrinsecamente ligado ao contexto científico e social do século XIX, período em que as teorias racistas não apenas emergiram, mas também passaram a ser utilizadas

como ferramentas de legitimação do poder. Para Nina Rodrigues, a mistura racial resultava em uma população biologicamente inferior, o que justificaria seu controle pelo Estado. Esse raciocínio se alinha com o "racismo científico tropical", conforme descrito por Skidmore (2012), onde as teorias europeias, como o poligenismo, foram adaptadas para a realidade brasileira, mantendo a supremacia branca enquanto incorporavam elementos locais. O século XIX foi, assim, um momento crucial em que a ciência, em plena consolidação, se tornou central na construção das estruturas de poder, utilizando-se dessas teorias para hierarquizar as raças e reforçar a ideia de que as populações racializadas deveriam ser subjugadas. Dessa forma, as concepções científicas não eram apenas explicações sobre as diferenças biológicas, mas instrumentos que serviam para justificar a dominação e a exclusão social das classes consideradas inferiores.

O século XIX foi uma época em que as ciências naturais e sociais, em seu processo de consolidação, passaram a exercer um papel central na construção das estruturas de poder. As teorias racistas que emergiram nesse período não eram apenas expressões de visões distorcidas sobre as diferenças biológicas entre as raças, mas sim ferramentas de legitimação do domínio e controle sobre as populações subjugadas. O pensamento científico da época, em grande parte influenciado pelo positivismo e pela ascensão do determinismo biológico, esteve profundamente imbricado na necessidade de justificar e fortalecer as relações de poder, hierarquizando as raças humanas de acordo com a tese da "superioridade" da raça branca.

A teoria do poligenismo, defendida pelos Agassiz, Joseph Arthur de Gobineau e outros, sustentava a ideia de que as diferentes raças tinham origens distintas e, portanto, capacidades e destinos diferentes. Essa concepção de "raças separadas" foi fundamental para construir uma narrativa que visava justificar a opressão das populações negras e indígenas, marcadas como inferiores. Ao se apoiar nas ciências naturais para classificar e hierarquizar os seres humanos, os defensores dessa teoria não estavam apenas buscando entender as "diferenças" entre as raças, mas também estavam criando uma base pseudocientífica para uma estrutura social desigual. Como aponta Gobineau (2021, p.37), "a história humana está, em sua essência, ligada à pureza de suas raças. Quanto mais misturadas forem, mais se aproxima de sua decadência". Esse tipo de discurso serviu para consolidar a ideia de que a segregação racial e a manutenção de uma hierarquia social, com a branquitude no topo, eram inevitáveis e necessárias para a preservação da ordem e do progresso.

A naturalização da desigualdade racial por meio da ciência não se restringiu à Europa e aos Estados Unidos. Como aponta Schwarcz (1993), o Brasil também adotou discursos racialistas no final do século XIX, utilizando-se de teorias europeias para justificar hierarquias

raciais locais. A crença na superioridade branca e na degeneração causada pela mestiçagem foi incorporada ao pensamento nacional, moldando políticas públicas e intelectuais brasileiros, como Nina Rodrigues e Sílvio Romero.

No final do século XIX e início do século XX, o racismo científico passou a ser traduzido em práticas institucionais. Skidmore (2012) argumenta que o Brasil, influenciado pelas ideias eugenistas, incentivou a imigração europeia como forma de “branqueamento” da população. O Estado adotou políticas que marginalizavam populações negras e indígenas, negando-lhes acesso a direitos básicos e reforçando uma estrutura de exclusão social.

Museus de história natural, como o Museu Nacional no Rio de Janeiro, armazenaram crânios e restos mortais de indígenas e negros, utilizados como evidências para sustentar teorias racialistas (Barcellos, 2008). Esse processo de musealização da diferença contribuiu para consolidar a ideia de que certas populações deveriam ser estudadas como objetos científicos, e não reconhecidas como sujeitos históricos.

A tese que fundamentava essas ideias era, muitas vezes, apontada dentro dos relatos de viagem dos naturalistas do século XIX que, como representantes da ciência em um século marcado pelo “progresso” alegavam que o país tinha tudo para ser próspero, apresentando uma natureza exuberante e rica em recursos naturais porém, o fator *humano* presente nela atrasaria seu crescimento natural.

Isso pode ser percebido de maneira explícita no relato de viagem dos Agassiz, em que em muitos trechos Elizabeth descreve a população local sob a lente do determinismo racial, reforçando a crença na superioridade europeia. Seu olhar, apesar de revestido por um tom de curiosidade científica, não se afastava das premissas racistas que pautavam a ciência do período. A forma como descreve os habitantes do Brasil, especialmente os negros e indígenas, revela uma visão hierárquica da humanidade, na qual a mestiçagem era vista como um entrave ao progresso e ao desenvolvimento civilizacional do país. Em suas observações, é possível perceber a influência direta das ideias de Louis Agassiz, que defendia o poligenismo como explicação para as diferenças raciais e acreditava na separação rígida entre os grupos humanos.

O relato de viagem está repleto de observações sobre a mestiçagem brasileira e inclui gravuras que ilustram os “tipos” brasileiros, principalmente na cidade de Manaus. Há uma passagem, em que Elizabeth compara as “misturas” das raças humanas presentes na Amazônia “tanto quanto a mula participa dos do cavalo e da jumenta” (Agassiz, Agassiz, 1975, p.183). Segundo ela, essas misturas acabam por eliminar os “traços primitivos”, que podem levar ao resultado de

...uma classe de pessoas em que o tipo puro desapareceu, e com eles todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando em seu lugar bastardos tão repulsivos quanto os cães amastinados, que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre um único que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de pura raça... (Agassiz, Agassiz, 1975, p.184)

A ideia de que a mistura de raças levaria o declínio dos tipos humanos presentes na Amazônia era proveniente das ideias poligenistas que classificava as raças não apenas pelo fenótipo, mas também atribuía características psicológicas a cada “tipo”. No que diz respeito as mulheres, Elizabeth classificava as negras como hiper sexuadas, produto de lascividade primitiva, enquanto as indígenas eram retratadas como apáticas, de estrutura baixa e mirrada. A prova para esta afirmativa constava nos divertimentos das danças, quando as indígenas deixavam-se levar pelos parceiros sem demonstrar alegria ou tristeza, ao contrário do que ocorria nas danças dos negros, “nessa é a dama que provoca o seu par, e seus gestos não são sempre de perfeita modéstia.” (Agassiz, Agassiz, 1975, p.163)

Uma das maiores preocupações de Agassiz com relação as raças que considerava inferiores era a possibilidade de mestiçagem (Kury, 2001). Durante sua estadia na Amazônia pode observar que os diversos cruzamentos raciais se davam de maneira única e que

Em nenhuma outra parte do mundo se poderia estudar tão completamente como no Amazonas a mistura de tipos, pois aí os mamelucos, os cafuzos, os mulatos, os caboclos, os negros e os brancos produziram, por suas alianças, uma confusão que à primeira vista parece impossível destrinchar. (Agassiz, Agassiz, 1975, p. 182)

Essas observações eram facilitadas, segundo o casal, pelo fato de grande parte do que chama de “população inculta” andar seminua. Ambos ficam bastante impressionados com as possibilidades existentes para futuros estudos raciais na Amazônia. Além disso, a autora também parece ficar chocada com a aceitação da sociedade a pessoas de todas as cores. Ainda durante a estadia em Manaus, na noite do baile do dia 5 de novembro de 1865 ela observa que “Não há aqui, com efeito, o menor preconceito de raça. Uma mulher preta – admitindo-se, já se vê, que seja livre – é tratada com tanta consideração quanto uma branca.” (Agassiz, Agassiz, 1975, p.174). Este tratamento pode ser explicado pelo fato de a sociedade amazônica sobreviver, majoritariamente, do uso do trabalho compulsório indígena. Segundo Melo (2015), este era um dos fatores que contribuía para o obscurecimento do papel do escravo negro na cidade de Manaus e seus arredores. Havia os negros de ganho, das vendedeiras, daqueles que possuíam ofícios especializados, dos serviços domésticos etc.

Nessa suposta igualdade racial, observada por Elizabeth seria prejudicial que se misturassem as raças de maneira que era “impossível destrinchar” mestiços e “raças puras”, pois iria-se produzir raças “fracas” e “depauperadas”, compostas por seres vagos, sem caráter nem expressão, a presença do indígena é situada no limbo da nação, entre o imaginário romântico e a nulidade, lugar onde permanecerá durante muito tempo.

As teses racialistas, embora hegemônicas no final do século XIX e início do XX, passaram a ser progressivamente tensionadas no interior do próprio campo intelectual. Como demonstra Júlio Cláudio da Silva, em *O Nascimento dos Estudos das Culturas Africanas, o Movimento Negro no Brasil e o Anti-racismo em Arthur Ramos (1934-1949)*, a partir da década de 1930 observa-se um esforço sistemático de deslocamento das explicações baseadas no determinismo biológico para abordagens que privilegiavam a dimensão cultural, ainda que sem romper completamente com hierarquias herdadas do pensamento racial. Segundo o autor, tratava-se de um campo em disputa, no qual diferentes projetos intelectuais buscavam redefinir o lugar das populações negras na formação social brasileira, ao mesmo tempo em que lutavam por legitimidade científica e autoridade simbólica. Nesse sentido, Silva destaca que “o campo intelectual é o lugar de relação de forças no qual se travam lutas que visam transformar ou conservar o campo”, sendo essas disputas cercadas por estratégias de consagração acadêmica e política (Silva, 2005, p. 20)

No Brasil, a crítica ao determinismo racial não se traduziu em uma ruptura imediata com as hierarquias raciais, mas em um deslocamento das explicações biológicas para formulações de caráter cultural e político, operadas no interior do campo intelectual. Ao analisar esse movimento, Silva (2005, p. 45) destaca que a emergência do anti-racismo nos estudos afro-brasileiros esteve profundamente vinculada às disputas por legitimidade científica e à redefinição do próprio objeto de estudo. Segundo o autor,

os estudos Afro-Brasileiros estavam sendo construídos, em certa medida, com vinculações e como parte das reivindicações e demandas dos movimentos sociais, ou seja, com ligações com o movimento negro no Brasil e em outras partes das Américas.

Tal formulação permite compreender que a crítica ao racismo científico não se deu apenas no plano teórico, mas como parte de um processo histórico mais amplo, no qual ciência, política e projetos de nação se entrecruzavam, redefinindo os limites do discurso legítimo sobre raça e cultura no Brasil.

A história das ideias raciais no século XIX não é apenas um episódio do passado. Como enfatiza Stepan (1991), as bases do racismo científico continuam a influenciar as relações

sociais e políticas atuais, perpetuando desigualdades estruturais. Reconhecer esse legado é essencial para entender como discursos pseudocientíficos moldaram as sociedades e para enfrentar seus impactos ainda presentes.

A influência dos discursos racialistas perpetuados pelos naturalistas do século XIX não se restringiu apenas à construção teórica do racismo científico, mas teve desdobramentos concretos nas políticas e percepções sociais que se estenderam até os dias atuais. Segundo Schwarcz (1993), as ideias racialistas dos naturalistas serviram como base para justificar a hierarquização racial, consolidando estereótipos que foram absorvidos pelas elites intelectuais e políticas brasileiras.

Se o pensamento racial de Louis Agassiz se expressa de forma explícita e sistemática, o de Elizabeth Agassiz se manifesta de maneira mais sutil, porém não menos reveladora. Seus relatos evidenciam um olhar profundamente marcado por categorias morais, raciais e civilizatórias do século XIX, nas quais religião, trabalho, costumes e aparência física funcionavam como marcadores de valor humano. A descrição da religiosidade indígena é exemplar nesse sentido. Ao narrar o oratório doméstico da mãe de Esperança, matriarca de uma família simples que os recebem no interior do Pará, Elizabeth enfatiza o caráter “ingênuo” da devoção e qualifica os objetos religiosos como “toscos”, ressaltando que o respeito demonstrado pela mulher indígena tornava-se “comovente” justamente pela “falta de valor desses objetos” (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 122). O que está em jogo não é apenas uma observação etnográfica, mas a construção de uma hierarquia simbólica entre formas legítimas e ilegítimas de fé, nas quais a religiosidade indígena aparece infantilizada, desprovida de complexidade teológica e situada em um estágio inferior da civilização cristã ocidental.

Essa lógica hierarquizante reaparece quando Elizabeth contrapõe o comportamento das mulheres indígenas às mulheres das cidades brasileiras. Ao afirmar que, no Alto Amazonas, as mulheres “são muito enérgicas” e manejam o remo e a rede “tão valentemente como o próprio homem”, ela rompe momentaneamente com estereótipos de fragilidade feminina, mas o faz sem abandonar o olhar civilizatório que estrutura sua narrativa (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 147). A força e a autonomia dessas mulheres são reconhecidas apenas quando associadas ao ambiente rústico, ao trabalho físico e à vida no campo, reforçando a ideia de que tais qualidades emergem mais da adaptação ao meio do que de uma agência plena. Trata-se de um reconhecimento condicionado, que não desloca a hierarquia racial e cultural, mas a reorganiza segundo critérios de utilidade e resistência física.

O ponto em que Elizabeth mais se aproxima explicitamente do ideário racial pseudocientífico aparece quando ela formula juízos diretos sobre a miscigenação. Ao afirmar

que se observa “o singular fenômeno de uma raça superior recebendo o cunho de uma raça inferior”, ela mobiliza sem ambiguidades a noção de hierarquia racial, na qual a mistura representa degeneração e rebaixamento civilizacional (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 154). Esse tipo de formulação dialoga diretamente com as teorias raciais que, nos Estados Unidos do século XIX, fundamentaram a segregação legal, a defesa da separação entre grupos raciais e a consolidação da chamada “linha de cor”. Ainda que Elizabeth não defenda explicitamente políticas segregacionistas, seu vocabulário revela adesão a uma visão de mundo na qual as raças são desiguais por natureza e a miscigenação ameaça a ordem social.

Ao mesmo tempo, seus relatos sobre a organização social amazônica revelam uma naturalização dessas desigualdades. Ao descrever a casa de uma “índia velha” adornada com joias de ouro em contraste com a simplicidade de suas vestes, Elizabeth observa que tal mistura “não é extraordinária aqui”, evidenciando como hierarquias sociais, raciais e econômicas coexistem sem provocar estranhamento moral (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 161). A ausência masculina, explicada pelo recrutamento forçado para a Guerra do Paraguai ou pela fuga dos homens, reforça ainda mais a centralidade das mulheres indígenas na manutenção da vida cotidiana, sem que isso resulte em qualquer questionamento das estruturas que as mantêm em posições subalternizadas.

A leitura desses fragmentos, à luz de uma abordagem indiciária, permite compreender que o pensamento de Elizabeth não se opõe ao racismo científico de seu tempo, mas opera dentro dele, ajustando suas categorias ao contexto brasileiro. Seu discurso não se constrói pela defesa aberta da segregação racial, como ocorreu nos Estados Unidos, mas pela naturalização das hierarquias, pela infantilização cultural e pela associação entre raça, moralidade e civilização. É justamente essa forma mais suave, descritiva e aparentemente empática de racialização que contribuiu para a longevidade dessas ideias, permitindo que atravessassem o século XX e permanecessem operantes no século XXI, sob a aparência de neutralidade científica e observação objetiva.

3. O olhar de E. Agassiz sobre as mulheres da Amazônia

*Pergunte sempre o que as mulheres fizeram enquanto os homens faziam o que o livro nos diz ser importante.
Gerda Lerner (1981)*

3.1 Entre fé, ciência e gênero: a bagagem intelectual de Elizabeth Agassiz

Como um sopro invisível, a ciência consolidava-se no século XIX, enraizando-se no pensamento e no imaginário de seu tempo. A centelha que alimentava esse ímpeto intelectual fora acesa por Comte, que, com seu *Cours de Philosophie Positive* (Curso de Filosofia Positiva), erguia os alicerces de uma filosofia destinada a impregnar o Oitocentos com novas formas de compreender o mundo e ordenar o saber.

Esse ordenamento, contudo, não se restringia ao campo das ideias. Ele transbordava para a vida social, oferecendo-se como matriz de legitimação para práticas políticas, econômicas e culturais. O discurso científico surgia como promessa de racionalidade e progresso, convertendo-se em linguagem quase sagrada, capaz de classificar, hierarquizar e definir não apenas a natureza, mas também os próprios homens.

Nesse cenário, o positivismo tornou-se farol e grilhão. Farol, porque iluminava as esperanças de um futuro regido pela razão; grilhão, porque cristalizava categorias que aprisionavam sujeitos em posições fixas dentro de uma ordem social “cientificamente” estabelecida. O século XIX, assim, foi marcado por essa ambivalência: a crença na ciência como redentora e, ao mesmo tempo, sua utilização como instrumento de poder e exclusão.

Nesse contexto, o cientificismo oitocentista expandiu-se como horizonte interpretativo quase incontestável. As ciências naturais, em especial, passaram a ser vistas como modelos de rigor, objetividade e verdade, irradiando seus métodos para outros campos do saber. A história, a sociologia nascente e até mesmo a literatura se deixaram tocar por esse espírito de sistematização, que buscava transformar o mundo em objeto mensurável, redutível a leis universais (Canguilhem, 2000).

Entretanto, essa confiança no poder absoluto da ciência também carregava consigo um risco: a crença de que tudo poderia ser explicado, classificado e controlado. Como observa Hobsbawm (1988), o século XIX foi não apenas o tempo do progresso técnico e das descobertas, mas igualmente o momento em que se ergueram novos dogmas sob a roupagem da racionalidade. Essa tensão revela a essência do Oitocentos: um período em que a ciência se fez horizonte utópico e, ao mesmo tempo, fundamento para práticas excludentes, abrindo caminhos que ainda ressoam no imaginário contemporâneo.

Entre os debates acalorados da ciência, que fervilhava com a promessa de progresso e de novas descobertas sobre a condição humana, o tema da origem do homem começava a ocupar um espaço cada vez mais central. A questão não se limitava às esferas acadêmicas, mas transbordava também para os espaços privados, suscitando diferentes interpretações que procuravam, cada qual a seu modo, atribuir sentido à trajetória da humanidade. Nesse cenário, distintas linhas de pensamento se confrontavam: de um lado, abordagens de cunho biológico e

evolutivo, fundamentadas em observações empíricas e em teorias como a de Charles Darwin, que via na seleção natural o mecanismo essencial de adaptação e transformação das espécies; de outro, interpretações de natureza metafísica ou teológica, que buscavam situar o homem em um plano divino ou numa ordem moral universal. Entre estas últimas, destacou-se a teoria criacionista de base catastrofista²⁸, amplamente difundida no meio acadêmico por nomes como Jean Leopold Nicolas Frédéric Cuvier²⁹ (1769–1832), seu principal formulador, Alexandre Brongniart³⁰ (1770–1847) e Louis Agassiz (1807–1873). Como observa Faria (2012, p. 39), o catastrofismo estava ancorado na teologia natural, que

pretendia explicar a ocorrência de fenômenos naturais por meio da ação de Deus e, de forma circular utilizar essas explicações como comprovação da existência, da atuação e da perfeição do Criador. Quando os teólogos naturais aceitaram a origem orgânica dos fósseis, logo passaram a utilizá-la nesse sentido, pondo-se a defender a ocorrência do dilúvio bíblico. Sugeriram que os fósseis seriam os restos de seres pré-diluvianos que pereceram durante aquele evento e que tiveram sua distribuição, universalizada, em decorrência do mesmo. A configuração da distribuição universal dos fósseis e as localidades distantes do mar, nas quais eram encontrados muitos fósseis de organismos marinhos, testificavam para os diluvianistas, a vastidão de áreas atingidas pelo dilúvio mosaico.

O confronto entre evolucionistas e catastrofistas não se limitava a uma questão metodológica, mas refletia visões de mundo antagônicas: de um lado, a crença na mudança gradual e contínua; de outro, a convicção de que a história da Terra e da vida era marcada por rupturas abruptas e desígnios superiores. Essa tensão revelava não apenas diferentes formas de explicar a origem do homem, mas também disputas sobre autoridade do saber, quem detinha legitimidade para narrar o passado humano e natural: os teólogos, os filósofos ou os cientistas?

A leitura dos fósseis como testemunhos do dilúvio bíblico ilustra bem como ciência e religião, no início do século XIX, ainda se apoiavam mutuamente em uma relação de legitimação circular. A teologia natural, utilizava essas explicações como prova da existência e perfeição do Criador. Nesse quadro, a aceitação da origem orgânica dos fósseis não significou uma ruptura com a tradição bíblica, mas a sua incorporação a uma narrativa religiosa.

Essa apropriação das descobertas empíricas pela leitura religiosa exemplifica o que Paolo Rossi (2001) descreve como a complexidade do relacionamento entre ciência e religião:

²⁸ O catastrofismo, às vezes referido por teoria catastrofista ou das revoluções, surgiu da obra e no pensamento de Georges Cuvier (1769-1832) para, ao gosto da crença no Dilúvio de Noé, explicar as mudanças abruptas ocorridas no decurso da história da Terra.

²⁹ Ficou conhecido como barão Georges Cuvier – naturalista e zoólogo francês que formulou as leis da Anatomia Comparada e que é considerado, por especialistas, como o pai da paleontologia moderna.

³⁰ Colaborador de Cuvier no estudo da geologia e da paleontologia da Bacia de Paris, o geólogo, mineralogista, paleontólogo, zoólogo e químico francês.

não um conflito permanente, mas um campo de negociações e acomodações. Ao desconstruir a ideia de um antagonismo inevitável entre fé e ciência, o autor também ressalta como, nesse período, muitos estudiosos procuravam conciliar observações naturais com a Escritura, reforçando, e não questionando, a cosmologia bíblica, acrescentando, ainda que a ciência funcionava como instrumento de legitimação do passado, amparando a memória religiosa com novas “provas” empíricas.

Nesse cenário, Louis Agassiz destacou-se como um dos principais defensores da teoria criacionista catastrofista. Para ele, cada espécie havia sido criada de forma independente e perfeita, adaptada ao meio em que se encontrava, rejeitando a ideia de uma ascendência comum entre os seres vivos. Inspirado por Cuvier, Louis acreditava que a história natural da Terra era marcada por sucessivas catástrofes, cada qual seguida por um novo ato criador divino, o que explicaria tanto a diversidade biológica quanto os registros fósseis. Sua concepção articulava ciência e religião, reafirmando a ideia de que a natureza obedecia a um plano ordenado e imutável, inscrito por Deus na própria estrutura do mundo.

Essa perspectiva o colocou em confronto direto com as teorias evolucionistas, especialmente com o darwinismo, que ganhava crescente projeção após a publicação de *A Origem das Espécies*, em 1859. Enquanto Darwin atribuía à seleção natural o papel central nas transformações das espécies ao longo do tempo, Agassiz defendia a imutabilidade e a perfeição dos seres vivos como resultado de uma ordem divina. Sua recusa à ideia de uma ancestralidade comum e seu apego ao criacionismo catastrofista conferiram-lhe notoriedade e prestígio, especialmente em contextos nos quais a religião ainda ocupava um papel central na legitimação do conhecimento científico.

As implicações das teorias darwinianas, entretanto, iam além do campo científico, atingindo valores sociais e religiosos profundamente enraizados. Como observa Miranda (2017, p.33),

As teorias de Darwin feriam muitos princípios glorificados pelos homens ocidentais. Primeiramente destruía a hierarquia no mundo natural em que o homem se autodenominava superior e as teorias poligênicas vigentes reivindicavam múltiplas origens da vida, assegurando assim a hierarquia racial. Darwin diria então, que todos os seres vivos estão ligados por relações de parentesco devidas a uma origem comum. Quanto a questão religiosa, rompia com vários preceitos cristãos, inclusive o criacionismo e a questão do homem ser a imagem e semelhança de Deus.

O vínculo entre ciência e religião, no século XIX, esteve longe de ser uma oposição absoluta. Essa perspectiva ajuda a compreender o posicionamento de Louis: mais do que uma

resistência individual ao darwinismo, sua recusa estava alicerçada em um paradigma epistêmico que via no mundo natural a expressão direta da obra de Deus.

Louis Agassiz, nesse sentido, inscrevia-se em uma tradição intelectual que compreendia a ciência como uma forma de leitura do chamado “livro da natureza”. Conforme demonstra Peter Harrison, sobretudo entre os séculos XVIII e XIX, a investigação científica era amplamente concebida como uma prática interpretativa análoga à exegese teológica, na qual o mundo criado era entendido como uma revelação divina passível de leitura racional (Harrison, 2017). Nesse horizonte, se a Bíblia constituía o livro da revelação escrita, a natureza figurava como o livro da revelação criada, cabendo ao naturalista decifrar a ordem, a harmonia e a regularidade inscritas nas formas naturais. Estudar a natureza, portanto, não se configurava apenas como um exercício intelectual, mas como um gesto de reverência, por meio do qual se buscava compreender a racionalidade divina inscrita na criação.

É nesse horizonte que a convicção criacionista de Louis adquire força explicativa. Rejeitar a ancestralidade comum das espécies era, em última instância, reafirmar a perfeição da criação e a impossibilidade de que a ordem natural resultasse de processos contingentes.

Enquanto Darwin buscava demonstrar que as leis naturais poderiam coexistir com a crença em um Criador, em Boston, a vida e a obra de Louis Agassiz e Elizabeth Cabot Cary Agassiz refletiam de maneira prática essa mesma concepção de complementaridade entre ciência e fé. A influência religiosa não se limitou à vida intelectual de Louis, mas também marcou sua parceria com Elizabeth. Proveniente de uma das famílias mais tradicionais de Boston, fortemente ligadas ao protestantismo da Nova Inglaterra, Elizabeth compartilhava da ideia de que ciência e fé eram domínios complementares.

Assim, a religiosidade compartilhada pelo casal não era apenas um traço biográfico, mas parte constitutiva da forma como ambos interpretavam o mundo e se posicionavam diante do debate científico. Elizabeth, ao assumir o papel de mediadora, editora e divulgadora das obras do marido, também reproduzia esse horizonte religioso, no qual a ciência deveria confirmar e legitimar a ordem divina.

Em outras palavras, a ciência dos Agassiz não pode ser compreendida fora do contexto de sua religiosidade, e a religiosidade de Elizabeth foi o terreno fértil no qual sua influência encontrou continuidade. A fusão entre fé e ciência, longe de ser uma contradição para o casal, foi o eixo de sua produção intelectual e da forma como construíram sua autoridade nos meios acadêmicos e sociais do século XIX.

Ainda que por muito tempo sua produção intelectual tenha sido vista como extensão do trabalho de Louis, a leitura atenta das obras publicadas por Elizabeth — sozinha ou em

coautoria, permite perceber nuances próprias de seu pensamento. Em *A First Lesson in Natural History* (1859) – Uma Primeira Lição de História Natural –, concebido como manual introdutório e dedicado a crianças, ela já delineava uma concepção pedagógica voltada não apenas à transmissão de informações, mas à formação de uma sensibilidade científica entre jovens leitores. No prefácio, afirma:

O objetivo deste pequeno livro é despertar nas mentes jovens o gosto pelo estudo da Natureza. Não se pretende transmitir um sistema completo, mas sim mostrar quanto de interesse se encontra à nossa própria porta, se apenas aprendermos a observar com precisão e paciência³¹ (Agassiz, 1859, p. v) – Tradução Nossa.

Esse trecho revela que Elizabeth não concebia a ciência como acúmulo dogmático de verdades acabadas, mas como exercício de atenção e disciplina intelectual. O olhar científico, para ela, era antes de tudo uma prática moral, capaz de cultivar paciência, rigor e respeito pelo mundo natural. Nesse ponto, embora partilhasse com Louis a ideia de uma natureza ordenada, sua escrita aproxima-se de uma pedagogia da experiência, em que observar era quase um ato de formação ética.

Ainda na obra de 1859, Elizabeth insiste na ordem e perfeição da natureza como evidência de um princípio superior. Ela escreve:

Vê-se, por isso, que não é tempo perdido observar até mesmo essas criaturas mais inferiores que Deus criou. Elas também cuidam e protegem seus filhotes, têm certos fins a cumprir na vida e desfrutam da existência que lhes foi concedida, assim como os animais superiores. Podemos estudar com interesse os hábitos até mesmo de uma estrela-do-mar, quando lembramos que esses primeiros impulsos de sensibilidade e de amor à prole, nas criaturas mais humildes, elevam-se à sua maior glória como afeto e razão no homem, colocando-o à frente de todos os seres criados³². (Agassiz, 1859, p. 68) – Tradução Nossa.

Esse trecho mostra como Elizabeth traduz uma visão científica (a observação empírica da função de cada ser) para uma moldura religiosa como expressão de ordem divina. Ou seja, a ciência não era apenas descrição, mas leitura moralizada do cosmos. A ciência, para ela, devia ensinar a ver Deus na ordem natural.

³¹ The object of this little book is to awaken in young minds a taste for the study of Nature. It is not meant to convey a complete system, but rather to show how much of interest lies at our very doors, if we only learn to observe with accuracy and patience” (Agassiz, 1859, p. v)

³² You see by this it is not lost time to watch even these lowest creatures that God has made. They, too, care for and cherish their young, they have certain ends to fulfil in life, and they enjoy the existence that has been granted to them, as well as the higher animals. We may study the habits even of a Star-Fish with interest, when we remember that these first stirrings of sense and love of offspring in the humblest creatures rise to their greatest glory as affection and reason in man, and place him at the head of all created beings. (Agassiz, 1859, p.68)

Em *Seaside Studies in Natural History* (1865), embora a obra leve os nomes de Elizabeth e Alexander Agassiz (seu enteado), a edição final e a maior parte das descrições contidas na obra, pertence a pena de Elizabeth. O tom descritivo revela uma ênfase em contemplar a criação como revelação:

Tais tendências estruturais nos animais inferiores, que sugerem leis a serem mais plenamente desenvolvidas nas formas superiores, são sempre significativas, pois revelam a íntima relação entre todas as partes do plano da criação³³. (Agassiz, Agassiz, 1865, p. 28) – Tradução Nossa.

A formulação mobiliza um vocabulário que ultrapassa o campo estritamente científico e se insere no horizonte da teologia natural. A expressão “o mesmo pensamento” está longe de ser neutra, pois evoca a noção de um desígnio unificado, oriundo de uma mente superior responsável pela ordenação das formas naturais. Ao referir-se às “partes do plano da criação”, Elizabeth converte a observação microscópica em evidência da perfeição divina, articulando conhecimento empírico e pressupostos teológicos.

A escrita científica de Elizabeth também pode ser lida a partir da chave de gênero, uma vez que sua inserção no campo do saber do século XIX ocorreu em um espaço tensionado pelas hierarquias entre autoridade masculina e invisibilidade feminina. Ainda que o nome de Louis conferisse legitimidade às obras publicadas, a participação de Elizabeth excedeu a condição de auxiliar, manifestando-se na observação, no registro e na construção da narrativa científica. Como argumenta Scott (1995), o gênero funciona como categoria útil de análise histórica porque permite compreender como as diferenças entre homens e mulheres foram socialmente construídas e inscritas nos discursos. No caso de Elizabeth, o gênero marca tanto a sua posição marginalizada quanto as estratégias que mobilizou para produzir e legitimar conhecimento.

Esse ponto é fundamental. A religiosidade que circunscreve a escrita de Elizabeth não pode ser lida apenas como extensão do pensamento criacionista de Louis, mas também como recurso de legitimação. Ao longo da história, as mulheres enfrentaram construtos sociais e culturais que moldam e limitam sua participação nos saberes científicos, sendo frequentemente excluídas das instituições e práticas legitimadas como científicas. Nesse contexto de desigualdade de gênero, muitas recorrem a esferas socialmente aceitas, tais como o discurso moral, religioso ou educativo, como forma de se inserir no debate intelectual e conferir respeitabilidade ao seu discurso, em vez de reivindicarem diretamente autoridade científica em

³³ Such structural tendencies in the lower animals, hinting at laws to be more fully developed in the higher forms, are always significant, as showing the intimate relation between all parts of the plan of creation. (Agassiz, Agassiz, 1865, p.28)

pé de igualdade com os homens, que detêm privilégios estruturais no campo científico (Santos; Radl-Philpp; Vieira, 2022). Ao apresentar a natureza como expressão de uma ordem divina, Elizabeth não atuava apenas como divulgadora científica, mas assumia um papel de mediação intelectual, articulando saberes científicos e crenças religiosas a partir de uma escrita voltada à formação do leitor.

A inserção de Elizabeth no campo científico do século XIX só se torna plenamente inteligível quando considerada a partir da articulação entre ciência, gênero e religiosidade, particularmente no interior de tradições protestantes. Nesse contexto, a teologia natural funcionou como uma matriz de legitimidade para práticas e discursos que, mais tarde, seriam reconhecidos como científicos. Antes da consolidação da ciência institucional moderna, o estudo da natureza, seja no âmbito da filosofia natural, seja da história natural, encontrava-se profundamente imbricado em pressupostos religiosos e categorias teológicas que lhe atribuíam sentido e reconhecimento social.

Conceitos como “propósito”, “design” e “ordem natural”, formulados no interior dessa tradição, orientavam a interpretação do mundo natural e estruturavam textos pedagógicos e manuais de história natural. Assim, a autoridade do discurso científico não se constituía de forma autônoma, mas derivava, ao menos em parte, de uma matriz teológica anterior à separação progressiva entre ciência e religião promovida pela modernidade científica (Harrison, 2017). Quando Elizabeth afirma que cada ser na natureza cumpre a sua parte designada, ela mobiliza esse repertório teológico-científico e moral, contribuindo para a naturalização não apenas de categorias científicas, como espécie e hierarquia, mas também de implicações sociais mais amplas, entre elas a associação da feminilidade à manutenção da ordem doméstica e moral.

Nessa chave, a ciência oitocentista se apresentava como universal, mas era sustentada por valores religiosos e sociais que reproduziam hierarquias de gênero. Lorraine Daston, em *Historicidade e objetividade* (2017), mostra como o ideal de objetividade — “ver a natureza como ela é” — dependia de metáforas de ordem, harmonia, função e propósito, valores que não são neutros, mas culturalmente carregados. Elizabeth insere-se nesse campo: ao reforçar a naturalização da diferença de gênero, ecoando o ideal de harmonia doméstica, ela também produziu fissuras ao reivindicar para as mulheres autoria científica, mediando ciência e moralidade. Assim, sua voz feminina não apenas reproduzia saberes, mas reinterpretava-os dentro de um quadro simbólico que unia fé e razão.

Ao mobilizar a reflexão de Gerda Lerner (2019), é possível perceber que Elizabeth construiu um espaço de agência dentro de estruturas de dominação. Sua pedagogia científica, ao ser veiculada a jovens e mulheres leigas, constituía-se como um projeto de formação moral

e intelectual inspirado por princípios religiosos, mas com efeitos sociais concretos: ampliar os limites de atuação da mulher na esfera científica. Desse modo, Elizabeth encarnava o duplo papel de transmissora da ordem estabelecida e, simultaneamente, de sujeito que, ainda que de modo silencioso, deslocava fronteiras e legitimava a presença feminina em um campo marcado pela hegemonia masculina. Sua atuação só pode ser compreendida na encruzilhada entre ciência e religiosidade, onde se produziu tanto a reprodução de hierarquias quanto as possibilidades de resistência.

Assim, sua obra revela um duplo movimento: ao mesmo tempo em que reproduzia uma visão estática da ordem natural, associada à perfeição divina e em sintonia com a moralidade protestante, também subvertia as fronteiras de gênero ao afirmar-se como autora e divulgadora da ciência. Como destaca Beauvoir (2016), é na ação que se desenha a transcendência da mulher sobre sua condição. Elizabeth, ainda que condicionada por sua época, transcendeu os limites impostos pela autoridade masculina ao inscrever sua voz no campo científico, mesmo que sob formas consideradas menores pela historiografia tradicional.

É com essa bagagem intelectual que ela chega ao Brasil em 1865. Depois de publicar dois livros como coautora, participar ativamente das palestras ministradas pelo marido, exercer papel de diretora de uma escola particular de prestígio e afirmar-se como mediadora entre ciência e religiosidade, Elizabeth já havia consolidado um estilo próprio de escrita, marcado tanto pela pedagogia quanto pela moralidade protestante. Sua vinda à Amazônia, entretanto, ampliaria esses horizontes: a viagem não se configurava apenas como deslocamento geográfico, mas como experiência de legitimação e reinvenção de sua posição enquanto autora.

O contexto da expedição reforçava esse caráter. O Brasil, com sua vastidão territorial, riqueza natural e diversidade cultural, oferecia-se como cenário privilegiado para a reafirmação da autoridade científica de Louis Agassiz. Mas, ao mesmo tempo, representava para Elizabeth a oportunidade de projetar sua própria voz, articulando observações sobre natureza, sociedade e costumes em registros que ultrapassavam o mero apoio logístico ao marido. Ao assumir a pena, Elizabeth transformou o diário de viagem em espaço de autoria, conferindo-lhe densidade literária e interpretativa.

Assim, a viagem de 1865-1866 não deve ser vista apenas como mais uma incursão científica no Novo Mundo, mas como o momento em que a escrita de Elizabeth Agassiz se afirmou de modo mais contundente. O resultado desse processo foi a obra *A Journey in Brazil* (*Viagem ao Brasil*, 1865-1866), publicada em inglês, cuja maior parte das descrições, reflexões e análises nasceu de sua própria pena. Se Louis representava a autoridade científica masculina, Elizabeth oferecia um olhar que mesclava rigor, sensibilidade e religiosidade, atravessado

também por sua condição de mulher inserida em um universo científico hostil à sua plena legitimidade.

Dessa forma, a expedição ao Brasil marca um ponto de inflexão: mais do que acompanhar o marido, Elizabeth construiu, por meio da escrita, uma narrativa própria, capaz de revelar tanto o imaginário científico-religioso do século XIX quanto as sutilezas de uma autoria feminina que, ainda sob as sombras da autoridade masculina, buscava inscrever-se no espaço da História.

3.2 Do campo à escrita: a Expedição Thayer e a construção do olhar sobre a Amazônia

No decorrer do inverno de 1864-1865, minha saúde ficou tão abalada que os médicos me recomendaram abandonar todo o trabalho e mudar de clima. (...) eu era atraído pelo Brasil por um desejo de quase toda a minha vida. (...) Uma circunstância particular aumentava o atrativo dessa viagem. O Imperador do Brasil, que se interessa profundamente por todos os empreendimentos científicos, havia testemunhado viva simpatia pela obra a que eu me consagrara, ao fundar nos Estados Unidos um grande museu zoológico; cooperara mesmo para isso, enviando coleções feitas por ordem sua expressamente para este fim. Sabia eu, portanto, que poderia contar com a benevolência do soberano deste vasto Império para tudo que dissesse respeito aos meus estudos. (Agassiz, Agassiz, 1975, p. 9)

No prefácio de *Viagem ao Brasil 1865-1866*, Louis Agassiz apresenta a expedição como uma experiência terapêutica, um sonho de juventude finalmente realizado. Mais do que uma simples narrativa pessoal, essa introdução desempenha também uma função retórica, ao reforçar sua autoridade enquanto naturalista diante do público leitor. Além de evidenciar seu profundo interesse pelo Brasil, Louis enfatiza que esse apreço era recíproco, lembrando que o próprio Imperador demonstrara grande entusiasmo pela obra que ele havia iniciado nos Estados Unidos, apoiando a criação de um importante museu zoológico e enviando coleções para tal fim. Assim, o cientista buscava destacar não apenas a dimensão íntima e curativa da viagem, mas também o contexto prestigioso e legitimador em que seus estudos se desenvolveriam, o que se aproxima do que Bourdieu (1999) assinala ao demonstrar que a credibilidade científica moderna não se constrói apenas pela prática de observação, mas pelo jogo social de posições, capitais e discursos que legitimam o pesquisador enquanto autoridade no campo científico.

Embora a ideia da viagem, a princípio tenha nascido com o objetivo de oferecer descanso a Louis, logo a situação adquiriu uma roupagem mais científica. Ainda em seu prefácio, o naturalista discorre sobre as circunstâncias que transformaram seus anseios em realidade

Dominavam-me essas preocupações, quando, por acaso, encontrei o Sr. Nathaniel Thayer, em quem sempre encontrara um benfeitor solícito das ciências. (...) Depois de me escutar com vivo interesse a exposição dos meus planos de viagem, disse-me: “O Sr. não há de deixar de dar um caráter científico a tal excursão. Leve consigo seis jovens e eu me encarregarei das despesas com eles e com a expedição.” (Agassiz, Agassiz. 1975, p. 9,10)

Se por vezes nos referirmos a expedição de Louis como Expedição Thayer é porque esta recebeu o nome de seu principal financiador, Nathaniel Thayer³⁴. Seu auxílio foi primordial para transformar a viagem de lazer em expedição científica, visto que, sem a sua ajuda o casal dificilmente teria meios de custear uma viagem tão cara. Segundo Antunes (2015, p.46) “Os custos totais, estimados por Agassiz, somavam U\$ 2.500,00 dólares por viajante”, o que em 2025, equivaleriam a U\$ 49.689,57³⁵, ou um pouco mais de R\$264.372,20³⁶. Thayer assegurou ao naturalista e à sua esposa o custeio integral da viagem, fornecendo passagens sem custo e dinheiro suficiente para toda a estadia no Brasil. Além disso, garantiu os recursos necessários para o envio das coleções ao Museu de Zoologia Comparada e para cobrir as despesas de viagem de seis auxiliares selecionados entre os integrantes da equipe do museu.

A expedição contou com

(...) funcionários oriundos de diferentes seções do museu, de forma a montar uma equipe diversificada e qualificada para a investigação da Natureza brasileira. Foram recrutados o geólogo Charles Frederick Hartt (1840 – 1878), o ornitólogo Joel Asaph Allen (1838 – 1921), o conquiologista John Gould Anthony (1804 – 1877), o paleontólogo Orestes St. John, o artista Jacques Burkhardt (1818 – 1897), e o preparador de espécimes George Sceva. (Antunes, 2015, p. 4)

Para incrementar sua equipe, o professor Agassiz divulgou pela Universidade que estaria disposto a abrir vagas para qualquer estudante que alimentasse interesse pela pesquisa e que pudesse custear sua própria viagem. Então, se juntaram ao grupo Newton Dexter, William James, Edward Copeland, Thomas Ward, Walter Hunnewell, e do filho do próprio Nathaniel Thayer Jr., Stephen V. R. Thayer.

A única presença feminina na expedição foi Elizabeth Agassiz, responsável por registrar em seu caderno os acontecimentos da viagem. Foi a partir de seus escritos que se originou a

³⁴ Nathaniel Thayer II (11 de setembro de 1808 – 7 de março de 1883) foi um financeiro e filantropo americano. Ele nasceu em Lancaster, Massachusetts, e foi o filho de Nathaniel Thayer I, um ministro de congregação Unitária. Nathaniel Thayer II foi um importante parceiro de negócios em uma firma de bancos em Boston, atuando na desenvolvimento de rascunhos e em outras empresas, sendo conhecido como "o honesto banqueiro" devido à sua prática legal de vender dinheiro ao custo legal.

³⁵ Essa conversão é feita utilizando o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) dos Estados Unidos para ajustar o valor pela inflação ao longo do tempo.

³⁶ O valor corrigido foi convertido para Reais (BRL) usando uma taxa de câmbio de referência do dia 1 de outubro de 2025, de R\$ 5,32 por dólar (U\$49.689,57×5,32≈R\$264.372,20).

obra *Viagem ao Brasil*. A Louis coube apenas observações pontuais, geralmente inseridas em notas de rodapé.

Ressaltar a autoria de Elizabeth nesse processo é fundamental, uma vez que tal obra, hoje considerada um artefato histórico de grande relevância para o estudo da Amazônia e das práticas científicas do século XIX, surgiu das mãos de uma mulher que, à época, precisou assumir uma posição secundária para que o marido ocupasse o lugar de reconhecimento público. Como destaca Tilly (1994), as relações de gênero estruturaram não apenas as experiências sociais, mas também as formas de produção e legitimação do conhecimento, definindo quais vozes seriam autorizadas a circular no espaço público e científico. Nesse sentido, a escrita de Elizabeth, embora essencial, foi submetida ao silenciamento simbólico característico das hierarquias de gênero, o que torna ainda mais relevante recuperar sua participação efetiva e questionar os mecanismos que relegaram sua contribuição a um plano de invisibilidade.

Finalizados os preparativos, a Expedição Thayer parte em abril de 1865 no vapor *Colorado*, com destino ao Rio de Janeiro. Durante a viagem, Louis oferece uma série de palestras a bordo do navio, seu intuito é instruir os membros da expedição. Além deles, também participam das palestras diárias “algumas senhoras, que se acham a bordo, do Bispo Potter, do Comandante Bradbury e vários outros oficiais...” (Agassiz, Agassiz, 1975, p.20).

A viagem, embora apresentada por Louis como uma jornada de cura e observação científica, articulava também interesses políticos e econômicos. Como destaca Miranda (2017, p. 80), “a Expedição Thayer foi um empreendimento norte-americano liderado por um suíço educado com o poderio e supremacia do homem branco, europeu e letrado”, e não se restringia à coleta de espécimes naturais: tratava-se igualmente de um projeto de intervenção sobre a Amazônia.

Entre os objetivos declarados da Expedição Thayer, destacava-se o levantamento zoológico e geológico da região amazônica, com a formação de coleções destinadas ao Museu de Zoologia Comparada de Harvard. Contudo, por trás do discurso científico, delineavam-se intenções políticas mais amplas. Uma delas relacionava-se à abertura da navegação no rio Amazonas. Louis Agassiz, em diversas passagens, buscou justificar economicamente essa medida. No próprio relato, essa intenção se torna explícita nas páginas finais, quando o cientista suíço dedica uma seção inteira às “Essências Florestais e Produtos do Amazonas”:

Não pode ser exagerada a importância da bacia Amazônica, do ponto de vista industrial. Só as suas madeiras já constituem uma riqueza inestimável. Em parte alguma do mundo se encontram madeiras mais admiráveis para construção e

marcenaria de luxo; no entanto, pouco se empregam as construções locais e sua exportação é nula. É estranho que não se tenha iniciado o desenvolvimento desse ramo de produção, quando os rios que correm no seio daquelas florestas magníficas parecem traçados de propósito para servir, primeiro como força motriz para as serrarias a estabelecer em suas margens, e, depois, como meio de transporte para os produtos. (Agassiz, Agassiz, 1975, p. 296)

Sob o olhar do paradigma indiciário, proposto por Ginzburg (1989), o trecho de Agassiz pode ser lido como um vestígio revelador de intenções ocultas sob o manto da neutralidade científica. Assim como o historiador ‘detetive’ que busca nos detalhes aparentemente marginais os indícios de uma realidade mais profunda, é possível perceber que a ênfase do cientista nas “riquezas inestimáveis” e no “potencial industrial” da Amazônia não se limita a uma observação naturalista, mas denuncia uma motivação política e econômica.

Esse discurso, apresentado como fruto da observação empírica e da racionalidade científica, funciona como um dispositivo de poder-saber, no sentido foucaultiano (Foucault, 1987). Ao vestir-se com a autoridade do saber científico, Agassiz legitimava uma visão utilitarista da natureza amazônica, transformando o conhecimento em instrumento de persuasão. Nesse contexto, sua defesa da exploração das “essências florestais” e da navegação amazônica não é neutra: ela opera como uma estratégia discursiva para sustentar a ideia de que a abertura dos portos era não apenas viável, mas necessária ao “progresso”, conceito fortemente associado à expansão imperial e ao domínio econômico.

A retórica empregada por Agassiz, o espanto com a “ausência de desenvolvimento” e a sugestão de que a natureza “parecia traçada de propósito” para servir ao homem, inscreve-se no regime de verdade próprio do século XIX, em que o discurso científico se consolidava como portador da racionalidade e da modernidade. Nessa lógica, como diria Foucault (1979), o saber não é dissociável do poder: não existe relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder.

Arelado aos interesses de abertura dos portos, havia também o propósito de ocupar o território amazônico. Esse objetivo, por sua vez, encontrava-se entrelaçado à delicada situação vivenciada pelos Estados Unidos naquele período. Como indica Miranda (2017, p. 80), havia um projeto de “colonização da Amazônia” por meio da migração de afrodescendentes norte-americanos, iniciativa que coincidia com os debates sobre o destino da população negra após a abolição nos Estados Unidos. A ideia era transformar a região em um espaço para receber escravizados, funcionando como espécie de “colônia negra” nos trópicos.

A ideia surgiu em meio a uma onerosa guerra civil (1861-1865), com o presidente Abraham Lincoln buscando meios de solucionar o conflito entre os estados do Sul e do Norte. Em seu discurso anual ao Congresso, em 1862, Lincoln chegou a solicitar a liberação de US\$ 600 mil para “a deportação de pessoas negras livres para qualquer lugar fora dos Estados Unidos” (Haag, 2009, n.p.). A proposta, longe de se restringir a um gesto de caráter humanitário, insere-se no conjunto das tensões raciais e políticas que marcavam os Estados Unidos naquele momento, revelando a ambiguidade do projeto abolicionista: ao mesmo tempo em que visava à extinção da escravidão, buscava oferecer à sociedade branca a segurança de que os libertos não seriam incorporados plenamente ao convívio social. Como assinala Haag (2009, s. p.), “o interesse de Lincoln revela a sua dúvida se ex-escravos seriam assimilados na sociedade americana, mas também o seu feeling de que mais brancos [...] apoiariam a abolição se fosse assegurado a eles que os negros libertos seriam ‘realocados’”.

Nesse contexto, o Império do Brasil foi cogitado como espaço de recepção desses libertos. O ministro norte-americano James Watson Webb propôs oficialmente ao governo imperial um projeto de colonização na Amazônia, envolvendo “negros americanos livres ou em que seriam libertados ao longo da Guerra Civil” (Haag, 2009, n.p.).

O projeto de realocação, contudo, não se limitava a uma alternativa prática diante das tensões políticas internas: ele estava sustentado por pressupostos raciais e eurocêntricos que associavam cada “raça” a um espaço geográfico tido como natural ou adequado ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, a Amazônia foi concebida como um destino “propício” aos negros, pois correspondia ao estereótipo de que estes estariam destinados a regiões tropicais. Como destaca Haag (2009, s. p.), “para Lincoln e seus contemporâneos, os negros deveriam viver em áreas consideradas ‘adequadas’ a sua raça, como os trópicos. Assim, a Amazônia passou a ser vista como uma terra natural para a sua colonização”. Esse mesmo imaginário também alimentou os interesses de parte dos Estados Confederados, que enxergavam a região como possível rota de fuga, caso a derrota no conflito inviabilizasse a continuidade da escravidão em território norte-americano.

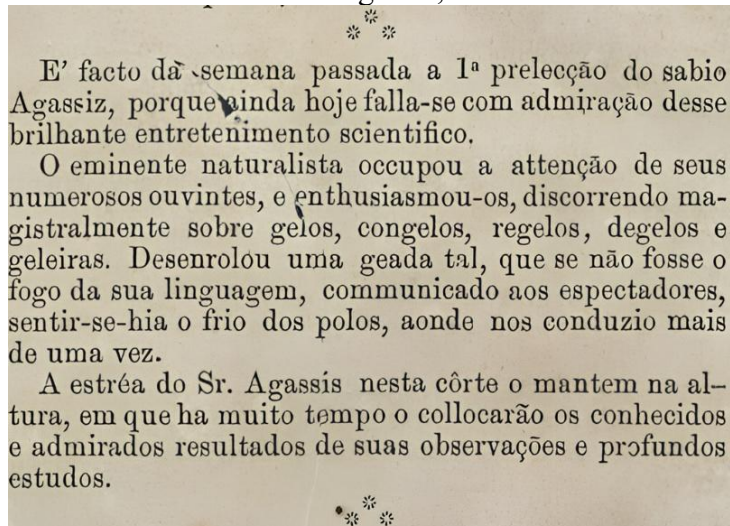
Nesse cenário, a própria Expedição Thayer não esteve dissociada dessas movimentações diplomáticas e raciais. Louis Agassiz, ao chegar ao Brasil em 1865, trouxe consigo uma carta assinada pelo secretário de Estado norte-americano, William Seward, endereçada a D. Pedro II, na qual se apresentava a proposta de envio de negros libertos para colonização na Amazônia (Haag, 2009, n.p.). Ainda que seu papel fosse indireto, Agassiz atuou como mediador desse plano que interessava tanto a setores do governo de Lincoln quanto aos confederados derrotados, para os quais a região amazônica poderia servir de rota de continuidade da

escravidão. Além disso, tanto ele quanto Elizabeth partilhavam das concepções racializadoras em voga, rejeitando a miscigenação como caminho de progresso e defendendo que negros e brancos não deveriam se misturar, pois a mistura acarretaria a degeneração das qualidades de cada “raça” (Haag, 2009, n.p.).

Essas articulações políticas e raciais que antecederam a vinda de Louis Agassiz ao Brasil ajudam a compreender a dimensão diplomática e simbólica da Expedição Thayer. Não se tratava apenas de uma missão científica voltada à coleta de espécimes naturais, mas também de um empreendimento inserido em uma rede de interesses internacionais, na qual o saber científico se entrelaçava ao poder político e econômico. Assim, a viagem ao Brasil representava, simultaneamente, uma tentativa de consolidação da autoridade científica de Agassiz e um movimento de aproximação estratégica entre os Estados Unidos e o Império do Brasil, dois países que, à sua maneira, buscavam redefinir suas posições no cenário global.

Após o desembarque no Rio de Janeiro, em abril de 1865, o grupo foi acolhido com distinção pela corte e pelas elites intelectuais. A presença de Louis Agassiz rapidamente ganhou destaque nos jornais, que ressaltavam seu prestígio internacional e o fato de sua viagem colocar o Brasil em sintonia com os grandes centros científicos. Como observa Miranda (2017, p. 59), a imprensa “exaltava a chegada de um sábio europeu, transformando a expedição em símbolo de progresso e modernidade para o Império”. Esse cenário torna-se particularmente evidente na forma como os periódicos da época celebraram a presença de Louis Agassiz na corte imperial. Logo após sua chegada ao Brasil, as conferências proferidas pelo naturalista foram amplamente divulgadas e comentadas pela imprensa, que o retratava como um “homem de ciência” cuja presença conferia distinção intelectual e simbólica ao Império.

Figura 6: 1ª Palestra de Louis Agassiz, ocorrida no Rio de Janeiro



Fonte: Hemeroteca Digital. Semana Illustrada. Rio de Janeiro, p. 2, 1865, sexto ano, nº 236.

A matéria publicada no periódico apresenta-se como um indício revelador da maneira pela qual a imprensa oitocentista colaborou para a construção da imagem pública de Louis Agassiz no Brasil. O texto, marcado por adjetivações enfáticas — “sábio”, “eminente”, “magistral” —, revela o tom laudatório com que o naturalista foi recebido pela corte e pelas elites letradas do Império. Tal escolha lexical não é fortuita: indica a presença de um discurso que associa a ciência ao prestígio social, situando o cientista europeu em uma posição de autoridade intelectual e moral.

Pelo método indiciário (Ginzburg, 2007), é possível perceber nos fragmentos do texto mais do que a simples notícia de um evento científico. Há, de forma sutil, a tentativa de reafirmar hierarquias simbólicas entre o saber europeu e o contexto colonial, na medida em que o “frio dos polos”, descrito metaforicamente, não apenas traduz o fascínio pelo exotismo da ciência moderna, mas também reforça a distância entre o público brasileiro e o domínio especializado do conhecimento. Assim, a notícia opera como um signo de distinção cultural, em que a presença de Agassiz é celebrada como símbolo do contato direto do Império com a ciência civilizada.

A linguagem quase teatral do texto — “desenrolou uma geada tal, que se não fosse o fogo da sua linguagem...” — também evidencia a transformação da palestra científica em espetáculo social. O naturalista não é apenas um pesquisador, mas uma figura performática cuja presença confere prestígio e legitimidade ao ambiente da corte. Dessa forma, o periódico não apenas informa, mas participa ativamente da consagração simbólica de Agassiz no espaço público imperial.

Antunes (2016), em *Expedições Científicas Nos Periódicos Oitocentistas: Recortes Da Expedição De Louis Agassiz Ao Brasil (1865 – 1866)*, retrata como os jornais da época recepcionaram a expedição chefiada por Agassiz, segundo ele:

Dentre o conteúdo investigado, foi possível observar que Agassiz aparece sendo mencionado em uma grande variedade de artigos que vão desde breves notas sobre sua chegada pelos diferentes portos em que passou, até extensos relatórios sobre suas investigações científicas, passando também por transcrições de correspondências, notas sobre seu contato com moradores ilustres e também charges humorísticas sobre o naturalista e sua expedição. (p.7)

Essas menções, contudo, não se limitavam a simples registros protocolares. Elas evidenciam, como observa o autor, o lugar que a imprensa oitocentista ocupava como mediadora entre a ciência e o público letrado, transformando as viagens de exploração em acontecimentos de relevância social e política. Ao publicar notícias sobre as recepções

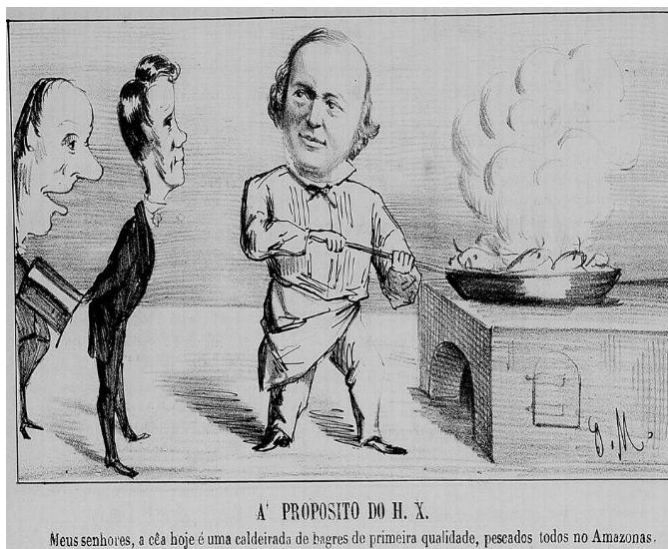
oferecidas, as palestras realizadas e até mesmo sobre o auxílio financeiro e logístico concedido pelo governo imperial, os periódicos reforçavam a percepção de que a Expedição Thayer não era apenas uma empreitada particular, mas uma ação com respaldo oficial e interesse público (Antunes, 2016).

Ainda segundo o autor, “entre os anos de 1860 e 1869, é possível encontrar um total de 467 ocorrências em 50 periódicos diferentes, publicados em diversas regiões do país” (p. 7). No contexto do Império, os periódicos constituíam-se como instrumentos fundamentais na conformação da esfera pública, permitindo a circulação de ideias e a formação de uma opinião crítica entre os segmentos letrados. Conforme argumenta Habermas (2003), a imprensa foi um dos principais dispositivos da “esfera pública burguesa”, ao possibilitar o debate racional e o compartilhamento de informações de interesse coletivo, distinto dos interesses privados.

Nesse sentido, a ampla repercussão da viagem de Agassiz pode ser compreendida como resultado de um sistema de comunicação que se consolidava entre as elites do Império. Como observa Moreira (2011), a imprensa oitocentista no Brasil, além de noticiar fatos, contribuiu para o estabelecimento de uma rede de relações entre as elites regionais, articulando interesses políticos, culturais e científicos. Assim, a presença constante do naturalista nos jornais da época favoreceu sua inserção nos círculos sociais mais influentes e garantiu uma recepção favorável em diversas províncias. Seguindo a lógica de que os periódicos eram lidos predominantemente pelas camadas abastadas e letradas, principais mediadoras da vida pública imperial, a chegada de Agassiz a diferentes regiões do país já era amplamente esperada, mobilizando autoridades locais e setores proeminentes da sociedade para recebê-lo com distinção.

Outro aspecto relevante acerca da expedição é que nem todas as menções a Louis Agassiz encontradas nos periódicos da época possuíam caráter estritamente científico. Mesmo um naturalista de renome, amparado pelo prestígio da Coroa, não esteve isento de ser alvo das charges e das sátiras veiculadas pela imprensa. Para Antunes (2016, p.11) “Parece ter sido tema comum de zombaria o hábito naturalista de coletar peixes para estudá-los cientificamente, ao invés de utilizá-los como alimento.” Crítica essa, que podemos observar nas imagens abaixo:

Figura 7: Charge Referente a Expedição Thayer



Fonte: Bazar Volante. Rio de Janeiro, p. 4, ano 3, nº 35, 1866

Figura 8: Charge sobre Louis Agassiz



Fonte: Semana Illustrada. Rio de Janeiro, p. 4, sexto ano, nº 270, 11 fev. 1866

Ademais, o espaço concedido às charges humorísticas revela que, apesar da reverência a Agassiz, havia também uma dimensão crítica e irônica que tensionava a recepção da expedição, expondo a ambiguidade entre a admiração científica e a estranheza diante de seus métodos. Muitas delas, estavam diretamente ligadas as formas de pesquisa de Louis.

Nesse sentido, como conclui Antunes (2016), a análise da imprensa oitocentista permite compreender a expedição não apenas pelo olhar dos viajantes, mas também pelas múltiplas

vozes que se manifestaram em torno dela, inserindo-a no contexto político, social e cultural do Brasil do século XIX.

Outro ponto relevante a ser considerado é que o êxito da Expedição Thayer não se deveu apenas ao apoio da Coroa ou à ampla cobertura dos periódicos acerca do “ilustre” naturalista com ares do Velho Mundo. A viagem somente alcançou seus objetivos na floresta amazônica graças à atuação de auxiliares que muitas das vezes estabeleciam pontes de comunicação e influência com a população, como o engenheiro militar Major João Martins da Silva Coutinho (1830–1889), indicado pelo próprio Imperador para servir como guia. Coutinho foi um dos principais responsáveis por garantir o bom andamento da expedição, mesmo nas regiões mais remotas da Amazônia. Segundo Antunes (2015, p. 14) “Coutinho fez apontamentos sobre as principais espécies encontradas em cada região, incluindo seus nomes populares, além de registrar os principais gêneros de importação e exportação produzidos em cada área.”

Todos esses fatores contribuíram para que a viagem transcorresse de forma relativamente “tranquila”, sem grandes contratempos — algo incomum em expedições desse tipo. Um episódio que ilustra essa condição é relatado por William James em seu texto inacabado “*Um mês no Solimões*” (*A Month on the Solimões*), quando, no porto de Tabatinga, ele narra o encontro com integrantes de uma expedição espanhola apoiada pelo governo de Madri, cujos objetivos eram semelhantes aos da expedição Thayer:

Devido a um interessante incidente, embarcou no vapor, em Tabatinga, um outro grupo de quatro naturalistas espanhóis que desceram das montanhas do rio Napo após três anos de errâncias, estão, finalmente, indo para casa. Eles são parte de uma comissão enviada pelo governo da Espanha, para fazer coleções para o Museu de Madri. Um dos participantes do grupo morreu, outros dois debandaram para a Califórnia. Eles têm enfrentado sol, chuva, neve e charcos em suas errâncias, naufragaram e perderam todos os seus haveres pessoais, estavam sem dinheiro e vestidos de forma mais grotesca com aquilo que foi salvo do desastre. Eles desceram o rio Napo em duas jangadas da mais grotesca aparência, com uma cobertura baixa de folhas de palmeira. (...) Ao lado desta viagem nossa expedição parece um piquenique de feriado. (James, 1865, p.x. *Apud*. Machado, 2010, p.21)

O relato evidencia que, diferentemente de outras incursões científicas realizadas na Amazônia durante o século XIX, a Expedição Thayer beneficiou-se de uma infraestrutura sólida e de um suporte político e logístico que lhe garantiram estabilidade e segurança. Essa condição privilegiada contribuiu para o êxito de suas atividades e para a consolidação da imagem de Agassiz como um naturalista de prestígio internacional.

Em Manaus, além das atividades científicas, Louis manteve contato com autoridades locais e reforçou suas impressões sobre a importância econômica da região. Após a permanência na cidade, a expedição empreendeu novas excursões pela bacia amazônica e, em

seguida, retornou a Belém e ao Rio de Janeiro. Segundo Miranda (2017, p. 85), esse retorno marcou também a consolidação da dimensão política da viagem, com novos encontros entre Agassiz e o imperador.

De volta ao Rio de Janeiro, no início de 1866, a Expedição Thayer preparou seu retorno aos Estados Unidos. Nesse período, os jornais continuaram acompanhando cada movimento de Agassiz, noticiando suas investigações, audiências com D. Pedro II e o envio das coleções para Harvard. Como analisa Antunes (2016, p. 8), a imprensa publicava desde notas breves até transcrições de relatórios e correspondências, “aproximando o público dos debates científicos e exaltando o prestígio que a presença de Agassiz conferia ao país”. Dessa forma, o encerramento da Expedição foi celebrado não apenas como um êxito científico, mas também como um acontecimento midiático, apropriado por diferentes setores como símbolo da inserção do Brasil nos circuitos internacionais da ciência e da modernidade.

Mais do que uma simples jornada científica, a Expedição Thayer representou um ponto de inflexão na forma como o Brasil foi visto, e se viu, diante do olhar estrangeiro. Sob a superfície de um empreendimento de pesquisa, operavam interesses políticos, diplomáticos e simbólicos que transformaram a viagem em um palco de disputas pelo saber e pela autoridade sobre a natureza tropical. Ao regressar, Agassiz levou consigo não apenas espécimes e relatórios, mas também uma narrativa: a de um país cuja imagem passava a ser mediada pelo olhar da ciência europeia.

Foi também nesse país, de contrastes sociais e de paisagens exuberantes, que Elizabeth Agassiz pôde observar e conviver com mulheres de diferentes camadas da sociedade. Entre conversas, gestos e impressões, seu olhar se deteve sobre a presença feminina no cotidiano amazônico, experiência que, mais tarde, marcaria profundamente sua escrita e as representações que construiu sobre o Brasil.

3.3 À luz dos salões, à sombra do lar: o feminino da elite amazônica no século XIX

A mulher é o espelho em que o homem se olha para se sentir maior.
Michelle Perrot, 1988

A noite de 5 de novembro de 1865 não se anunciava dócil. O céu fechado, a chuva recente e as ruas de Manaus, ainda marcadas pela lama, impunham um percurso pouco compatível com a delicadeza que se esperava de um baile. Ainda assim, a cidade movia-se. À hora marcada, grupos atravessavam as ruas escuras, iluminadas apenas por lanternas de mão,

avanzando com cuidado, desviando das poças, negociando cada passo entre o chão irregular e o compromisso social que os aguardava.

É nesse deslocamento, entre a rua enlameada e o salão iluminado, que Elizabeth Agassiz faz sua primeira menção direta às mulheres da alta sociedade manauara. Seu olhar não se detém inicialmente em nomes, vozes ou histórias, mas naquilo que se oferece ao visível: os corpos em trânsito e as vestes que os envolvem. Como registra em seu diário:

A noite do dia cinco não foi muito favorável como se desejava; esteve muito escura e, como o luxo de carruagens é totalmente desconhecido, os grupos, na hora marcada, corriam pelas ruas, iluminadas por lanternas de mão. Aqui e ali, pelo caminho, via-se, num canto de rua, surgir no escuro uma toaleta de baile saltando com cuidado por cima das poças de lama. Entretanto, quando todos já haviam chegado, observei que nenhum dos vestidos sofrera seriamente com a caminhada. Era grande a variedade de toaletes; sedas e cetins roçavam-se com lãs e musselinas... (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 174).

A cena é reveladora. Antes mesmo de adentrar o salão, o feminino se anuncia como imagem: tecidos que emergem da escuridão, silhuetas que se equilibram entre a lama e a elegância, vestidos que resistem ao trajeto adverso. O espaço urbano, precário e mal iluminado, contrasta com a integridade das toaletes, preservadas apesar do caminho. Há, nesse contraste, mais do que uma simples descrição de costumes: há a exposição de uma ordem social que se esforça por manter intactos seus símbolos, mesmo quando o entorno insiste em desorganizá-los.

Elizabeth observa, registra e compara. A variedade dos tecidos — sedas, cetins, lãs, musselinas — indica não apenas diferenças de gosto, mas hierarquias sutis inscritas na materialidade das roupas. O baile, longe de ser apenas um momento de lazer, configura-se como espaço de visibilidade social, no qual os corpos femininos desempenham papel central. São eles que anunciam a distinção, a civilidade e o pertencimento à elite local.

A autora, continua a observar, agora, para além das roupas, o comportamento feminino durante a realização do baile

As damas, ao chegarem, vão sentar-se em fila nas banquetas colocadas ao longo das paredes do salão de danças; de tempos em tempos, um cavalheiro avança corajosamente até essa formidável linha de encantos femininos e diz algumas palavras; mas só bem mais tarde, depois que as danças dividem os convidados por grupos que se misturam, é que a festa começa a tornar-se realmente alegre. A intervalos circulam as bandejas carregadas de doces e xicaras de chá e, por volta da meia noite, a ceia é servida; as damas toma lugar à mesa, tendo de pé, por trás de cada qual, seus cavalheiros. Principiam logo os brindes e as saúdes, feitos e recebidos com entusiasmo. E o baile recomeça. (Agassiz, Agassiz, 1975, p. 174)

Se, num primeiro momento, o olhar de Elizabeth Agassiz detém-se nas toaletes e no esforço de preservação da elegância ao longo do trajeto, sua atenção logo se desloca para o comportamento feminino no interior do salão. Uma vez ultrapassado o limiar da rua escura e da lama, é no espaço iluminado do baile que os gestos se tornam regulados, previsíveis e socialmente inteligíveis. A autora observa que as mulheres, ao chegarem, “vão sentar-se em fila nas banquetas colocadas ao longo das paredes do salão de danças”, compondo uma espécie de moldura silenciosa do evento.

A disposição espacial não é aleatória. Alinhadas, visíveis e imóveis, as damas ocupam um lugar de espera. O movimento inicial pertence aos homens, que “avançam corajosamente até essa formidável linha de encantos femininos e dizem algumas palavras”, enquanto a animação da festa permanece suspensa, adiada, até que as danças reorganizem os corpos em grupos mistos. A alegria, observa Elizabeth, não é imediata; ela se constrói lentamente, à medida que o protocolo vai sendo flexibilizado e os papéis, ainda que rigidamente definidos, tornam-se mais fluidos.

O ritual do baile, tal como descrito pela viajante, revela uma coreografia social na qual o feminino é cuidadosamente administrado. As mulheres aparecem menos como agentes do evento e mais como elementos que o estruturam simbolicamente. Mesmo nos momentos de maior centralidade — como a ceia, quando “as damas tomam lugar à mesa, tendo de pé, por trás de cada qual, seus cavalheiros” — a hierarquia permanece evidente. Sentadas, elas ocupam o centro visual; em pé, os homens mantêm a posição de acompanhamento e vigilância, reafirmando uma ordem social na qual o protagonismo feminino é permitido apenas dentro de limites bem definidos.

Esses gestos, aparentemente banais, revelam uma concepção de feminino profundamente alinhada aos modelos de sociabilidade europeus, em especial franceses, que exerciam forte influência sobre as elites brasileiras do século XIX. O baile, nesse sentido, não era apenas um espaço de lazer, mas um cenário de encenação social, no qual as mulheres desempenhavam um papel central na construção da respeitabilidade coletiva. Como observa D’Incao (2004, p. 240), “num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio”. As mulheres funcionavam, assim, como capital simbólico, responsáveis por projetar, através de seus corpos, gestos e comportamentos, a posição social masculina.

A autoridade, contudo, permanecia firmemente ancorada nas mãos dos homens — pais, maridos, tutores —, enquanto às mulheres cabia a tarefa de sustentar essa autoridade no plano da aparência e da sociabilidade. Esposas, filhas e parentes femininas “cuidavam da imagem do

homem público”, aquele que circulava nos espaços da política e da economia, mas cuja posição social dependia, em larga medida, da performance feminina nos ambientes privados e semipúblicos, como o baile (D’Incao, 2004, p. 240).

O que Elizabeth registra, ainda que sem problematizar explicitamente, é a naturalização desse arranjo. Seu olhar estrangeiro descreve com curiosidade e minúcia um ritual que lhe parece organizado, elegante e funcional. No entanto, sob a superfície da festa, delineia-se uma sociedade na qual o feminino é disciplinado, exposto e utilizado como linguagem social. O comportamento das mulheres no baile não expressa apenas gosto ou costume, mas revela uma pedagogia do corpo feminino, moldada para sustentar hierarquias de gênero, classe e poder. A partir dessa cena, o feminino manauara da elite começa a ganhar contornos mais nítidos: não apenas bem-vestido, mas bem-comportado; não apenas visível, mas cuidadosamente contido.

E é a partir da observação de tudo o que ocorrera no baile que, horas mais tarde, Elizabeth registra em seu diário uma impressão mais geral sobre a sociabilidade brasileira. A experiência do salão, com seus gestos contidos, seus tempos regulados e suas convenções rígidas, parece oferecer à viajante uma chave interpretativa mais ampla. Ela escreve:

Reina geralmente certo constrangimento na sociedade brasileira, mesmo nas grandes cidades; com mais forte razão nas pequenas, onde, para evitar qualquer erro, se exagera ainda mais o rigorismo das convenções sociais. Os brasileiros, com efeito, tão hospitaleiros e bons, são muito formalistas, enfatuados de etiquetas e cerimônias... (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 174).

A percepção da autora associa o comportamento social a uma lógica de vigilância constante, na qual o medo do erro e do desvio parece justificar o excesso de formalismo. O “constrangimento” a que ela se refere não se limita a uma timidez individual, mas aponta para um ambiente social fortemente regulado por normas implícitas, onde cada gesto carrega um peso simbólico. Nesse contexto, o rigor das convenções funciona como mecanismo de proteção e, ao mesmo tempo, de controle, sobretudo em espaços nos quais a visibilidade social é ampliada, como o baile.

Embora Elizabeth não explicita distinções de gênero nessa passagem, sua observação adquire maior densidade quando articulada ao lugar ocupado pelas mulheres nesse sistema de sociabilidade. Conforme argumenta D’Incao (2004, p. 240),

...da esposa do rico comerciante ou do profissional liberal, do grande proprietário investidor ou do alto funcionário do governo, das mulheres passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu elevado nível e prestígio social já existentes, quer em empurrar o status do grupo familiar mais e mais para cima.

A rigidez das convenções sociais, percebida por ela como traço da sociedade brasileira, recai de forma particularmente intensa sobre o comportamento feminino, uma vez que são as mulheres que, em grande medida, corporificam a imagem pública da família.

Nesse sentido, o formalismo observado pela viajante não pode ser compreendido apenas como traço cultural genérico, mas como parte de uma engrenagem social que atribui às mulheres uma função estratégica na manutenção e projeção do prestígio familiar. O cuidado excessivo com etiquetas, cerimônias e modos de comportamento aparece, assim, como resposta a uma expectativa social elevada, na qual qualquer deslize feminino poderia comprometer não apenas a reputação individual, mas a posição do grupo familiar como um todo.

O constrangimento descrito por Elizabeth encontra, portanto, uma explicação possível na centralidade simbólica atribuída às mulheres da elite. Ao serem investidas da responsabilidade de representar o status familiar, elas tornam-se também alvo privilegiado da disciplina social. A vigilância dos gestos, a contenção das emoções e a observância rigorosa das convenções não expressam apenas uma preferência cultural, mas revelam uma estrutura social que transforma o feminino em espaço de exposição controlada, no qual se joga o sucesso ou o fracasso da família no interior da hierarquia social.

Se o baile oferecia às mulheres da elite manauara um raro momento de visibilidade pública, o espaço no qual sua atuação se tornava contínua e socialmente decisiva era o ambiente familiar. Longe dos salões e das cerimônias, era no interior do lar que se concentrava a maior parte de suas responsabilidades, expectativas e margens de ação. A casa não funcionava apenas como refúgio privado, mas como espaço estratégico de produção e reprodução da ordem social, onde se consolidavam valores, reputações e hierarquias.

As restrições impostas à circulação feminina reforçavam essa centralidade doméstica. Mesmo em um contexto no qual, em algumas capitais do Império, as mulheres começavam a ensaiar passos tímidos em direção ao espaço público, a realidade manauara mantinha-se marcada por limites mais rígidos. Como aponta Menezes (2014, p. 22),

...em vista das restritas opções de sociabilidade para as mulheres dessa categoria, e num período em que, nas capitais mais adiantadas do império, elas davam seus primeiros passos sobre o espaço público, o lar foi para muitas delas seu único ambiente.

A domesticidade, nesse contexto, não se configurava apenas como uma imposição normativa, mas como o espaço social no qual a atuação dessas mulheres era legitimada e reconhecida. A documentação do período revela que a presença feminina na elite manauara

extrapolava os momentos públicos de sociabilidade, como bailes, festas e recepções, e se estendia aos bastidores desses encontros, onde se organizavam e se sustentavam práticas decisivas para a afirmação simbólica dos grupos dominantes. Os jornais do século XIX, embora atravessassem essa presença de modo fragmentado e indireto, constituem fontes centrais para apreender o papel das mulheres no cotidiano urbano e nas engrenagens do prestígio social.

Bianca Sotero de Menezes, ao analisar os periódicos amazonenses do século XIX, chama atenção para a maneira como o feminino emerge nesses registros, muitas vezes não como sujeito central da narrativa, mas como elemento indispensável à legitimação dos acontecimentos sociais. Um exemplo elucidativo é a nota publicada no jornal *O Catechista*, em 13 de maio de 1865, que descreve a despedida do então presidente da província:

DESPEDIDA. Os amigos do exmo. Sr. Adolpho Barros, às vésperas de sua partida, desejando manifestar-lhe o apreço de suas boas qualidade, e dar-lhe uma prova de estima pela maneira condigna com que se houve na administração dessa província; ofertarão-lhe um esplêndido chá que teve lugar na casa do sr. capitão José Antônio D'Andrada Barra, ao Largo do Espírito Santo. A animação e grande concorrência que teve esta reunião, a ponto das salas ficarem literalmente cheias, e, onde 40 senhoras se achavão presentes, mostram bem o quanto era sua exa apreciado, e qual órgão de consideração que gosava na província. (*O Catechista*, 13 de maio de 1865. *Apud*. Menezes, 2014, p.23)

Embora o texto enfatize a figura masculina homenageada, é significativo que a menção à presença de “40 senhoras” seja utilizada como indicador do sucesso da reunião e do prestígio do homenageado. A participação feminina, ainda que descrita de forma secundária, funcionava como elemento legitimador do evento, reforçando a imagem pública dos homens envolvidos.

Para além do momento da festa, é necessário considerar os processos que antecederiam esses encontros sociais. A organização de um “esplêndido chá” implicava uma série de tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres: o preparo da casa, a definição do cardápio, a disposição dos espaços e o controle das interações sociais. Esse trabalho, embora invisibilizado nas fontes, era essencial para a eficácia simbólica do evento. Louise Tilly (1994) chama atenção para o fato de que tais práticas cotidianas, frequentemente naturalizadas, constituem parte estrutural da manutenção das hierarquias sociais e de gênero, ainda que não sejam reconhecidas como formas explícitas de poder.

Diante desse quadro, impõe-se uma questão central: se as mulheres da elite exerciam papel tão decisivo na esfera mais íntima da sociedade, por que sua presença nos espaços públicos era sistematicamente interdita? Por que a simples possibilidade de mulheres atuando na política, na medicina, no direito ou na imprensa parecia ameaçar a ordem social vigente? A exclusão feminina dessas arenas não se explica pela ausência de competência ou de formação

moral, mas pelo lugar que lhes foi historicamente atribuído dentro de uma estrutura profundamente hierarquizada.

A moral oitocentista conferia às mulheres a responsabilidade pela educação das novas gerações, especialmente dos homens que futuramente ocupariam posições de poder. Paradoxalmente, essa mesma moral lhes negava o direito de exercer qualquer protagonismo social para além do espaço doméstico. Ao serem reconhecidas como agentes fundamentais na formação moral e civilizatória, mas privadas de voz nos espaços de decisão, as mulheres eram mantidas em uma posição de autoridade invisível, cuja eficácia dependia justamente de sua exclusão do debate público.

Para além das práticas sociais observáveis, a representação das mulheres no século XIX foi amplamente moldada por discursos veiculados na imprensa, na literatura e em publicações de caráter moralizante. Esses suportes não apenas refletiam valores sociais, mas atuavam ativamente na construção de um imaginário feminino associado à desordem, ao pecado e ao perigo moral. Como observa Michelle Perrot, “a mulher é pensada como um ser à parte, um outro inquietante, cuja presença no espaço público deve ser limitada, controlada ou mesmo interdita” (Perrot, 2005, p. 27).

Ainda segundo Perrot (2005, p.153) essas representações dialogam com matrizes simbólicas profundamente arraigadas na cultura ocidental:

Elas modulam a aula inaugural do Gênesis, que apresenta a potência sedutora da eterna Eva. A mulher, origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno da ordem e da razão lúcida, é um grande tema romântico, e, em particular, de Mozart a Richard Wagner, da ópera.

Nos jornais e romances oitocentistas, a mulher que escapava ao espaço doméstico era frequentemente retratada como devassa, rebelde ou moralmente instável, reforçando a associação entre feminino e transgressão. Essa construção discursiva contribuía para naturalizar sua exclusão da vida pública. Segundo Perrot (2005), a exclusão das mulheres da cena pública funda-se menos numa incapacidade real do que num medo social profundamente enraizado, medo este alimentado pela ideia de que o feminino carregaria em si uma força desorganizadora.

Del Priore (2004) destaca que, no contexto brasileiro, tais representações assumiram um caráter pedagógico, ensinando às mulheres, e à sociedade, quais eram os limites aceitáveis de seu comportamento. Para a autora, o discurso moral oitocentista insistia em associar a mulher à tentação, ao pecado e à queda, ao mesmo tempo em que a exaltava como guardiã da moral

doméstica. Essa ambiguidade permitia que a mulher fosse simultaneamente idealizada e vigiada, exaltada e silenciada.

A associação recorrente entre mulher e natureza também desempenhou papel central nesse processo. Como lembra Perrot, o feminino é frequentemente identificado ao corpo, à emoção e à natureza, em oposição ao masculino, ligado à razão, à cultura e à política (Perrot, 2005). Essa oposição simbólica reforçava a ideia de que a mulher, por sua própria natureza, não estaria apta a ocupar os espaços públicos, considerados territórios da racionalidade e da ordem.

Essa lógica de controle simbólico e moral encontra eco direto no relato de Elizabeth Agassiz, que, ao observar o cotidiano das famílias brasileiras, identifica mecanismos sutis, porém eficazes, de limitação do acesso feminino ao conhecimento. Em uma visita a uma fazenda, a viajante registra um episódio revelador:

Estávamos um dia numa fazenda, quando avistei um livro em cima de um piano. Um livro é coisa tão rara nos aposentos ocupados pelas famílias que fiquei curiosa em saber qual seria o conteúdo daquele. Era um romance, e, ao virar-lhes as páginas, veio o dono da casa e disse em alta voz que aquela leitura não era uma leitura conveniente para mulheres. – ‘Aqui está’ (empregando-me um pequeno volume), ‘uma excelente obra que comprei para minha mulher e minhas filhas.’ Abri o precioso volume, era uma espécie de pequeno tratado de moral, cheio de banalidades sentimentais e de frases feitas em que reinava um tom de condescendência e proteção à pobre inteligência feminina, porquanto, apesar de tudo, as mulheres são mães dos homens e exercem pouco de influência sobre sua educação. Após essa mostra do alimento intelectual que lhes ofereciam, não me poderia admirar que a esposa e as filhas do nosso anfitrião demonstrassem gosto dos mais moderados pela leitura.” (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 277–278).

O trecho evidencia que a interdição feminina não se dava apenas pela exclusão dos espaços públicos, mas também por meio de um rígido controle sobre o que podia ser lido, pensado e assimilado. A leitura do romance, associada à imaginação, à subjetividade e à autonomia intelectual, é prontamente censurada, enquanto o tratado moral surge como alternativa legítima, supostamente adequada à “natureza” feminina. Trata-se de uma pedagogia da contenção, que delimita não apenas comportamentos, mas horizontes de pensamento.

Perrot (2005) aponta que o controle da leitura feminina constituiu, ao longo do século XIX, uma das estratégias centrais de manutenção da desigualdade de gênero. Segundo a autora, negar às mulheres o acesso pleno ao saber é mantê-las em estado de menoridade, sob o pretexto de protegê-las. No episódio narrado por Elizabeth, essa proteção assume a forma de condescendência: o discurso que se apresenta como cuidado revela, na verdade, um profundo descrédito na capacidade intelectual feminina.

Mary Del Priore (2004) observa que, no Brasil oitocentista, a educação das mulheres era pensada de maneira utilitária e moralizante. O saber permitido deveria reforçar virtudes como docilidade, religiosidade e resignação, evitando qualquer estímulo à reflexão crítica ou à autonomia intelectual. Nesse sentido, o pequeno tratado oferecido à esposa e às filhas do anfitrião não é um detalhe casual, mas expressão de um projeto educativo que buscava moldar mulheres adequadas à ordem social vigente.

O desconforto de Elizabeth diante desse episódio revela, ainda, o contraste entre o olhar estrangeiro e as práticas locais. Ao estranhar a raridade dos livros e a censura imposta à leitura feminina, a viajante evidencia como a limitação intelectual das mulheres era naturalizada no cotidiano, a ponto de ser reproduzida sem constrangimento no interior do lar. Esse controle, exercido em gestos aparentemente banais, contribuía para reforçar a ideia de que o feminino deveria permanecer distante dos domínios do pensamento abstrato, da crítica e da elaboração intelectual.

Esse conjunto de interdições, no entanto, não operava exclusivamente por meio da autoridade masculina. O discurso patriarcal encontrava legitimidade e continuidade porque era também incorporado, reiterado e reproduzido por mulheres pertencentes à elite. Mães, tias e esposas desempenhavam papel central na transmissão desses valores, funcionando como mediadoras entre a norma social e as novas gerações femininas. Como observa Michelle Perrot, as mulheres são, ao mesmo tempo, vítimas e agentes da ordem que as domina, participando ativamente da reprodução de valores que as mantinham em posição subordinada (Perrot, 2005).

Nesse sentido, o controle da leitura e da educação feminina não se restringia à figura do pai ou do marido, mas estendia-se ao interior das relações entre mulheres. Mary Del Priore destaca que, no Brasil oitocentista, cabia às mulheres mais velhas vigiar comportamentos, corrigir desvios e orientar as jovens segundo padrões morais rígidos, assegurando a preservação da honra familiar e do prestígio social (Del Priore, 2004). Assim, a interiorização dessas normas transformava-se em prática cotidiana, naturalizada e raramente questionada.

A permanência dessa ordem não se explica, portanto, apenas pela imposição masculina, mas pela complexa rede de relações sociais que sustentava o patriarcado como sistema de valores compartilhado. Perrot observa que a dominação masculina se mantém justamente porque se ancora em práticas cotidianas e consensos sociais amplamente aceitos, nos quais as próprias mulheres desempenham papel fundamental. Para a autora, o poder masculino não se exerce apenas de cima para baixo, mas circula, infiltra-se, negocia-se, sendo frequentemente reproduzido no interior do espaço doméstico, considerado tradicionalmente feminino (Perrot, 2005).

Essa circulação do discurso patriarcal, contudo, não se dava de forma homogênea ou linear. A própria imprensa oitocentista destinada ao público feminino revela tensões, negociações e disputas em torno do lugar da mulher na sociedade. O *Jornal das Senhoras* (1852–1855), analisado por Bárbara Figueiredo Souto, constitui um exemplo expressivo desse embate. Longe de ser apenas um espaço de reprodução passiva da ordem doméstica, o periódico abrigou um intenso labor intelectual feminino, no qual mulheres letradas ousaram publicar poemas, contos, artigos, críticas sociais e reflexões sobre educação, casamento e vida social (Souto, 2025).

Ainda assim, como demonstra Souto (2005), essa atuação se deu dentro de limites impostos por uma sociedade profundamente patriarcal. A necessidade de recorrer a pseudônimos, iniciais ou estratégias discursivas cuidadosas revela que o acesso feminino ao espaço público da escrita exigia negociações constantes. Mesmo quando escreviam, essas mulheres precisavam justificar sua presença no campo intelectual por meio de argumentos morais, educativos ou civilizatórios, frequentemente ancorados na ideia de que sua atuação serviria ao aprimoramento da família e da sociedade como um todo.

Entre os conteúdos veiculados pelo *Jornal das Senhoras*, alguns textos assumem papel particularmente revelador dos mecanismos de normalização moral direcionados ao público feminino. Um desses casos é o relato publicado em fevereiro de 1853 sob o título *O triunfo da natureza*, assinado por uma colaboradora que se identifica como Eugênia. Narrando a experiência de romper com a família para viver uma relação amorosa fora dos parâmetros aceitos, a autora opta pelo uso de um pseudônimo, justificando-o como forma de preservar-se do agravamento da vergonha pública. Desde as primeiras linhas, a escrita constrói-se menos como um exercício de confissão íntima e mais como um testemunho exemplar, no qual a transgressão feminina é apresentada como erro a ser reconhecido, expiado e corrigido.

Ao refletir sobre sua própria formação, Eugênia atribui sua queda moral a uma educação considerada inadequada, afirmando que “uma educação voluptuosa não pode produzir senão espíritos fracos e apaixonados” (Eugênia, 1853, p. 62). A noção de fragilidade feminina é reforçada ao longo do texto pela associação entre sensibilidade e descontrole, apresentada como característica inerente às mulheres. Segundo a autora, essa sensibilidade excessiva seria responsável por conduzi-las “para o abysmo”, funcionando como justificativa moral para a necessidade de vigilância constante sobre seus afetos e comportamentos (Eugênia, 1853, p. 63).

Nesse sentido, o relato constrói uma representação da mulher como sujeito permanentemente vulnerável às paixões, cuja redenção só pode ocorrer por meio da submissão às convenções sociais. A solução para o drama vivido por Eugênia não reside na autonomia ou

na reconstrução de sua trajetória, mas na reintegração à ordem matrimonial. O casamento aparece, assim, como instrumento disciplinador, capaz de restaurar a honra e reordenar a vida feminina, ainda que apresentado como resultado de “conveniências” e “arranjos de família”, descritos pela própria autora como imposições de um “uso, tyranno antigo no mundo” (Eugênia, 1853, p. 63).

O desfecho do texto, marcado pela declaração “Todo o tempo que me restar de vida chorarei!” (Eugênia, 1853, p. 63), consolida o caráter exemplar da narrativa. O sofrimento torna-se prova da culpa, e a dor, elemento pedagógico. Ao publicar esse relato, o *Jornal das Senhoras* não apenas veicula uma história individual, mas reafirma um modelo de feminilidade fundado na renúncia, na obediência e no silenciamento do desejo.

O relato de Eugênia, publicado no *Jornal das Senhoras*, não deve ser interpretado como uma exceção isolada, mas como parte de um universo discursivo mais amplo, no qual a imprensa desempenhava papel central na produção e na circulação de modelos normativos de feminilidade. Ao narrar sua experiência a partir do arrependimento, da culpa e da exaltação da maternidade e da família, a colaboradora não apenas expunha uma vivência individual, mas reiterava valores socialmente esperados, convertendo sua trajetória em advertência moral. Esse tipo de narrativa, amplamente difundido nos periódicos oitocentistas destinados ao público feminino, contribuía para naturalizar a associação entre desvio feminino, sofrimento e punição simbólica, ao mesmo tempo em que reafirmava o lar como espaço legítimo da mulher.

A pesquisa de Karoline Carula sobre a imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX permite compreender como esses discursos eram organizados, difundidos e, muitas vezes, legitimados por mulheres que atuavam ativamente na produção dos periódicos. Segundo a autora, a imprensa voltada ao público feminino não se limitava a informar ou entreter, mas assumia uma função pedagógica e moralizadora, inserida em um projeto mais amplo de civilização e progresso social. Nesse sentido, Carula observa que, no contexto oitocentista, “jornais e revistas, tanto os direcionados às mulheres quanto os voltados a um público amplo, dedicaram-se à causa civilizadora e modernizadora da nação”, atuando como mediadores fundamentais na difusão de valores sociais e morais (Carula, 2016, p. 261).

Ainda que escritos por mulheres e destinados a um público feminino, esses periódicos frequentemente reforçavam papéis tradicionais de gênero, sobretudo ao vincular a educação feminina à maternidade, à família e à formação moral dos filhos. Como destaca Carula, desde o início do século XIX, a defesa da instrução das mulheres esteve profundamente associada à ideia de que elas seriam responsáveis pelo futuro da nação, uma vez que “a educação da mulher era valorizada como basilar para a construção da nação” (Carula, 2016, p. 262). Tal perspectiva

deslocava o sentido da educação feminina para além da mulher enquanto sujeito autônomo, convertendo-a em instrumento de aperfeiçoamento social e moral.

Essa lógica aparece de forma ainda mais explícita quando a autora ressalta que, mesmo nos jornais escritos por mulheres, a emancipação feminina era frequentemente apresentada de maneira controlada e limitada. Conforme Carula, a produção desses periódicos, embora representasse uma ampliação do espaço de atuação feminina na esfera pública, não significava uma ruptura plena com a ordem patriarcal, pois “a defesa da educação feminina estava, em grande medida, ancorada na ideia de que mulheres instruídas seriam melhores esposas, melhores mães e, conseqüentemente, agentes mais eficazes da moralização da sociedade” (Carula, 2016, p. 273).

Nesse sentido, a atuação feminina na imprensa oitocentista não pode ser interpretada de forma linear como expressão de emancipação ou ruptura com a ordem vigente. Embora a presença de mulheres na escrita e na circulação de periódicos represente, inegavelmente, uma ampliação de sua visibilidade no espaço público, tal atuação ocorreu dentro de limites bem definidos, impostos tanto pelas estruturas patriarcais quanto pelos próprios valores compartilhados pelas elites letradas. A imprensa feminina constituiu-se, assim, como um espaço ambíguo, no qual coexistiam possibilidades de expressão intelectual e mecanismos sutis de regulação social, frequentemente articulados a discursos de moralização, domesticidade e ordem.

Isso nos mostra que a adesão de determinadas mulheres ao discurso patriarcal não pode ser compreendida apenas como efeito de interiorização ideológica, mas como resultado de estratégias sociais possíveis dentro de um sistema profundamente hierarquizado. Para muitas mulheres da elite, apoiar a ordem vigente significava garantir proteção material, estabilidade social e pertencimento simbólico. Em sociedades marcadas pela instabilidade econômica, pela fragilidade das redes institucionais e pela centralidade da família como núcleo de segurança, o patriarcado oferecia previsibilidade. Defender essa ordem era, muitas vezes, uma forma de autopreservação.

Nesse contexto, o casamento e a maternidade não eram apenas destinos impostos, mas também recursos sociais. Perrot (2005) observa que, embora o casamento fosse uma instituição assimétrica, ele funcionava como uma das poucas vias legítimas de acesso feminino ao prestígio, à segurança e à respeitabilidade. A mulher que incorporava os valores patriarcais tornava-se moralmente reconhecida, distinguindo-se das figuras femininas associadas ao desvio, ao perigo ou à desordem social. Apoiar o sistema, portanto, significava também diferenciar-se de outras mulheres.

Outro elemento central reside na lógica da distinção social. Tilly (1994) chama atenção para o fato de que gênero e classe operam de forma articulada, produzindo experiências femininas profundamente desiguais. As mulheres da elite não partilhavam dos mesmos interesses das mulheres pobres, negras ou escravizadas; ao contrário, muitas vezes, seus privilégios dependiam diretamente da manutenção dessas desigualdades. Ao endossarem discursos de domesticidade, moralidade e fragilidade feminina, essas mulheres reforçavam fronteiras simbólicas que as separavam das demais, consolidando sua posição social.

Essa percepção torna-se ainda mais incisiva quando Elizabeth Agassiz desloca seu olhar do espaço excepcional do baile para o cotidiano das mulheres nas províncias do Norte. Ao tratar da vida doméstica feminina, a viajante abandona o tom quase etnográfico das descrições sociais e assume uma postura claramente crítica, registrando a persistência de práticas que associava a um regime de clausura. Em seu relato, ela observa que “nas províncias do Norte, principalmente, as velhas tradições portuguesas sobre a clausura das mulheres ainda prevalecem”, comparando a existência feminina a uma vida conventual esvaziada de sentido espiritual (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 167).

A imagem construída por Elizabeth é dura e reiterativa. Os dias dessas mulheres, segundo ela, “decorrem tão descoloridos como os das freiras de um convento”, porém sem a dimensão religiosa que, no caso das ordens monásticas, conferiria propósito à reclusão. A clausura, aqui, não aparece como escolha ou vocação, mas como imposição social que limita radicalmente a experiência feminina. A viajante destaca que “muitas senhoras brasileiras passam meses e meses sem sair de suas quatro paredes”, tendo sua presença no espaço público reduzida a aparições episódicas “à porta ou à janela”, sempre condicionadas por normas de decoro e vigilância.

Esse confinamento não é descrito apenas como restrição espacial, mas como empobrecimento existencial. Elizabeth chama atenção para a ausência de estímulos intelectuais e culturais, sublinhando que essas mulheres vivem “sem livros, sem cultura de qualquer espécie” (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 167). A crítica recai, portanto, sobre um sistema que priva o feminino não apenas da circulação social, mas também do acesso ao pensamento, à leitura e à elaboração intelectual, reforçando a ideia de que a mulher deveria permanecer afastada de qualquer prática que ultrapassasse os limites da domesticidade.

O vocabulário utilizado pela viajante — “existências fanadas”, “torpor”, “vida inteiramente vazia e sem objetivo” — sugere que Elizabeth percebe os efeitos subjetivos dessa clausura prolongada. A mulher, segundo sua observação, oscila entre a apatia e a irritação, entre a aceitação silenciosa e o ressentimento diante das “cadeias” que a prendem. Ainda assim, essas

reações não se traduzem em ruptura efetiva com a ordem social, mas permanecem circunscritas ao espaço íntimo, onde a insatisfação não encontra canais legítimos de expressão.

Ao registrar essa realidade, Elizabeth evidencia como a exclusão feminina do mundo exterior se articula a um projeto mais amplo de contenção social. A reclusão doméstica aparece como extensão lógica das convenções observadas no baile: o mesmo controle que regula gestos, olhares e deslocamentos no espaço público manifesta-se, de forma mais intensa, no cotidiano doméstico, onde a vigilância é constante e naturalizada. O lar, longe de ser apenas espaço de proteção, revela-se como ambiente de limitação sistemática das possibilidades femininas.

Esse trecho do relato reforça a percepção de que o feminino, na elite amazônica oitocentista, era moldado para ocupar uma posição de presença contida e ação restrita. Mesmo quando reconhecida como peça central na manutenção da ordem familiar e social, a mulher permanecia afastada de qualquer horizonte de autonomia intelectual ou participação pública efetiva. A clausura descrita por Elizabeth não se apresenta, portanto, como resíduo arcaico isolado, mas como parte integrante de uma lógica social que transformava o isolamento, o silêncio e a imobilidade em virtudes femininas.

É particularmente instigante que esse olhar crítico sobre a clausura feminina parta justamente de Elizabeth Agassiz, uma mulher que também integra os circuitos da elite oitocentista e que, de diferentes maneiras, participa da mesma ordem patriarcal que descreve. Longe de ocupar uma posição externa ou marginal, Elizabeth escreve a partir de um lugar social privilegiado: é branca, letrada, viajante, esposa de um cientista renomado e reconhecida nos ambientes intelectuais de seu tempo. Ainda assim, sua condição de mulher lhe permite acessar dimensões da sociabilidade feminina que escapavam, em grande medida, aos observadores masculinos. É nesse ponto que seu relato adquire densidade particular.

A própria viajante reconhece que seu conhecimento sobre a condição feminina brasileira não deriva apenas da observação distante, mas da escuta atenta das confidências feitas por mulheres com quem conviveu mais proximamente. Em um trecho revelador, Elizabeth afirma:

Efetivamente, eu nunca conversei com as senhoras brasileiras com quem mais de perto privei no Brasil sem delas receber as mais tristes confidências acerca de sua existência estreita e confinada. Não há uma só mulher brasileira, que, tendo refletido um pouco sobre o assunto não se saiba condenada a uma vida de repressões e constrangimento. (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 278).

Esse testemunho desloca o foco da análise: não se trata apenas de uma percepção estrangeira sobre costumes locais, mas do reconhecimento de um mal-estar compartilhado, verbalizado pelas próprias mulheres da elite. A consciência da repressão, segundo Elizabeth,

não é exceção, mas regra entre aquelas que “refletiram um pouco sobre o assunto”. O problema, portanto, não reside na ignorância absoluta, mas na percepção lúcida dos limites impostos — percepção que, no entanto, não se converte necessariamente em ruptura com a ordem vigente.

Elizabeth aprofunda essa crítica ao descrever as restrições concretas impostas à circulação feminina, observando que as mulheres “não podem transpor a porta de sua casa, senão em determinadas condições, sem provocar escândalo” (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 278). A vigilância social aparece, mais uma vez, como elemento estruturante da experiência feminina, regulando não apenas comportamentos, mas também deslocamentos, horários e formas de presença no espaço público. A visibilidade feminina, quando ocorre, é sempre condicionada, negociada e potencialmente sancionável.

O relato avança ainda para o campo da educação e do acesso ao conhecimento, revelando a profundidade dessa exclusão. Elizabeth observa que a formação oferecida às mulheres restringia-se a “um conhecimento sofrível de francês e música”, mantendo-as afastadas de debates mais amplos e de qualquer reflexão crítica sobre o mundo. O “mundo dos livros”, segundo ela, permanecia praticamente inacessível, seja pela escassez de obras consideradas adequadas, seja pelas barreiras linguísticas e morais impostas à leitura feminina (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 278).

Essa descrição dialoga diretamente com o que a historiografia das mulheres tem apontado sobre o caráter seletivo e utilitário da educação feminina no século XIX. Perrot (2005) observa que a instrução das mulheres foi historicamente pensada como instrumento de adaptação à ordem social, e não como meio de emancipação intelectual. Para a autora, tratava-se de formar mulheres suficientemente educadas para cumprir bem seus papéis domésticos, mas não a ponto de questioná-los. O relato de Elizabeth fornece, nesse sentido, uma confirmação empírica dessa lógica, ao evidenciar como o acesso ao saber era cuidadosamente filtrado.

Outro aspecto enfatizado pela viajante é o isolamento intelectual e simbólico dessas mulheres em relação ao mundo exterior. Ao afirmar que elas “pouca coisa sabe da história do seu próprio país” e que “não imaginam que um oceano de pensamentos se agita fora de seu pequeno mundo”, Elizabeth aponta para uma forma de confinamento que ultrapassa o espaço físico e alcança o plano das ideias (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 278). O desconhecimento não é apresentado como falha individual, mas como produto de um sistema que deliberadamente restringe horizontes.

Esse diagnóstico aproxima-se das reflexões de Joan Scott, para quem os sistemas de gênero operam tanto no nível material quanto simbólico, produzindo sujeitos cujas possibilidades de ação e pensamento são moldadas por normas socialmente compartilhadas

(Scott, 1995). No caso descrito por Elizabeth, a limitação do acesso ao conhecimento funciona como mecanismo de reprodução da hierarquia de gênero, assegurando que as mulheres permaneçam circunscritas ao “círculo estreito da existência doméstica”, como ela mesma define.

O que torna o relato de Elizabeth ainda mais significativo é o fato de que essa crítica emerge de uma mulher que, embora privilegiada, reconhece a precariedade da condição feminina como experiência estrutural. Ao registrar que “além do círculo estreito da existência doméstica, nada existe para elas”, a viajante não apenas descreve uma realidade social, mas expõe os limites de um modelo de feminilidade que, mesmo quando sustentado por mulheres da elite, produzia frustração, silenciamento e empobrecimento intelectual (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 278).

Esse olhar, tensionado por empatia e estranhamento, revela uma tensão constitutiva: Elizabeth é, simultaneamente, parte da elite e observadora crítica de suas práticas; beneficiária de um sistema patriarcal e testemunha de seus efeitos corrosivos sobre a vida das mulheres. É justamente essa posição ambígua que confere ao seu relato uma potência analítica singular, permitindo que a experiência feminina amazônica seja visibilizada não apenas como costume local, mas como expressão de uma ordem social mais ampla, profundamente marcada pela desigualdade de gênero.

Nas páginas finais de *Viagem ao Brasil*, Elizabeth Agassiz abandona o registro predominantemente descritivo que marcou grande parte de sua narrativa e assume um tom explicitamente opinativo ao tratar da educação feminina no Brasil. Ao dedicar um capítulo específico a esse tema, a autora não apenas sintetiza observações acumuladas ao longo da viagem, mas revela com maior nitidez os pressupostos que orientam sua leitura da condição feminina brasileira.

Pouca coisa tenho também a dizer sobre a escola para meninas. Em geral, no Brasil, pouco se cuida da educação das mulheres, o nível de ensino dado nas escolas femininas é pouquíssimo elevado; mesmo nos pensionatos frequentados pelas filhas das classes abastadas, todos os professores se queixam de que eles retiram as alunas justamente na idade em que a inteligência começa a se desenvolver. A maioria das meninas enviadas à escola aí entram com a idade de sete ou oito anos; aos treze ou catorze são consideradas como tendo terminado os estudos. O casamento as espreita e não tarda a tomá-las. Há exceções, sem dúvida. Alguns pais mais esclarecidos prolongam a permanência no pensionato ou fazem dar instrução em casa até os dezessete ou dezoito anos; outros mandam as filhas para o estrangeiro. Habitualmente, porém, salvo uma ou duas matérias bem estudadas, francês e música, a educação das jovens é pouco cuidada e o tom geral da sociedade disso se ressent. Claramente, na sociedade brasileira há mulheres cuja inteligência recebeu alto grau de cultura; mas a minha afirmação não é menos verdadeira: são meras exceções e nem outra coisa poderia ser com o atual sistema de educação; as mulheres que o personificam sentem

amargamente a influência deste sistema sobre a situação que para o seu sexo criam os costumes nacionais. (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 277)

Ao afirmar que “pouco se cuida da educação das mulheres” e que o nível de ensino oferecido às meninas era “pouquíssimo elevado”, Elizabeth explicita sua crítica a um sistema educacional que interrompia precocemente o desenvolvimento intelectual feminino, sobretudo em função do casamento, entendido como destino quase inevitável (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 277). A autora observa que, em geral, as meninas ingressavam na escola por volta dos sete ou oito anos e eram retiradas aos treze ou quatorze, justamente no momento em que “a inteligência começa a se desenvolver”, revelando uma percepção clara da educação como processo formativo contínuo, e não meramente ornamental.

Esse diagnóstico dialoga diretamente com o que Joan Scott identifica como uma das operações centrais dos sistemas de gênero: a naturalização das diferenças sociais por meio de instituições aparentemente neutras, como a escola e a família. Para Scott (1995), o gênero opera como “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” e, simultaneamente, como uma forma primária de significar relações de poder. No caso descrito por Elizabeth, a interrupção precoce da escolarização feminina não é fruto de incapacidade intelectual, mas da atribuição social de papéis rigidamente definidos, que subordinam o desenvolvimento das mulheres às exigências do casamento e da vida doméstica.

Ao mesmo tempo, Elizabeth reconhece a existência de exceções: pais “mais esclarecidos” que prolongavam a educação das filhas, enviavam-nas ao exterior ou garantiam instrução doméstica até os dezessete ou dezoito anos. Contudo, ao enfatizar o caráter excepcional dessas práticas, a autora reforça seu argumento de que o problema não era individual, mas estrutural. Como ela mesma afirma, “nem outra coisa poderia ser com o atual sistema de educação”, indicando que os limites impostos às mulheres eram produzidos e mantidos por costumes sociais amplamente compartilhados (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 277).

É nesse ponto que as reflexões de Pierre Bourdieu (2012) se tornam particularmente fecundas para a leitura do discurso de Elizabeth. Em *A dominação masculina*, o autor evidencia como as hierarquias de gênero se perpetuam não apenas por mecanismos explícitos de coerção, mas sobretudo pela incorporação cotidiana de disposições socialmente naturalizadas, o *habitus*, que orientam práticas, expectativas e modos de perceber o mundo. A formação feminina descrita por Elizabeth inscreve-se nesse processo de reprodução simbólica: às mulheres eram oferecidos saberes restritos, considerados compatíveis com sua posição social, como o domínio do francês e da música, enquanto outros campos do conhecimento permaneciam sistematicamente vedados.

O discurso de Elizabeth revela ambiguidades significativas. Ainda que reconheça os limites da educação feminina, sua defesa da instrução das mulheres não se orienta por uma ruptura com a ordem patriarcal, mas por uma lógica de aperfeiçoamento moral da sociedade. A educação surge menos como um caminho de emancipação autônoma e mais como um recurso para o aprimoramento moral da sociedade. Ao afirmar que “o tom geral da sociedade disso se ressentir”, a autora desloca a questão da desigualdade para o campo da civilidade e do refinamento social, mobilizando um argumento recorrente no liberalismo oitocentista, no qual a instrução das mulheres é valorizada sobretudo por seus efeitos sobre a ordem social, e não pela afirmação plena de sua autonomia.

Essa perspectiva revela o que Joan Scott (1995) identifica como um dos dilemas centrais das mulheres letradas do século XIX: a crítica à desigualdade de gênero frequentemente se articulava a partir de justificativas aceitáveis dentro da própria ordem patriarcal, como a maternidade, a moralização da sociedade ou o aperfeiçoamento dos costumes. Elizabeth não questiona frontalmente a divisão sexual dos espaços, nem reivindica para as mulheres o acesso irrestrito às esferas da política ou da ciência; sua crítica concentra-se na insuficiência do sistema educacional para cumprir adequadamente o papel que a própria sociedade atribuía às mulheres.

Essa ambiguidade torna-se ainda mais evidente quando se considera o recorte racial e social implícito em seu discurso. Ao longo do capítulo, Elizabeth refere-se quase exclusivamente às mulheres brancas das classes abastadas, aquelas que frequentavam pensionatos, recebiam aulas de francês e música ou eram enviadas ao exterior. Mulheres negras, indígenas ou pertencentes às camadas populares permanecem completamente ausentes de sua reflexão sobre educação, como se estivessem fora do horizonte de possibilidades intelectuais ou de direitos educacionais.

Nesse aspecto, o pensamento de Elizabeth reflete de forma exemplar os limites do liberalismo oitocentista e da própria crítica feminina produzida no interior das elites. Como aponta Bourdieu, os agentes sociais tendem a pensar o mundo a partir das posições que ocupam nele, reproduzindo, muitas vezes de forma inconsciente, as hierarquias que os favorecem (Bourdieu, 2012). A defesa da educação feminina feita por Elizabeth não rompe com a lógica racializada e classista do Império brasileiro, mas a reinscreve, ao tomar como universais as experiências de um grupo social muito específico.

Elizabeth Agassiz, assim, não pode ser lida nem como simples reprodutora da ordem patriarcal, nem como figura plenamente dissidente. Seu discurso se constrói em uma zona intermediária, marcada por críticas reais às condições impostas às mulheres, mas também por silêncios significativos e limites bem definidos. Ela reconhece a opressão, identifica seus efeitos

e lamenta suas consequências, mas o faz a partir de um horizonte de expectativas moldado por sua condição de mulher branca, letrada e pertencente à elite intelectual do século XIX.

Essa dualidade (crítica e conformidade, sensibilidade e limite) não diminui a relevância de seu testemunho; ao contrário, confere-lhe densidade histórica. Elizabeth é, como diria Joan Scott, uma “filha de seu tempo”, cuja percepção das desigualdades de gênero é informada pelas mesmas estruturas simbólicas que procura questionar. Sua defesa da educação feminina abre brechas no edifício patriarcal, mas são brechas cuidadosamente delimitadas, socialmente aceitáveis e compatíveis com a ordem que lhe permitiu existir e escrever.

3.4 Corpos que trabalham, vozes que não entram: mulheres no relato de Elizabeth Agassiz

A história do trabalho das mulheres é a história de um trabalho que não deixa vestígios, que não tem estatuto, que não tem memória; um trabalho que se confunde com o próprio tempo de viver, o tempo cotidiano, repetitivo, infinito.

Michelle Perrot, 1988.

O dia ainda ensaiava seus primeiros sinais quando a casa despertava. Antes que o sol se impusesse sobre o rio, o interior já se movia em cadência conhecida: o fogo era reacendido, a mandioca descascada com mãos habituadas ao tempo, a raiz ralada em silêncio enquanto o cheiro da lenha misturava-se ao da terra úmida. Do quintal vinham sons curtos e repetidos, o bater do pilão, o raspar da faca no fruto ainda verde, o cheiro do café recém coado, da pupunha cozida e da tapioca ainda quente preenchiam o ambiente.

As crianças eram acordadas entre um gesto e outro, chamadas sem urgência, incorporadas à rotina que se repetia dia após dia. O cuidado com os corpos pequenos se entrelaçava às tarefas maiores: amamentar, lavar, orientar, vigiar, sem que houvesse uma separação nítida entre trabalho e vida. O cotidiano se organizava a partir desses gestos contínuos, quase invisíveis, que garantiam a alimentação, a ordem da casa e a permanência do grupo.

Nada ali parecia excepcional. Ao contrário, tudo se apresentava como parte de uma normalidade antiga, aprendida pela observação e pela repetição. O saber não vinha dos livros, mas da prática acumulada, transmitida no interior do espaço doméstico e em seus arredores imediatos. O tempo não era regulado por relógios, mas pelo ritmo do fogo, da farinha, do rio e do corpo.

Esse universo feminino, marcado por tarefas constantes e por uma presença quase permanente no espaço da casa e do entorno, constituía uma forma específica de inserção social. Longe dos salões, das cerimônias e dos espaços formais de sociabilidade, essas mulheres sustentavam uma economia cotidiana que não se apresentava como espetáculo, mas como necessidade. Seu trabalho organizava a vida familiar, assegurava a subsistência e estruturava relações comunitárias, ainda que raramente fosse reconhecido como tal.

É nesse cenário, distante das elites urbanas e dos circuitos de distinção social, que os encontros de Elizabeth Agassiz com mulheres das pequenas vilas ganham densidade histórica. Ao deslocar seu olhar para além dos salões e das casas abastadas, a viajante entra em contato com uma realidade na qual o feminino se define menos pela contenção ritualizada e mais pela repetição exaustiva do fazer. A casa, o quintal, o fogo e a roça tornam-se, assim, espaços privilegiados de observação, revelando formas de vida que escapam às convenções da sociabilidade letrada, mas que sustentam, de maneira decisiva, o cotidiano, e por que não dizer, a identidade da região.

À primeira vista, práticas corriqueiras como preparar os alimentos, zelar pelas crianças e garantir o funcionamento do lar podem ser percebidas como expressões naturais de uma vida doméstica ordinária. Esse plano do cotidiano, contudo, é perpassado por relações de gênero profundas, historicamente produzidas e socialmente hierarquizadas. Distantes de qualquer neutralidade, tais atividades integram uma divisão sexual do trabalho que estrutura a vida social, atribuindo às mulheres a responsabilidade pela sustentação material e simbólica da existência coletiva.

A atenção dispensada à alimentação, aos corpos infantis, à organização do espaço doméstico e à cadência da casa não se limita a gestos de afeto ou a uma suposta inclinação feminina, mas se afirma como trabalho indispensável à reprodução da vida. Trata-se de uma atividade contínua, desgastante e sistematicamente desvalorizada, justamente por ter sido historicamente naturalizada como expectativa social dirigida às mulheres. A aparência de simplicidade desses afazeres encobre sua função estrutural: sem eles, o cotidiano não se mantém.

Françoise Vergès, ao analisar o trabalho de limpeza realizado por mulheres racializadas no mundo contemporâneo, chama atenção para a permanência histórica desse mecanismo de invisibilização. Para a autora, bilhões de mulheres se ocupam incansavelmente da tarefa de limpar o mundo, desempenhando um trabalho indispensável ao funcionamento de qualquer sociedade, mas sistematicamente desvalorizado e tornado invisível (Vergès, 2020). Embora situada em outro tempo e contexto, essa reflexão ilumina de forma potente o cotidiano das

mulheres das pequenas vilas amazônicas no século XIX. O que muda não é a lógica, mas o cenário.

Assim como as trabalhadoras analisadas por Vergès, essas mulheres sustentavam a vida social a partir de um trabalho considerado menor, doméstico, quase natural. Preparar a farinha, cuidar das crianças, manter a casa e organizar o cotidiano familiar eram atividades que garantiam não apenas a sobrevivência do grupo, mas também a estabilidade social. Ainda assim, esse trabalho permanecia fora do campo do reconhecimento, não gerava prestígio, remuneração ou visibilidade pública. Ao contrário, sua eficácia dependia justamente de sua naturalização.

Esse tipo de trabalho, associado historicamente ao feminino, foi construído como extensão do corpo e da moral das mulheres. Como observa Vergès, trata-se de uma atividade que o sistema social espera que seja realizada “sem reclamar”, como se fosse parte intrínseca da condição feminina, e não resultado de uma divisão desigual do trabalho (Vergès, 2020). No contexto amazônico oitocentista, essa expectativa se traduzia na centralidade do espaço doméstico como horizonte quase exclusivo da vida feminina, sobretudo fora dos circuitos urbanos e elitizados.

Há, portanto, uma continuidade estrutural entre esses cotidianos aparentemente distantes no tempo. O trabalho que sustenta a vida — cozinhar, limpar, cuidar, alimentar — permanece associado a mulheres socialmente situadas em posições subalternas, sejam elas marcadas pela classe, pela raça ou pela distância em relação aos centros de poder. Esse trabalho é fundamental, mas não é celebrado; é indispensável, mas permanece silencioso.

É nesse ponto que o olhar de Elizabeth Agassiz se torna particularmente significativo. Ao registrar o cotidiano das pequenas vilas, a viajante entra em contato com uma realidade feminina distinta daquela observada nos salões da elite, mas igualmente condicionada por relações de gênero rígidas. As mulheres que ela encontra estão menos submetidas à etiqueta e à vigilância do decoro social, mas profundamente imersas em uma lógica de trabalho contínuo, que estrutura suas vidas e limita seus horizontes.

Os afazeres domésticos, longe de serem simples detalhes etnográficos, revelam-se, assim, como práticas centrais de uma ordem social que distribui desigualmente o peso da sobrevivência. Nesses gestos repetidos — ralar, torrar, cuidar, limpar — inscrevem-se relações históricas de poder que atravessam o corpo feminino e organizam o cotidiano de forma silenciosa, persistente e profundamente assimétrica.

É nesse cotidiano aparentemente banal que Elizabeth Agassiz registra uma das cenas mais densas de seu relato, observada na Choça Esperança, às margens do lago José-Açu, em 28 de agosto de 1865:

As mulheres índias, sujas de poeira, vestidas pela metade com seus cabelos despenteados caindo sobre o rosto, se ocupam com os seus pequerruchos inteiramente nus ou socam mandioca num enorme pilão; os homens que já voltaram da pesca, tendo a manhã sido mais feliz do que de costume, acendem uma forja rudimentar e se põe a reparar alguns utensílios de ferro... (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 118)

A descrição concentra-se na simultaneidade das tarefas femininas: cuidar das crianças e produzir o alimento. Não há separação entre essas esferas, tampouco pausas ou alternância de funções. O trabalho das mulheres aparece como contínuo, incorporado ao próprio corpo, marcado pela poeira, pela exposição e pelo esforço repetitivo de “socar mandioca num enorme pilão”. Trata-se de um trabalho que sustenta diretamente a vida coletiva, mas que surge no relato como parte da paisagem, quase indissociável do espaço e do ambiente.

Tilly (1994) permite compreender essa organização como expressão de uma divisão sexual do trabalho que não se limita à distinção de tarefas, mas estrutura hierarquias simbólicas profundas. Segundo a autora, o trabalho feminino tende a ser definido como extensão “natural” das responsabilidades domésticas e reprodutivas, mesmo quando envolve esforço físico intenso e conhecimento técnico específico. Na cena descrita por Elizabeth, a produção da farinha, base alimentar fundamental, não é nomeada como trabalho produtivo no mesmo registro que as atividades masculinas, ainda que seja indispensável à sobrevivência do grupo.

Os homens, por sua vez, aparecem associados a ações pontuais, realizadas após o retorno da pesca, vinculadas ao uso de ferramentas e à manipulação do ferro. A forja, ainda que “rudimentar”, é descrita como espaço de técnica e intervenção consciente, enquanto o trabalho feminino permanece ligado ao corpo, à repetição e à materialidade bruta da vida. Essa assimetria não decorre apenas da organização interna da comunidade, mas também do modo como o olhar da viajante seleciona, hierarquiza e nomeia as práticas observadas.

A cena registrada por Elizabeth, não pode ser lida apenas como um quadro etnográfico ou como descrição espontânea da vida cotidiana. Ela revela, de forma quase involuntária, uma organização social profundamente estruturada por relações de gênero, nas quais o trabalho feminino aparece como base silenciosa da vida comunitária. As mulheres surgem simultaneamente como responsáveis pela alimentação, pelo cuidado das crianças e pela manutenção do espaço doméstico, desempenhando funções contínuas, sem interrupção ou especialização visível.

Perrot (2005) chama atenção para o fato de que, historicamente, o trabalho das mulheres foi sistematicamente deslocado para fora das categorias do “trabalho produtivo”, sendo inscrito no campo do natural, do doméstico e do necessário, e não no da técnica, da razão ou da

economia política. Nesse sentido, o que Elizabeth descreve como simples ocupação cotidiana — socar mandioca, cuidar dos filhos, manter o funcionamento da casa — constitui, na verdade, o eixo central da reprodução material e social da comunidade.

Ao mesmo tempo, a forma como esse trabalho é narrado revela os limites do olhar da viajante. As ações femininas são descritas como parte do cenário, quase fundidas à paisagem, enquanto as atividades masculinas são individualizadas e associadas à intervenção técnica, ainda que igualmente simples. Essa assimetria narrativa não é casual: ela reflete uma hierarquização simbólica profundamente enraizada na cultura ocidental, que associa o masculino à ação consciente e o feminino à repetição corporal e à necessidade.

As descrições que Elizabeth constrói acerca da organização cotidiana da família observada às margens do Amazonas não se limita a um registro etnográfico neutro; ela revela, antes, uma leitura profundamente marcada por concepções de gênero que estruturam tanto o olhar da viajante quanto a própria hierarquização das práticas sociais que descreve. Ao tratar da divisão do trabalho entre homens e mulheres, a autora estabelece uma oposição clara entre o tempo masculino, marcado pela sazonalidade da pesca e, portanto, pelo ócio recorrente, e o tempo feminino, contínuo, repetitivo e incessante, ancorado nas tarefas domésticas, no cuidado com os filhos e na manutenção material da vida cotidiana.

... O homem, como todos os índios à margem do Amazonas, é pescador e, com exceção dos cuidados exigidos pelo seu pequeno domínio tem como ocupação exclusiva a pesca. Nunca se vê um índio trabalhar nos cuidados internos da casa; não carrega água, nem lenha, nem pega mesmo nas coisas pesadas. Ora, como a pesca se dá em determinadas estações, ele folga a maior parte do tempo. As mulheres, ao contrário, são muito laboriosas, segundo dizem, e por certo a que temos diante de nossos olhos justificam justamente essa boa opinião. Esperança está constantemente ocupada, quem em casa, que fora. Ela rala mandioca, seca a farinha, comprime o tabaco, cozinha, varre os quartos. As criancinhas são ativas e obedientes, as mais velhas se mostram úteis indo buscar água no lago, lavando mandioca ou cuidando dos menores. Não se pode dizer que Esperança seja bonita, mas tem sorriso gracioso, e a sua voz notavelmente suave tem uma espécie de entoação infantil verdadeiramente cativante. Quando, acabado o trabalho, veste por cima de sua saia escura uma camisa branca um tanto folgada, deixando aparecer seus ombros morenos, e enfia nos seus cabelos de azeviche uma rosa ou um galho de jasmim, o aspecto de toda a sua pessoa não deixa de ter sedução. Deve-se convir, porém, que o cachimbo que ela tem o hábito de fumar à noite, prejudica um pouco o efeito geral. (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 120–121)

A descrição minuciosa dos afazeres femininos e da ociosidade masculina sazonal não aparece no relato como denúncia, mas como constatação quase etnográfica de uma ordem percebida como natural. Ao afirmar que “nunca se vê um índio trabalhar nos cuidados internos da casa” e ao contrapor essa ausência à diligência contínua das mulheres, Elizabeth Agassiz inscreve a divisão sexual do trabalho como um dado cultural estável, anterior à reflexão crítica.

Esse enquadramento dialoga diretamente com o que Gerda Lerner identifica como um dos pilares históricos do patriarcado: a naturalização do trabalho reprodutivo e doméstico como atributo feminino, desvinculado da esfera do poder e da valorização social. Para Lerner, o patriarcado se consolida quando “o trabalho das mulheres passa a ser definido como extensão ‘natural’ de suas capacidades biológicas, e não como produção social” (Lerner, 2019)

Nesse sentido, o relato de Elizabeth não estranha o fato de Esperança estar “constantemente ocupada”, nem problematiza a sobrecarga feminina; ao contrário, essa laboriosidade aparece como virtude moral, quase como traço de caráter. A mulher é valorizada não por aquilo que pensa ou decide, mas por sua utilidade contínua: ralar mandioca, cuidar das crianças, varrer, cozinhar, organizar o espaço doméstico. A descrição constrói, assim, uma feminilidade funcional, perfeitamente alinhada ao ideal oitocentista analisado pela historiografia, no qual o trabalho feminino é invisibilizado justamente por ser permanente e indispensável.

É particularmente significativo que essa observação parta de uma mulher. Longe de representar uma ruptura automática com a ordem patriarcal, o olhar feminino da viajante revela como mulheres também internalizam, reproduzem e organizam essas hierarquias. Perrot (2005), chama atenção para o fato de que as mulheres, sobretudo aquelas situadas em posições de maior capital cultural, frequentemente atuaram como mediadoras da norma, transmitindo valores, comportamentos e expectativas de gênero no interior da vida cotidiana. Nesse sentido, o reconhecimento da “laboriosidade” feminina não subverte a desigualdade; ao contrário, contribui para sua legitimação.

A própria construção da personagem Esperança reforça esse enquadramento. Após detalhar sua rotina exaustiva de trabalho, Elizabeth introduz uma apreciação estética e moral que associa docilidade, suavidade e sedução discreta à figura feminina. Priore (2004), a idealização da mulher trabalhadora, mas dócil, graciosa e submissa, foi um elemento central das representações femininas no século XIX, funcionando como mecanismo de controle simbólico sobre corpos e condutas. O elogio não emancipa; ele domestica.

Essa ambivalência torna-se ainda mais evidente quando se considera a posição social da própria Elizabeth. Mulher culta, viajante, inserida nos circuitos científicos internacionais, ela encarna o ideal feminino burguês do século XIX: ativa intelectualmente, mas circunscrita à esfera da mediação, do cuidado e da complementaridade ao marido. Ginzburg (1989) nos lembra que são justamente esses detalhes aparentemente banais — a escolha das palavras, os juízos morais sutis, as descrições afetivas — que permitem acessar os indícios mais profundos das estruturas sociais que moldam um olhar histórico. A naturalidade com que Elizabeth

descreve o trabalho feminino revela menos sobre Esperança e mais sobre o horizonte cultural que molda a própria observadora.

É nesse enquadramento que Elizabeth introduz outra cena doméstica, agora centrada na relação conjugal e na circulação do corpo feminino no interior da casa:

(...) Pedro Manuel e sua companheira Miquelina; o marido é um folgazão de porte elegante, cuja preocupação principal é tomar atitudes pitorescas contemplando a mulher, aliás bem bonita, que vai e vem pela casa muito atarefada em ralar mandioca, espremer-lhe o suco e peneirá-la, sem abandonar, todavia, um instante sequer o filhinho, enganchado em seus quadris; esta é a maneira habitual de carregarem as índias seus filhos.” (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 121)

A forma como Elizabeth descreve Pedro Manuel não é casual. Ao qualificá-lo como um “folgazão”, que se limita a contemplar a companheira enquanto ela executa, simultaneamente, o trabalho produtivo, o cuidado com a alimentação e a atenção constante ao filho, a autora mobiliza um julgamento que não rompe com a lógica patriarcal, mas que opera a partir dela. Trata-se menos de uma crítica à divisão sexual do trabalho e mais de uma reprovação moral dirigida a um homem que falha em cumprir o papel que o próprio patriarcado lhe atribui. Como observa Lerner (2019), o patriarcado histórico não se sustenta apenas pela subordinação feminina, mas também pela imposição de deveres específicos aos homens, sobretudo aqueles relacionados à provisão, à autoridade moral e à organização da vida familiar; quando esses deveres são negligenciados, abre-se espaço para avaliações negativas internas ao próprio sistema.

Nesse sentido, a cena não coloca em xeque a naturalização do trabalho feminino, mas evidencia uma tensão produzida pela inação masculina. Elizabeth não estranha que Miquelina rale mandioca, esprema o suco, peneire a massa e carregue o filho preso ao corpo, esses gestos são apresentados como habituais, quase orgânicos. O desconforto emerge, contudo, da postura contemplativa de Pedro Manuel, que transforma o esforço contínuo da mulher em espetáculo, esvaziando-se de qualquer responsabilidade prática. Como aponta Scott (1995), o gênero opera como uma categoria normativa que organiza expectativas distintas para homens e mulheres, mas também estabelece critérios internos de avaliação do comportamento masculino, permitindo que certos desvios sejam percebidos e nomeados, ainda que sem produzir contestação estrutural.

Essa percepção é condicionada pela posição social e cultural da própria Elizabeth. Formada em um universo burguês letrado, estruturado por valores cristãos, científicos e morais do século XIX, ela observa o cotidiano amazônico a partir de um repertório no qual o trabalho

feminino é compreendido como dever, virtude e fundamento da ordem doméstica. Mesmo entre mulheres instruídas e socialmente reconhecidas, o acúmulo de tarefas ligadas à casa e ao cuidado era concebido como expressão legítima da feminilidade, e não como trabalho passível de questionamento ou redistribuição (Perrot, 2005). Nesse quadro, a sobrecarga de Miquelina não provoca estranhamento; o que se torna visível é a inadequação do comportamento masculino frente a uma mulher que cumpre, com excesso, aquilo que dela se espera.

A tensão entre gênero e classe torna-se ainda mais evidente quando Elizabeth desloca o foco do trabalho cotidiano para a organização familiar e moral das pequenas vilas. Ao comentar a condição de mulheres que criam filhos sem a presença paterna, a viajante abandona momentaneamente o tom descritivo e assume uma postura abertamente normativa, mobilizando categorias como “dever”, “deserção” e “moral”. A ausência do pai deixa de ser apenas um dado da experiência social e passa a ser interpretada como falha ética, como sinal de desagregação de uma ordem que Elizabeth considera fundamental à vida coletiva.

...Eis pessoas de respeitável condição embora de sangue índio, acima de serem necessitadas, vivendo com facilidade e, relativamente ao seu meio, quase ricas; pessoas entre as quais, por conseguinte, se esperaria encontrar o conhecimento das leis mais simples da moral. Pois bem: quando me apresentaram a moça, como eu lhe pedisse notícia do pai, pensando que fosse o capitão ausente, a mãe me respondeu sorrindo com a maior simplicidade: ‘Não tem pai: é filha da fortuna’ (...)” (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 165–166).

O trecho é revelador por múltiplas camadas. Em primeiro lugar, Elizabeth associa diretamente condição material e expectativa moral. Ao sublinhar que se trata de pessoas “vivendo com facilidade” e “quase ricas”, a autora sugere que a ausência paterna seria menos compreensível, ou menos tolerável, nesse estrato social. A moralidade, aqui, não aparece como valor universal abstrato, mas como atributo esperado de determinados grupos, o que evidencia a imbricação entre classe e julgamento moral. Como observa E. P. Thompson, os códigos morais operam historicamente de forma diferenciada conforme a posição social, funcionando como mecanismos de distinção e hierarquização (Thompson, 1998).

Ao mesmo tempo, o espanto de Elizabeth não se dirige prioritariamente às mulheres, mas àquilo que ela define como “deserção ao dever”. Trata-se de uma crítica que, ainda que formulada dentro de uma lógica patriarcal, reconhece a ausência masculina como elemento desestabilizador da ordem familiar. Contudo, essa crítica não se traduz em questionamento das estruturas que permitem, e até incentivam, tal ausência. O peso da responsabilidade recai, como ela mesma reconhece, inteiramente sobre a mãe: é ela quem cria, alimenta, educa e sustenta os filhos, enquanto a figura masculina dissolve-se sem consequências sociais visíveis.

Essa assimetria dialoga diretamente com a análise de Lerner (2019) sobre a consolidação histórica do patriarcado. Para a autora, um dos aspectos centrais desse sistema é justamente a apropriação da responsabilidade reprodutiva e do cuidado pelas mulheres, ao passo que os homens preservam maior mobilidade social e simbólica, mesmo quando abandonam suas obrigações familiares. O que Elizabeth descreve como “fato de mais triste significação” não é uma exceção moral, mas um arranjo estrutural profundamente enraizado.

É significativo, ainda, que a viajante se mostre desconcertada não apenas pela ausência paterna, mas pela falta de “vergonha” ou “culpa” expressa pelas mulheres. A naturalidade com que mães e filhas falam de filhos “sem pai” confronta diretamente o ideal burguês oitocentista de família legítima, monogâmica e moralmente regulada. No século XIX, a honra feminina estava intimamente ligada à maternidade legítima e à vigilância sexual, sobretudo entre as classes populares, que eram constantemente observadas e julgadas a partir desses critérios (Perrot, 2005). A ausência desse sentimento de culpa, portanto, não é apenas um dado cultural distinto, mas uma afronta silenciosa ao código moral que estrutura o olhar de Elizabeth.

O posicionamento da autora permanece inscrito nos limites desse código moral. Ao afirmar que “não creio que à mulher ocorra a ideia de que ela e seus filhos tenham qualquer direito sobre tal homem”, Elizabeth reafirma a naturalização da desigualdade: a ausência masculina é tratada como algo esperado, enquanto à mulher cabe a internalização integral das responsabilidades, sem espaço para reivindicação. O que se evidencia, nesse trecho, não é uma suposta indiferença feminina, mas a eficácia de uma ordem social que desonera o homem e silencia a mulher, sobretudo quando condicionada pela posição de classe e pela distância em relação aos centros de poder.

Esse juízo moral formulado por Elizabeth não se sustenta apenas em expectativas de gênero ou em critérios de respeitabilidade social, mas se ancora em um modo específico de pensar a diferença humana, amplamente difundido no século XIX. Ao associar a ausência paterna à falta de consciência moral e ao abandono do dever, a autora mobiliza um repertório interpretativo que transforma práticas sociais em indícios de inferioridade civilizatória. Como observa Schwarcz (1993) em *O espetáculo das raças*, no século XIX a noção de raça passou a operar como uma linguagem social abrangente, usada por cientistas e instituições para classificar grupos humanos, explicar comportamentos e legitimar desigualdades, gerando hierarquias que iam muito além da simples diferença física e se consolidaram como fundamentos de grupos sociais “superiores” e “inferiores”.

É nesse sentido que o espanto de Elizabeth não se dirige apenas à configuração familiar observada, mas àquilo que ela entende como incapacidade moral de um grupo inteiro. Quando

afirma que se trata de pessoas “de respeitável condição”, mas “de sangue índio”, a autora explicita uma tensão fundamental: mesmo diante de certo conforto material, a moral esperada não se realiza plenamente. A racialização atua, portanto, como limite simbólico. Conforme assinala Schwarcz, diferenças culturais passam a ser lidas como desigualdades naturais, e costumes distintos são convertidos em sinais de atraso ou degenerescência (Schwarcz, 1993).

Esse enquadramento dialoga diretamente com o ambiente intelectual no qual Elizabeth estava inserida, marcado pela difusão do racismo científico e pela crença de que características morais e sociais derivariam de disposições raciais. Louis Agassiz, figura central nesse debate, afirmava que as raças humanas possuíam capacidades distintas e desiguais, inscritas na própria natureza (Agassiz, 1868, *apud* Soares, 2011). Ainda que Elizabeth não reproduza de forma explícita tais formulações teóricas, seu olhar opera dentro desse mesmo horizonte, no qual a moralidade não é compreendida como produto histórico ou social, mas como atributo diferenciado entre grupos.

Nesse contexto, a ausência paterna deixa de ser interpretada como resultado de relações sociais assimétricas ou de dinâmicas específicas de organização familiar e passa a ser lida como falha moral coletiva. O julgamento se desloca do campo das condições materiais para o da natureza dos sujeitos observados. O patriarcado não se impõe apenas pela força, mas pela naturalização de papéis e pela atribuição de valores morais distintos a homens e mulheres (Lerner, 2019). No relato de Elizabeth, essa naturalização é ainda reforçada pela racialização das práticas sociais.

É significativo que, embora reconheça que “sobre ela recaem os cuidados e toda a responsabilidade”, a autora não problematize a estrutura que concentra o trabalho, o cuidado e a reprodução social sobre as mulheres. A centralidade feminina aparece como dado quase natural, enquanto a ausência masculina é moralmente condenada, mas não historicamente explicada. Esse deslocamento do problema para o campo da moral individual impede a compreensão das relações de poder que sustentam tais arranjos. Como aponta Lerner (2019), a divisão sexual do trabalho foi historicamente construída para beneficiar os homens, ao mesmo tempo em que sobrecarregava as mulheres com responsabilidades invisibilizadas.

Dessa forma, o relato articula gênero, classe e raça de maneira silenciosa, porém eficaz. As mulheres surgem como figuras de trabalho incessante, cuidado e responsabilidade, enquanto os homens aparecem ora ausentes, ora descomprometidos. No entanto, é sobre essas mulheres (racializadas e situadas fora dos padrões burgueses de respeitabilidade), que recai o peso de uma avaliação moral mais severa. Como observa Schwarcz, “o discurso racial não apenas

classificava corpos, mas organizava expectativas morais e delimitava quem poderia ser reconhecido como sujeito pleno” (Schwarcz, 1993, p. 72).

É nesse contexto que Elizabeth Agassiz formula uma das passagens mais contraditórias de seu relato, na qual, ao comparar distintas experiências femininas na região, desloca inesperadamente o eixo de sua avaliação:

Apesar de tudo, a vida dessas índias me parece invejável quando a comparo com a das mulheres brasileiras nas pequenas cidades e vilas do Amazonas, a índia tem o exercício de salutar e o movimento ao ar livre; conduz sua piroga no lago ou no rio, ou percorre as trilhas das florestas; vai e vem livremente; tem suas ocupações de cada dia; cuida da casa e dos filhos, prepara a farinha e a tapioca, seca e enrola o fumo, enquanto os homens vão pescar ou caçar; tem finalmente seus dias de festa para alegrar sua vida de trabalho. Pelo contrário, é impossível imaginar coisa mais triste e mais monótona do que a existência da senhora brasileira dos pequenos centros. Nas províncias do Norte, principalmente, as velhas tradições portuguesas sobre a clausura das mulheres ainda prevalecem. Seus dias decorrem tão descoloridos como os das freiras de um convento e sem o elemento entusiasta e religioso que sustenta essas últimas. Muitas senhoras brasileiras passam meses e meses sem sair de suas quatro paredes, sem se mostrar, senão raramente, à porta ou à janela; pois, a menos que esperem alguém, estão sempre pouco vestidas além da negligência. É triste ver que essas existências, fanadas, sem contato nenhum com o mundo exterior, sem qualquer dos encantos da vida doméstica, sem livros, sem cultura de qualquer espécie. A mulher, nessa porção do Império, se embota no torpor duma existência inteiramente vazia e sem objetivo, ou se irrita com suas cadeias e sua infelicidade, então, só igual a nulidade de sua vida. (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 167)

A força dessa passagem não reside apenas no contraste que Elizabeth estabelece, mas na inflexão subjetiva que ela deixa escapar. O advérbio inicial — “apesar de tudo” — opera como um sinal de fricção interna: algo resiste, algo não se encaixa plenamente nas hierarquias que estruturam seu olhar. A vida das mulheres indígenas é reconhecida como inferior em termos raciais e civilizatórios ao longo do relato, mas, aqui, é justamente essa condição que permite à autora projetar nelas uma forma de existência dotada de movimento, exterioridade e sentido prático.

À maneira do que propõe Ginzburg (2007), não é o enunciado explícito que mais importa, mas o desvio, o detalhe dissonante, o ponto em que o discurso perde estabilidade. A “inveja” sugerida por Elizabeth não constitui uma adesão ao mundo indígena, tampouco uma crítica consciente à ordem racial ou patriarcal. Trata-se, antes, de um indício de mal-estar: a percepção de que o modelo feminino burguês, marcado pela clausura, pela espera e pela imobilidade, produz uma existência esvaziada, ainda que socialmente legitimada.

Essa ambivalência não pode ser lida como simples contradição individual, mas como efeito de um regime de saber próprio do século XIX. Schwarcz (1993) demonstra que o pensamento racial oitocentista operava por hierarquias flexíveis, nas quais a inferiorização

biológica podia coexistir com idealizações morais ou funcionais do “outro”. Segundo a autora, o racismo científico produziu “escalas classificatórias que permitiam atribuir qualidades positivas a determinados grupos sem que isso implicasse igualdade ou reconhecimento pleno” (p. 67–69). É nesse registro que o olhar de Elizabeth Agassiz se move: as mulheres indígenas permanecem situadas em um patamar racial inferior, mas sua vida prática, ativa e exteriorizada é momentaneamente valorizada quando contraposta à clausura e ao imobilismo impostos às mulheres brancas dos pequenos centros amazônicos.

Esse deslizamento no olhar de Elizabeth — que inferioriza racialmente, mas valoriza determinadas práticas — só se torna inteligível quando inserido no interior do pensamento racial científico do século XIX. Como demonstra Schwarcz (1993, p. 74), o racismo oitocentista não operava apenas pela negação absoluta do outro, mas pela construção de hierarquias complexas, nas quais grupos considerados “inferiores” podiam ser elogiados por sua adaptação ao meio, por sua vitalidade física ou por sua suposta naturalidade, sem que isso implicasse reconhecimento de igualdade. Segundo a autora, “o elogio da rusticidade, da força corporal ou da harmonia com a natureza não eliminava a desigualdade racial; ao contrário, reforçava-a ao fixar esses grupos em uma posição de exterioridade à civilização”.

É exatamente esse movimento que atravessa a comparação feita por Elizabeth: as mulheres indígenas aparecem como livres, ativas e saudáveis não porque sejam vistas como sujeitas históricas plenas, mas porque são situadas fora do universo da cultura letrada, do recolhimento moral e da interioridade burguesa.

Essa lógica dialoga diretamente com o discurso racial sustentado por Louis Agassiz, no qual a diferença racial é pensada como natural, estável e hierarquizada. Ainda que Elizabeth não formule essa tese de modo explícito, seu relato ecoa esse princípio ao associar a vida indígena à liberdade corporal, ao movimento e ao ar livre, enquanto reserva à mulher branca dos pequenos centros a clausura, a melancolia e o empobrecimento espiritual. O elogio da vida indígena, portanto, não rompe com o racismo científico; ele o reorganiza, ao inscrever essas mulheres em uma posição racializada que naturaliza sua força física, sua circulação e sua adaptação, ao mesmo tempo em que lhes nega acesso ao universo da cultura, do saber e da história.

É nesse ponto que Ginzburg se torna particularmente fecundo. A aparente “inveja” expressa por Elizabeth não deve ser lida como empatia ou crítica social consciente, mas como um indício das tensões internas de um olhar moldado por hierarquias raciais rígidas. Como observa Ginzburg, são justamente “os lapsos, as ambiguidades e os detalhes aparentemente marginais que permitem entrever estruturas profundas de uma mentalidade” (Ginzburg, 1989,

p. 152). Ao afirmar que a vida das mulheres indígenas lhe parece “invejável”, a viajante deixa escapar uma fissura: ela reconhece uma forma de liberdade que sua própria condição social e racial lhe nega, mas só consegue fazê-lo projetando essa liberdade sobre corpos que considera naturalmente exteriores à civilização. A valorização não subverte a hierarquia racial; ela a reafirma, ao transformar a diferença em destino e a liberdade em atributo de quem, justamente por ser racializado, não ameaça a ordem social que a observadora habita.

Nesse sentido, a oposição estabelecida entre as mulheres indígenas e as “senhoras brasileiras dos pequenos centros” não opera apenas no registro do gênero, mas também no da raça como princípio organizador da diferença. Enquanto as mulheres brancas aparecem como prisioneiras de tradições herdadas da cultura portuguesa — da clausura, da vigilância moral e da inércia social —, as mulheres indígenas são situadas em um espaço de exterioridade, onde o trabalho físico, o deslocamento constante e a vida ao ar livre são percebidos como naturais. Conforme observa Schwarcz, o discurso racial oitocentista permitia que determinados grupos fossem descritos como “livres” ou “felizes” precisamente porque não eram considerados sujeitos históricos plenos, mas expressões de um estágio anterior da humanidade (Schwarcz, 1993, p. 68).

A “inveja” expressa por Elizabeth, portanto, não deve ser lida como empatia ou reconhecimento de igualdade, mas como indício. Indício de que o modelo feminino burguês, mesmo racialmente superior no imaginário oitocentista, produz formas de vida empobrecidas, confinadas e desprovidas de sentido prático. Indício, também, de que a liberdade atribuída às mulheres indígenas só se torna pensável porque está racializada, naturalizada e, portanto, politicamente inofensiva. O elogio não rompe a hierarquia; ele a estabiliza, ao transformar a diferença em destino e a desigualdade em ordem natural.

O olhar de Elizabeth Agassiz oscila. Em alguns momentos, assume um tom crítico; em outros, deixa-se levar por certa condescendência, por julgamentos morais ou mesmo por um encantamento contido. Essa ambivalência não se restringe às suas observações sobre o trabalho feminino e a organização da vida doméstica. Ela se intensifica quando a viajante abandona o registro genérico do cotidiano e passa a se concentrar em figuras individuais, inserindo-as no domínio da observação científica. Nesse deslocamento, o corpo feminino deixa de figurar apenas como espaço de práticas sociais e passa a ser mobilizado como objeto de conhecimento.

É nesse horizonte que surge Alexandrina, incorporada à expedição não apenas como auxiliar, mas como objeto privilegiado de atenção. Ao descrevê-la, Elizabeth escreve: “...Alexandrina, que a julgar pela aparência, deve ter nas veias uma mistura de sangue índio e

sangue negro. Ela promete muito e parece reunir a inteligência do índio à adaptabilidade maior do negro.” (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 143).

A formulação não é casual. Ela traduz, em poucas linhas, uma lógica racial amplamente difundida no século XIX, segundo a qual atributos morais e intelectuais seriam efeitos diretos da herança biológica. Como demonstra Schwarcz, a miscigenação foi frequentemente interpretada pelas teorias raciais como campo experimental, no qual se avaliavam ganhos, perdas e combinações de “qualidades” atribuídas a cada raça (Schwarcz, 1993, p. 55–58). Alexandrina passa, assim, a ser lida menos como sujeito histórico e mais como síntese corporal de tipos raciais previamente hierarquizados.

Essa lógica se aprofunda quando Elizabeth descreve as habilidades práticas da jovem no interior da expedição:

Decididamente, Alexandrina foi uma preciosa aquisição, não somente do ponto de vista doméstico, como também do científico. Ela aprendeu a preparar muito convenientemente os esqueletos de peixes e se tornou muito útil no laboratório. (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 149).

A utilidade científica de Alexandrina é prontamente reconhecida, mas jamais dissociada de sua condição racial. Seu saber não é apresentado como conhecimento aprendido ou socialmente transmitido, mas como manifestação quase espontânea de uma sensibilidade corporal aguçada, atribuída a sentidos “profundamente exercitados”. Tal formulação dialoga diretamente com concepções racializadas do século XIX, segundo as quais sujeitos não brancos seriam percebidos como mais próximos da natureza do que da cultura. Como observa Melo (2015), ao analisar a trajetória de Alexandrina, esse tipo de leitura contribuiu para apagar processos concretos de aprendizado e experiência acumulada, reduzindo sua atuação a uma habilidade instintiva e naturalizada, subordinada ao olhar e à autoridade científica europeia.

Essa associação entre corpo, instinto e adaptação aparece de forma ainda mais explícita quando Elizabeth descreve sua atuação na floresta: “Ágil como um símio, num piscar de olhos ela sobe até o alto de uma árvore para colher um galho florido” (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 149). A comparação animalizante não constitui um recurso retórico isolado, mas integra um repertório discursivo amplamente difundido pelas ciências naturais oitocentistas. Conforme analisa Schwarcz, metáforas dessa natureza operavam como mecanismos de desumanização sutil, ao mesmo tempo em que reforçavam a ideia de adaptação natural ao meio, legitimando hierarquias raciais sob a aparência de descrição científica (Schwarcz, 1993, p. 83).

O corpo de Alexandrina torna-se, assim, um campo privilegiado de observação racial. Isso se evidencia de modo ainda mais claro quando Elizabeth relata o interesse de Louis Agassiz em registrá-la visualmente: “...A mistura do sangue de índio e sangue preto, que corre em suas veias, faz dela um curioso exemplo dos cruzamentos de raça que aqui se encontram.” (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 153). A escolha do termo “exemplo” revela o enquadramento científico da jovem, cuja individualidade é subsumida à função de ilustração empírica de uma teoria racial. Como lembra Schwarcz (1993, p. 101), a miscigenação, longe de ser compreendida como processo social, era tratada como experimento natural, passível de mensuração, descrição e hierarquização.

A atenção minuciosa dedicada aos cabelos de Alexandrina reforça esse enquadramento: “o tipo africano é o primeiro a ceder, como se a adaptabilidade maior do negro, tão oposta à inalterável tenacidade do índio, se encontrasse nos caracteres físicos tão bem como nos mentais” (Agassiz; Agassiz, 1975, p. 154). Aqui, a miscigenação não dissolve as categorias raciais; ao contrário, confirma sua permanência. Cada traço físico é lido como evidência visível de disposições morais e intelectuais, reafirmando a crença de que o corpo carrega, de forma legível, a história e o destino dos grupos humanos.

Ginzburg ajuda a compreender esse procedimento ao destacar que o saber moderno frequentemente transforma o indivíduo concreto em indício, apagando sua singularidade em favor de uma leitura tipológica (Ginzburg, 1989). Alexandrina não aparece como pessoa com trajetória, vontade ou consciência, mas como evidência material de um cruzamento racial considerado “curioso” e cientificamente relevante. O detalhe corporal substitui a experiência vivida.

Figura 9: Retrato de Alexandrina



Fonte: Agassiz, Agassiz, 1975.

Há, portanto, uma contradição estrutural no relato: a ciência depende profundamente do trabalho de Alexandrina, mas não pode reconhecê-la como sujeito do conhecimento sem abalar suas próprias hierarquias raciais. A valorização de sua utilidade caminha lado a lado com a redução de sua humanidade. O silêncio sobre sua voz, suas escolhas e sua percepção do próprio trabalho não é um lapso narrativo, mas parte constitutiva de um regime de saber que transforma corpos racializados em instrumentos, nunca em autores.

Esse tensionamento (entre indispensabilidade prática e apagamento simbólico) revela como gênero, raça e ciência se articulam no interior do projeto dos Agassiz. Alexandrina sustenta a produção do conhecimento, mas permanece fora dele. Seu corpo trabalha, sobe, coleta, prepara; sua imagem é registrada, medida e comparada; mas sua palavra nunca aparece. É nesse silêncio, mais do que nas descrições explícitas, que se inscreve a violência epistêmica do olhar científico oitocentista.

Desse modo, a figura de Alexandrina marca uma inflexão importante no relato: se antes Elizabeth observava mulheres em suas práticas cotidianas, agora o olhar se fixa sobre uma mulher que participa ativamente da produção científica, mas cujo valor é constantemente traduzido em termos raciais. Sua competência não rompe o paradigma; ela o confirma. Alexandrina é útil, habilidosa e inteligente, mas sempre enquanto corpo racializado, sempre enquanto prova viva das teorias que sustentavam o projeto científico do século XIX.

O percurso de Alexandrina no relato de Elizabeth Agassiz evidencia, de forma exemplar, os limites do olhar científico oitocentista quando submetido a hierarquias raciais e de gênero. Fundamental para a coleta, a preparação e a ampliação do acervo científico da expedição, sua atuação é reconhecida apenas enquanto utilidade prática, mediada por uma curiosidade racializada. Quando age, trabalha e viabiliza a produção do conhecimento, sua presença se dilui; quando seu corpo é observado, descrito e comparado, ela se torna objeto.

Como observa Melo (2015), o próprio fato de Alexandrina ter ingressado na documentação histórica apenas por meio da convivência com Elizabeth Agassiz evidencia a precariedade das marcas deixadas por mulheres sem sobrenome no Amazonas oitocentista. O que se sabe sobre ela é fragmentário, incerto, marcado por silêncios, aqui o termo funciona e vale a pena manter, inclusive quanto à sua condição jurídica, revelando os limites do que foi considerado digno de registro. O retrato, solicitado “depois de muito rogada”, sintetiza esse movimento de captura: a ciência fixa o corpo mestiço, classifica seus traços e projeta sobre ele teorias raciais, mas silencia sua experiência, sua voz e sua interpretação do mundo.

Alexandrina não adentra a narrativa como sujeito histórico, mas como evidência, um corpo que sustenta a ciência sem jamais ser autorizado a pertencer plenamente a ela. É nesse

silêncio, produzido e reiterado pelo discurso científico, que se revelam as assimetrias profundas que estruturam a produção do saber no século XIX.

Esse silêncio, contudo, não se restringe à figura de Alexandrina. Ele se estende, com variações de intensidade, às demais mulheres que aparecem no relato de Elizabeth. Indígenas, mestiças e mulheres negras surgem como presenças constantes no cotidiano descrito, trabalhando, circulando, cuidando e sustentando materialmente tanto a vida doméstica quanto o próprio empreendimento científico, mas permanecem inscritas no texto como existências laterais, raramente reconhecidas como sujeitos históricos dotados de voz e interpretação próprias. (Melo, 2015)

O que as aproxima não é uma experiência homogênea, mas uma posição comum no interior da narrativa. Todas são observadas a partir de um regime de visibilidade que privilegia o corpo, o gesto e a utilidade, em detrimento da palavra, da memória e da agência. Quando indígenas, seu trabalho é naturalizado como extensão da paisagem; quando mestiças, como no caso de Alexandrina, é valorizado sob o signo da adaptação e da funcionalidade; quando negras, associa-se à força, à resistência e à disponibilidade física. Em nenhuma dessas figuras o trabalho se converte plenamente em reconhecimento histórico.

Elizabeth registra essas mulheres de forma descontínua, alternando momentos de curiosidade, gestos de admiração contida e avaliações de cunho moral. Apesar dessas variações, o princípio de que estrutura o relato pouco se altera: elas surgem como suporte (da casa, da família, da coleta científica e da circulação pelo território), mas raramente como vozes capazes de intervir no saber que ajudam a construir. Enquanto a ciência progride, as coleções se ampliam e o cotidiano se organiza, seus corpos permanecem operando como uma engrenagem silenciosa de um projeto do qual não são reconhecidas como partícipes.

Nesse sentido, o relato não se limita a registrar diferenças, mas atua ativamente em sua produção e fixação. Ao escolher o que nomeia, o que descreve em detalhe e o que deixa à margem, Elizabeth Agassiz constrói uma narrativa na qual gênero e raça organizam os limites do que pode ser visto e dito. As mulheres que percorrem este capítulo não estão ausentes do texto; ao contrário, aparecem de forma recorrente, embora sua presença seja continuamente deslocada para fora do campo da história, circunscrita às esferas do fazer cotidiano, do serviço e do corpo submetido à observação.

É sobretudo por meio desses silêncios que se torna possível apreender a lógica que estrutura o relato. Aquilo que não é questionado, que não se converte em problema histórico e que se apresenta como natural compõe uma narrativa na qual essas mulheres figuram como

sustentação invisível de uma história que não lhes reconhece lugar próprio. Elas mantêm o mundo descrito por Elizabeth, mas não são autorizadas a narrá-lo.

Considerações Finais

Escrever esta dissertação foi permanecer em vigília. Não uma vigília romântica ou contemplativa, mas um estado contínuo de atenção diante de narrativas que, ao longo do século XIX, falaram demais e escutaram de menos. Desde as primeiras páginas, tornou-se evidente que lidar com os relatos de viagem, com a ciência oitocentista e com a escrita de Elizabeth Agassiz exigia mais do que rigor metodológico: exigia disposição para sustentar o incômodo, para não desviar o olhar diante da violência inscrita na linguagem que se pretendia neutra.

Esta pesquisa não foi atravessada apenas por documentos, conceitos e debates historiográficos. Ela atravessou um corpo. Ler Elizabeth Agassiz e os registros que orbitam sua expedição pela Amazônia, entre 1865 e 1866, significou encarar reiteradamente a face sombria de um projeto científico que transformou vidas em evidência, sofrimento em dado e humanidade em escala comparativa. As fotografias produzidas pelos Agassiz, especialmente aquelas que expõem corpos negros como objetos de classificação, não podem ser lidas apenas como fontes históricas: elas são testemunhos materiais de um racismo científico que buscou atestar, pela imagem, uma suposta superioridade branca. Diante dessas imagens, não houve neutralidade possível. Houve pausas, revolta, lágrimas que interromperam a leitura e a constatação incômoda de que a ciência, tantas vezes celebrada como linguagem do progresso, também operou como instrumento de brutalidade, dominação e desumanização.

Ler teorias racistas tampouco foi um exercício abstrato. Foi confronto direto com discursos que tentaram justificar hierarquias humanas sob o verniz da objetividade. Em diversos momentos, foi necessário interromper a leitura, afastar-se do texto, respirar, para não naturalizar o intolerável. Essa experiência não fragiliza esta pesquisa; ao contrário, a torna honesta. Fingir distanciamento diante de narrativas que negam a humanidade do outro seria reproduzir a mesma lógica que este trabalho se propôs a denunciar. Assumir o incômodo foi, aqui, um gesto ético e metodológico.

Ser mulher atravessou todo esse percurso. Ser mulher amazônica atravessou ainda mais. Ao longo da análise dos relatos de viagem, tornou-se evidente que o discurso de posse que recaiu sobre a Amazônia nunca foi apenas econômico ou territorial. Ele foi simbólico, corporal e profundamente generificado. A floresta foi descrita como exuberante, fértil e indomada; as mulheres amazônicas, como extensões dessa paisagem – observáveis, classificáveis,

frequentemente infantilizadas e raramente reconhecidas como sujeitas históricas. Perceber isso implicou reconhecer que as representações analisadas nesta dissertação não são apenas vestígios de um passado distante, mas matrizes discursivas que seguem informando modos contemporâneos de pensar, narrar e intervir sobre a região.

Esta dissertação partiu de uma inquietação central: compreender de que modo o olhar estrangeiro de Elizabeth Agassiz construiu representações sobre as mulheres amazônicas e o que tais representações revelam acerca dos mecanismos de apagamento, hierarquização e exotização do feminino no contexto oitocentista. Ao longo do trabalho, buscou-se demonstrar que essas representações não emergiram de forma espontânea ou inocente, mas se inscreveram em uma lógica discursiva marcada por relações de poder, hierarquias raciais e culturais e por uma concepção de ciência profundamente comprometida com projetos de expansão e dominação.

À luz das contribuições de Joan Scott, o gênero foi compreendido como categoria histórica fundamental para evidenciar que as mulheres amazônicas não aparecem nos relatos como sujeitos autônomos da experiência histórica, mas como construções discursivas moldadas por hierarquias que articulam sexo, raça, cultura e território. O feminino, nesses textos, funciona como linguagem simbólica por meio da qual se organizam diferenças e se legitimam desigualdades. As descrições de corpos, comportamentos, práticas religiosas e modos de vida não são meros detalhes etnográficos, mas dispositivos de poder que produzem sentido e reforçam uma ordem social na qual o olhar estrangeiro se coloca como medida do civilizado, do racional e do legítimo.

Os relatos analisados evidenciam que as mulheres amazônicas foram frequentemente enquadradas por categorias como passividade, exotismo, ingenuidade ou desvio moral. Suas experiências aparecem filtradas por julgamentos implícitos que as afastam da condição de agentes históricos e as aproximam da natureza, do instinto e do atraso. Esse movimento dialoga com o que Michelle Perrot identifica como um processo histórico de invisibilização feminina, no qual as mulheres são sistematicamente afastadas dos espaços de protagonismo e inscritas em narrativas que as confinam à margem da história. No caso amazônico, esse apagamento é agravado pela condição colonial do território e pela racialização dos corpos observados.

A escrita de Elizabeth Agassiz, embora frequentemente associada a uma sensibilidade feminina, não rompeu com essas estruturas. Ao contrário, operou dentro de um regime de saber que transformou a observação em autoridade e a diferença em hierarquia. Sua condição de mulher viajante não implicou uma leitura necessariamente empática das mulheres que encontrou; em diversos momentos, sua narrativa contribuiu para a reprodução de estereótipos

que infantilizaram, exotizaram e silenciaram o feminino amazônico. Como aponta Margareth Rago, a presença feminina em espaços tradicionalmente masculinos não garante, por si só, uma subversão das lógicas de poder; muitas vezes, ela atua como mediação, suavizando o discurso dominante e tornando-o mais eficaz.

Nesse sentido, esta pesquisa evidenciou que a presença de mulheres em expedições científicas oitocentistas não pode ser romantizada como sinal automático de transgressão. Elizabeth Agassiz integrou um projeto mais amplo de produção de saber comprometido com interesses geopolíticos e econômicos. Sua escrita participou da construção de uma narrativa sobre a Amazônia que a concebeu como espaço disponível, feminino e passível de tutela — uma lógica que associa o território à figura da mulher: exuberante, fértil, mas incapaz de se autogovernar. Mary Del Priore nos lembra que os discursos sobre as mulheres sempre estiveram ligados a projetos de controle social e moral; na Amazônia, esse controle se articulou diretamente à construção da região como fronteira a ser explorada.

A ciência, nesse contexto, operou como linguagem privilegiada de poder. Em diálogo com Michel Foucault, esta dissertação compreendeu os relatos de viagem como dispositivos discursivos que produzem verdades, organizam saberes e autorizam práticas. Ao classificar, descrever e hierarquizar, esses textos não apenas interpretaram a realidade amazônica, mas ajudaram a moldá-la. O apagamento das mulheres amazônicas não se deu apenas pela ausência de voz direta, mas pela forma como suas existências foram capturadas por um discurso que as reduziu a tipos, funções ou curiosidades.

As continuidades entre essas representações oitocentistas e o presente são inquietantes. Os imaginários construídos no século XIX permanecem ativos, informando discursos contemporâneos sobre a Amazônia, seus povos e, especialmente, suas mulheres. Ainda hoje, a região é frequentemente representada como espaço de carência, vulnerabilidade e atraso, enquanto suas populações seguem sendo tratadas como objetos de políticas elaboradas à distância.

Os acontecimentos recentes no cenário internacional reforçam essa leitura. A intervenção norte-americana na Venezuela, em janeiro de 2026, não pode ser compreendida como episódio isolado, mas como expressão de uma racionalidade geopolítica de longa duração que historicamente se autorizou a intervir na América Latina em nome da ordem, da estabilidade ou do progresso. O passado analisado nesta dissertação ilumina esse presente: revela que tais ações se apoiam em tradições discursivas sedimentadas, que naturalizam a expansão e relativizam a soberania.

No Brasil contemporâneo, essas continuidades encontram terreno fértil em um contexto de profunda fragmentação política. A polarização ideológica fragiliza o consenso em torno da soberania nacional e cria um ambiente propício à reatualização de velhas formas de dominação, agora revestidas de novas narrativas. A Amazônia, como tantas vezes na história, permanece exposta à cobiça que ultrapassa fronteiras com mais facilidade do que o respeito.

É nesse cenário que se impõe uma pergunta central: quanto tempo até que os Estados Unidos se achem no direito de concluir o seu manifesto? Quanto tempo até que suas embarcações cruzem as águas caudalosas que banham Parintins, até que explorem as terras de Manaus, até que expropiem os peixes do Uaicurapá — rio farto, ventre líquido de vida e subsistência — em nome de interesses econômicos travestidos de desenvolvimento? Analisar os relatos dos naturalistas, em especial os dos Agassiz, serve precisamente para desarmar essas naturalizações. Não se trata de fontes neutras, mas de peças fundamentais em um jogo de poder que concebeu a Amazônia como recurso antes de reconhecê-la como sociedade viva.

Estudar essas narrativas não é um gesto inocente nem confortável. É um gesto de enfrentamento. A Amazônia não pode ser relida como palco passivo da história dos outros. Ela é sujeito. E sua sobrevivência (ecológica, política e simbólica) depende do reconhecimento de que o passado não está encerrado nos arquivos. Ele permanece ativo, pulsando no presente.

O passado, aqui, não é memória distante, é método. E, se ele ainda funciona, a pergunta que se impõe, sem promessa de resposta, é brutal em sua simplicidade: quando a última página for virada, ainda haverá Amazônia para ser escrita?

Referências

AGASSIZ, Elizabeth Cary. **A first lesson in natural history**. Boston, Little, Brown and Company, 1859. Disponível em: <https://archive.org/details/firstlessoninnat00agasrich/page/n11/mode/2up>. Acesso em: 20 dez. 2023.

AGASSIZ, Elizabeth Cary e Alexander. **Seaside studies in natural history**. Boston, Ticknor and Fields, Oxford University, 1865. Disponível em: <https://archive.org/details/seasidestudiesi02agassgoog/page/n78/mode/2up>. Acesso em: 15 fev. 2023.

AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil – 1865-1866**. Trad. de João Etienne Filho. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1975.

ANTUNES, Anderson Pereira. **A Rede Dos Invisíveis: Uma Análise Dos Auxiliares Na Expedição De Louis Agassiz Ao Brasil (1865-1866)**. 2015. Dissertação de Mestrado. (Casa de Oswaldo Cruz FIOCRUZ. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro, 2015.

ANTUNES, Anderson Pereira. **Expedições Científicas Nos Periódicos Oitocentistas: Recortes Da Expedição De Louis Agassiz Ao Brasil (1865 – 1866)**. Anais Eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, Florianópolis, Santa Catarina, 16 a 18 de novembro de 2016. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/62823350/1473970306_ARQUIVO_TrabalhoCompleto_SBHC201620200404-6213-1xboqzk-libre.pdf?1586040278=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DExpedicoes_cientificas_nos_periodicos_Oi.pdf&Expires=1769453472&Signature=g7gicOvVCsz01d8T1K8Td5eikl2Y~zOcz2XjsQOdnT3YBnYmj76f-KdgrWy7XE2gueteUY0PVqLdHnY~Jp8mGXPfcSMNKJ-Xp86xawLDtTU7o--AB-Zxy-LL9LqwFv7V2lfANRm2ycM4tTlfvojYcdhXbudiJe-I59xZ~FDD3a7XdUqdB4ZrauAFg6bfDe0NFj~eCCF9CNA9Fn7UYDZQZGOSrMsv4EzHOeBgBzjpMuzfq8wjpi7vOtpzZ~pg~X-cD-BG4ChYGknGDJNHZadE5qWHnPi9BqoaFcrJ~ovq0eMBzzblSmGkywk2eeKkm-NKKibzcfnkR8X84vZw9KHmww_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 20 jan. 2020.

ANTUNES, Anderson Pereira. **A mulher viajante no Oitocentos: Elizabeth Agassiz e a Expedição Thayer (1865-1866)**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Licenciatura em História). UNIRIO História, Rio de Janeiro, 2021.

AZEVEDO, Eliane. **Raça: conceito e preconceito**. São Paulo: Ática, 1987.

BARCELLOS, Vera Lúcia. **Museus, memória e racismo científico: o caso do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

BARTHES, Roland. **Camera Lucida: Reflections on Photography**. Hill and Wang; tradução de Richard Howard. Disponível em: https://monoskop.org/images/c/c5/Barthes_Roland_Camera_Lucida_Reflections_on_Photography.pdf. Acesso em: 28 jan. 2026.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Obras Escolhidas, v. 1).

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Mulheres e viagens no século XIX**. In: A França no Brasil | La France au Brésil — Figuras de Viajantes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, s.d. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/dossie-antigo/matriz-es-nacionais/figuras-de-viajantes/mulheres-e-viagens-no-seculo-xix/>. Acesso em: 30 dez. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982. Disponível em: <https://archive.org/details/BOURDIEUPierre.EconomiaDasTrocasSimbolicas>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BOURDIEU, Pierre. Capítulo IV Os três estados do capital cultural. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação** / Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2ª edição. pp. 71-79.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOSI, Antônio Cândido. **Entre a literatura e a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BRASIL. **Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024**. [Ementa]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 set. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14986.htm . Acesso em: dia mês ano.

CANDIDO, Antônio. **A literatura e a formação do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARULA, Karoline. **A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX**. Estudos Feministas, Florianópolis, 24(1): 406, janeiro-abril/2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/49CgFNgtFv63sbqkzL7hbXy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2025.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 5ed. (Campo Teórico)

COSTA, Hideraldo. **Cultura, Trabalho e Luta Social na Amazônia: Discurso dos naturalistas do século XIX**. Manaus, Editora: Valer e FAPEAM, 2019.

DANTAS, Francisco José Costa. **A mulher no Romance de Eça de Queirós**. São Cristóvão, SE: Editora UFS; Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

DEL PRIORE, Mary. Magia E Medicina Na Colônia: O Corpo Feminino. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DASTON, Lorraine. **Historicidade e objetividade**. São Paulo: LiberArs, 2017.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FARIA, Felipe. **Georges Cuvier: do estudo dos fósseis à paleontologia**. Editora 34/Associação Filosófica Scienti e Studia, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B8CgHMVEFuyObGxCc0JabDVaNvU/view?resourcekey=0-Kv4Sf9AtIURA1zU0RoKs7g>. Acesso em: 13 fev. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Disponível em: [https://www.bing.com/ck/a?!&&p=6c0374abc99376c28b4ccfa7c226cccc89684d2f4542c7b61a492e791f9165f9JmltdHM9MTc2OTczMTIwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=381a5517-7e43-6613-1235-40cf7f096799&psq=OUCAULT%2c+Michel.+Microf%3%adsica+do+Poder+\(1979\)+PDF&u=a1aHR0cHM6Ly93ZS5yaXNldXAubmV0L2Fzc2V0cy8xMjY5NTUvRm91Y2F1bHQrTWljcm9mJUMzJUFEC2ljYSTkbytQb2Rlc19wZGYucGRm](https://www.bing.com/ck/a?!&&p=6c0374abc99376c28b4ccfa7c226cccc89684d2f4542c7b61a492e791f9165f9JmltdHM9MTc2OTczMTIwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=381a5517-7e43-6613-1235-40cf7f096799&psq=OUCAULT%2c+Michel.+Microf%3%adsica+do+Poder+(1979)+PDF&u=a1aHR0cHM6Ly93ZS5yaXNldXAubmV0L2Fzc2V0cy8xMjY5NTUvRm91Y2F1bHQrTWljcm9mJUMzJUFEC2ljYSTkbytQb2Rlc19wZGYucGRm). Acesso em: 12 fev. 2025.

GAY, Peter. **O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GLICK, Peter; FISKE, Susan T. **Ambivalent sexism**. *Advances in Experimental Social Psychology*, v. 33, p. 115-188, 2001. DOI: 10.1016/S0065-2601(01)80003-0. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232586301_Ambivalent_sexism. Acesso em: 28 jan. 2026.

GOBINEAU, Arthur de. **Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas**. Trad. Antônio Fontoura, Editora: antoniofontoura, Curitiba, 2021.

HAAG, Carlos. O dia em que o Brasil disse não aos Estados Unidos. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, ed. 156, fev. 2009. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-dia-em-que-o-brasil-disse-nao-aos-estados-unidos/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARRISON, Peter. Os territórios da ciência e da religião. Trad. de Djair Dias Filho. Viçosa: Ultimato, 2017, 310 pp.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875–1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWN, Eric. **A era do capital: 1848–1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do Feminino - A mulher freudiana na passagem para modernidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

KHAN, Sheila; MARTINS, Bruno Sena; CARDINA, Miguel (org.). **O que resta do colonialismo?** Perspectivas sobre raça, classe e gênero. Lisboa: Edições 70, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1346/134660573001/134660573001.pdf>, Acesso em: 20 dez. 2025.

KURY, Lorelai B. **A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 157-172. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26357641_A_sereia_amazonica_dos_Agassiz_zoologia_e_racismo_na_Viagem_ao_Brasil/fulltext/00afeb270cf202ff64603498/A-sereia-amazonica-dos-Agassiz-zoologia-e-racismo-na-Viagem-ao-Brasil.pdf?tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19. Acesso em: 23 mar. 2024.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Mulheres viajantes no século XIX**. cadernos pagu (15) 2000: pp.129-143. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/2000\(15\)/Leite.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/2000(15)/Leite.pdf). Acesso em: 20 out. 2025.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Trad. Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

MACHADO, Maria Helena P. **O Brasil no Olhar de William James**. São Paulo, Editora: Universidade de São Paulo, 2010.

MELO, Patrícia Alves. **Crônica de gente pouco importante VI: Alexandrina, a aprendiz de naturalista**. **Amazônia Real**, 22 dez. 2015. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/cronica-de-gente-pouco-importante-vi-alexandrina-a-aprendiz-de-naturalista/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

MENEZES, Bianca Sotero de. Cenas Femininas: Representação do Feminino nos Jornais Amazonenses do Sec. XIX. In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (org.). **Gênero e Imprensa na História do Amazonas**. Manaus, EDUA, 2014.

MILLER, Perry. **The New England Mind The Seventeenth Century**. The Macmillan Company, 1953. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.228756/mode/2up>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MIRANDA, C. F. **A Origem das Espécies e as controvérsias científicas no século XIX: ciência, religião e sociedade**. Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28911/3/2017_dis_cfmiranda.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e opinião pública: imprensa, elites regionais e a formação do Estado Imperial (1826–1842)**. 2011. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8L4MQR/1/tese_luciano_da_silva_moreira.pdf. Acesso em: dia mês ano.

NABOKOV, Vladimir. **A arte da ficção**. Tradução de Boris Schnaiderman. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

NINA RODRIGUES, Raimundo. **Os africanos no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1935. Disponível em: <https://archive.org/details/osafricanosnobrasil>. Acesso em: 16 jun. 2025.

PATON, Lucy Allen. **Elizabeth Cary Agassiz: a biography**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1919. Disponível em: <https://archive.org/details/cu31924024733143>. Acesso em: 04 de mar. 2020.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Denise Bottmann. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/33466946/As_mulheres_ou_os_sil%C3%A2ncios_da_hist%C3%B3ria_Michelle_Perrot_pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

PIMENTEL, Júlio Pinto. **Sobre literatura e história: Como a ficção constrói a experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

QUEIRÓS, Eça de. **O Primo Basílio**. São Paulo: Penguin-Companhia, 2015.

RADCLIFFE INSTITUTE FOR ADVANCED STUDY AT HARVARD UNIVERSITY. *History*. Cambridge, MA: Radcliffe Institute for Advanced Study at Harvard University, [s.d.]. Disponível em: <https://www.radcliffe.harvard.edu/about-the-institute/history?utm>. Acesso em: 28 jan. 2026

RIBEIRO, Raísa D. **Feminismo: O que as feministas querem**. 1 ed. Rio de Janeiro: Feminismo Literário, 2021. P. 14-15.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. 1 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: Volume I: A intriga e a narrativa histórica**. Tradução de José Laurênio de Melo. Campinas: Papirus Editora, 1994.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROSSI, Paolo. O nascimento da ciência moderna na Europa. Tradução de Antonio Angonese. Bauru, SP: EDUSC, 2001. Disponível em: http://www.astro.iag.usp.br/~amancio/mpa5003_notas/PaoloRossiONascimentoDaCienciaModernaNaEuropa.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025

SANTOS, Fabiane Vinente dos. **“Brincos de ouro, saias de chita”: mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz em Viagem ao Brasil (1865-1866)**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/pTBkgzDr9tvD3fZR5y96QLg/?lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Educação & Realidade, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf?sequence=1. Acesso em: 16 jun. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Júlio Cláudio da. **O nascimento dos estudos das culturas africanas, o movimento negro no Brasil e o anti-racismo em Arthur Ramos (1934-1949)** 30/09/2005 185 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá – UFF.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Tradução de Donaldson M. Garschagen.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Disponível em: <https://ics.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/mestrado-em-antropologia/selecao/regular/2023/fwefw/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf/@download/file/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SOBREIRA, Ana Carla Barros. **A Imagem Da Mulher No Século XIX: Edna Pontellier Reforça Ou Subverte?**. Itinerários, Araraquara, n. 54, p. 99-112, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/16222/14073>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. **As mulheres e suas tramas impressas: reflexões para um repensar historiográfico – Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1852-1855**. Dossiê: História Das Mulheres, Das Relações De Gênero E Das Sexualidades Dissidentes – Vol. 47, N. 1. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/38157/26739>. Acesso em: 13. Dez. 2025.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira: Quem é e como vive**. Minas Gerais, UFMG, 2009. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/0B66viAvZOgMFSnlpVjdPQmV6dG42YlpZY0s2ZExtTWlZZWxj/view?resourcekey=0-ifpWGQbbg7RXvsQokqf0Lg>. Acesso em: 23 fev. 2023.

STEPAN, Nancy Leys. **The Hour of Eugenics: Race, Gender, and Nation in Latin America**. Ithaca: Cornell University Press, 1991. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=NuUxkMC1ePYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 20 jan. 2026.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

TILLY, Louise A. **Gênero, História Das Mulheres E História Social**. Cadernos Pagu (3) 1994: pp. 29-62. Disponível em:

[https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1994\(3\)/Tilly.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1994(3)/Tilly.pdf). Acesso em: 15 fev. 2020.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

VERGÉS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. 2020. Trad. Jamille Pinheiro Dias; Raquel Camargo Ubu Editora, São Paulo, Brasil.

VIEIRA, Zoraide Santos; RADL-PHILIPP, Rita Maria; SANTOS, Cristina Silva dos. **Meu corpo, de quem são as regras? Parteiras tradicionais e a institucionalização do parto no Brasil: uma questão de gênero e educação**. Revista de Estudos em Educação e Diversidade (REED), v. 3, n. 9, p. 1-20, 2022. Disponível em:

https://www.academia.edu/91722174/Meu_Corpo_De_Quem_S%C3%A3o_as_Regras_Parteiras_Tradicionais_e_a_Institucionaliza%C3%A7ao_Do_Partido_No_Brasil_Uma_Quest%C3%A3o_De_G%C3%AAnero_e_Educa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 13 mai. 2025.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Disponível em: <https://archive.org/details/max-weber-a-etica-protestante-e-o-espírito-do-capitalismo-companhia-das-letras-2007/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 16 jun. 2021.

WINTHROP, John. A Model of Christian Charity. Proferido em 1630. In: WINTHROP, John. **The History of New England from 1630 to 1649**. Boston: Crocker & Brewster, 1838. p. 47. Disponível em: <https://archive.org/details/AModelOfChristianCharity>. Acesso em: 16 jun. 2023.

WHITE, Hayden. **Meta-história: A imaginação histórica do século XIX**. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.